

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS VALENÇA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

VALENÇA
2024



Reitora
Luzia Matos Mota

Diretora Geral do *campus* Valença
Paulo Roberto Tavares de Souza

Diretor de Ensino
Andréia Rita Pereira de Sousa

Diretor Administrativo
Anataliana Marques Pisciottano Lopes

Coordenador do Curso de Licenciatura em Computação
Hortevan Marrocos Frutuoso

Equipe de Elaboração
Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Computação

- Hortevan Marrocos Frutuoso (Presidente)
- Margeylson Ribeiro da Graça
- Matuzalém Guimarães Leal
- Luiz Cezar dos Santos Miranda
- Lúcio André Andrade Conceição

Equipe de Revisão

- Professores do Núcleo Docente Estruturante da Licenciatura em Computação
- Colegiado da Licenciatura em Computação

HISTÓRICO DE VERSÕES

Quadro 1: Histórico de Versões do PPC

Versão	Data	Justificativa	Revisores
1.0	10/04/2010	Implantação do Curso	Edeyson Gomes
1.1	12/11/2013	Revisões de correções de ementas, bibliografia, relações étnico raciais e revisão da grade curricular.	Lúcio André / Eduardo Cambruzzi NDE e Colegiado da Licenciatura em Computação
1.2	24/03/2014	Revisão para reconhecimento do curso junto ao MEC.	NDE e Colegiado da Licenciatura em Computação
2.0	14/07/2014	Revisão para reconhecimento do curso junto ao MEC.	NDE e Colegiado da Licenciatura em Computação, COTEP, Comissão Educação Ambiental
3.0	24/02/2020	Adequação do PPC para atendimento de Demandas do MEC	NDE e Colegiado da Licenciatura em Computação
4.0	17/02/2021	Adequação do PPC para atendimento de Demandas da PROEN	NDE e Colegiado da Licenciatura em Computação
5.0	28/07/2022	Adequação do PPC para atendimento de Demandas da PROEN	NDE e Colegiado da Licenciatura em Computação
6.0	18/10/2023	Adequação do PPC para atendimento de Demandas da PROEN:	NDE e Colegiado da Licenciatura em Computação
7.0	05/07/2024	Curricularização das ACEX	NDE e Colegiado da Licenciatura em Computação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico de Versões do PPC 2
Quadro 2: Dados gerais do curso de Licenciatura em Computação 8
Quadro 3: Distribuição dos componentes curriculares por eixo 28
Quadro 4: Distribuição das disciplinas por semestre (carga horária e créditos). 29
Quadro 5: Disciplinas optativas 31
Quadro 6: Equipamentos do Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais 59
Quadro 7: Docentes do curso de Licenciatura em Computação 85

Lista de Figuras

Figura 1: Distribuição dos Campi do IFBA 12
Figura 2: Localização Geográfica do Município de Valença 15
Figura 3: Fluxograma da Licenciatura em Computação 30
Figura 4: Interrelação entre os pilares de uma atividade extensionista 41

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 8
1.1. Dados Gerais 8
1.2. Introdução 9
1.3. Contextualização da Instituição 9
1.4. Contexto Sócio-histórico do campus Valença 13
1.5. Justificativa 15
2. CONCEPÇÃO DO CURSO 18
2.1. Objetivo Geral 18
2.2. Objetivos Específicos 18
2.3. Perfil do Egresso 19
2.4. Competências do Egresso 19
2.5. Campos de Atuação 21
2.6. Requisitos de Acesso 22
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA 23
3.1. Sobre o Curso 23
3.2. Núcleos Curriculares 25
3.3. Componentes curriculares por eixo 28
3.4. Matriz Curricular 29
3.5. Fluxograma 30
3.6. Relação de Equivalência entre as Matrizes 31
3.7. Interdisciplinaridade 32
3.8. Componentes Curriculares de Exigência Legal 34
3.8.1. Educação das Relações Étnico-raciais 34
3.8.1.1. NEABI 35
3.8.2. Educação em direitos humanos 37
3.8.3. Educação Ambiental 38
3.9. Atividades Curriculares de Extensão – ACEX 39
3.9.1. Protagonismo Discente 40
3.9.2. Aproveitamento das atividades de extensão 42
3.10. Prática como Componente Curricular 42
3.11. Metodologia 44

3.12. Projeto Integrador de Curso (PIC) 46
3.13. Estágio Curricular Supervisionado 48
3.13.1. Estágio Curricular Supervisionado em Computação I 51
3.13.2. Estágio Curricular Supervisionado em Computação II 51
3.13.3. Estágio Curricular Supervisionado em Computação III 51
3.13.4. Estágio Curricular Supervisionado em Computação IV 52
3.14. Atividades Acadêmico Científico Culturais (AACC) 52
4. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 53
4.1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica 54
4.2. Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação 54
4.3. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência 55
4.4. Residência Pedagógica 55
4.5. Programa de Bolsas de Iniciação à Extensão 56
5. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM 58
6. ACESSIBILIDADE 60
6.1. Acessibilidade Atitudinal 61
6.2. Acessibilidade Pedagógica 61
6.3. Acessibilidade Comunicacional 62
6.4. Apoio ao Discente e à Pessoa com Deficiência 63
6.5. Setor Médico e de Enfermagem 64
6.6. Setor Psicossocial 64
6.7. Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE) 67
7. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO 70
7.1. Avaliação da Aprendizagem 70
7.2. Critérios de Aproveitamento e Procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais Anteriormente Desenvolvidas 71
8. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 72
9. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO 74
9.1. Colegiado do Curso 74
9.2. Coordenação do Curso 75
9.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE) 77
10. INFRAESTRUTURA 79
10.1. Instalações (básicas e específicas) 79

10.1.1. Laboratórios 79
10.1.2. Biblioteca 79
10.1.3. Acervo disponível 80
11. CERTIFICAÇÃO 82
REFERÊNCIAS 83
APÊNDICE I – EMENTÁRIO 86
DISCIPLINAS OPTATIVAS: 137
APÊNDICE II – REGIMENTO DO PROJETO INTEGRADOR DE CURSO (TCC) 156
APÊNDICE III – TERMOS DE COMPROMISSO DO PROJETO INTEGRADOR 166
APÊNDICE IV – REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO 167
APÊNDICE V – REGIMENTO DE AACC 183
APÊNDICE VI – REGULAMENTO DAS ACEX 195
APÊNDICE VII – ACERVO 201

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Dados Gerais

Quadro 2: Dados gerais do curso de Licenciatura em Computação

HABILITAÇÃO	Licenciado em Computação		
ENDEREÇO	Rua Vereador Romeu Agrário – Tento. Valença / BA. CEP 45400-000		
DESCRIÇÃO DO CURSO	O profissional habilitado na Licenciatura em Computação estará apto a lecionar disciplinas de Computação na Graduação, Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação Profissional.		
DATA DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO	14/06/2010		
REGIME ACADÊMICO	Periodização semestral.		
ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO			
ATO LEGAL DE RECONHECIMENTO DO CURSO	Portaria MEC 875/2015 de 12 DE NOVEMBRO DE 2015		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DO CURSO	https://portal.ifba.edu.br/valenca/cursos/superior/comput/comput comput.valenca@ifba.edu.br		
DIMENSÃO DAS TURMAS	40 alunos (aulas práticas e teóricas)		
NÚMERO DE VAGAS/TURMAS POR PROCESSO SELETIVO	40 vagas por turma. 2 turmas.		
TURNO DE FUNCIONAMENTO	Predominantemente noturno, com aulas aos sábados.		
NÚMERO DE TURMAS	Até 02 turmas / 80 vagas anual		
REGIME DE MATRÍCULA	Semestral		
TEMPO MÍNIMO PARA A INTEGRALIZAÇÃO	09 (nove) semestres		
TEMPO MÁXIMO PARA A INTEGRALIZAÇÃO	18 (dezoito) semestres		
REGIME DO CURSO	Sistema de Créditos		
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS		Carga Horária	Créditos
	CH Teórica	1455	97
	CH Prática	435	29

	Prática como componente Curricular	300	20
	Estágio Curricular Obrigatório	405	27
	TCC	75	5
	Curricularização da Extensão	330	22
	AACCs	200	*
	Carga Horária Total	**3200**	**200**
FORMA DE INGRESSO	SISU e demais formas de acesso previstas nas normas acadêmicas vigentes no IFBA		

*Não se aplica

1.2. Introdução

As tecnologias da informação são uma das principais ferramentas que nos levaram ao atual estágio de evolução tecnológica e estão associadas diretamente aos computadores e aos sistemas de gestão de informação. As novas tecnologias de informação estão provocando mudanças velozes e radicais nos mais variados campos de conhecimento.

Estas mudanças têm reflexo direto sobre a educação, sobre as formas de educar e sobre os aspectos formativos dos educadores. Atualmente, as tecnologias computacionais interativas e a conectividade em rede fomentam e apoiam a criação de novas modalidades de ensino e de trabalho, consequentemente, a de profissionais com formação para atuar nestas áreas.

É sob esta égide de mudanças tecnológicas que é preciso delinear, de maneira clara e objetiva, o novo perfil para os profissionais de educação que irão atuar no campo do ensino de computação. Tais profissionais devem possuir competências didáticas, humanísticas e específicas em computação de uma forma associada. Esta integração de diferentes áreas na formação do Licenciado em Computação é o diferencial para esse campo de ensino que se desenvolve.

Nesta direção, o curso de Licenciatura em Computação é oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), campus Valença, desde 2010, com o objetivo principal de formar professores qualificados para atuar no ensino de informática. Os Institutos Federais ampliaram o cenário de formação em diferentes regiões da Bahia, garantindo o acesso ao ensino superior e ao desenvolvimento de políticas de inclusão social e digital.

Além disso, o campus colabora para manutenção de profissionais licenciados na região, caminhando em paralelo às políticas públicas de formação de professores, da melhoria do Ensino Básico no Brasil, além de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região na qual o IFBA campus Valença se insere.

1.3. Contextualização da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), criado pela Lei nº 11.892/2008, é uma instituição com estrutura ampla e diversa, que oferece formação básica, através do curso técnico integrado, além do subsequente, graduação e

pós-graduação, estando em consonância com o artigo 2º da referida lei:

> Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] (BRASIL, 2008, p. 1)

Para entendermos a história do IFBA, é preciso voltar a 1909, quando à época, o então Presidente Nilo Peçanha, oferta em seu governo, educação profissional para a população através das Escolas de Aprendizes e Artífices, via decreto nº 7566. Esta escola, localizada na cidade de Salvador, funcionava no antigo Solar do Ferrão e oferecia cursos de alfaiataria, ferraria, marcenaria e sapataria[1].

De acordo com Oliveira (2014), o caráter assistencialista também era marca do estabelecimento, e um procedimento adotado pela instituição, revelador de sua natureza, causava estranhamento na sociedade baiana da época. A oferta incomum de mingau aos seus alunos na hora do almoço fez com que a instituição passasse a ser designada e conhecida como “a escola do mingau”.

Até 1925, a Escola enfrentou dificuldades materiais e financeiras. Com a criação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico em 1920, surge a necessidade de maior infraestrutura para implementação de novos cursos; a Escola de Aprendizes Artífices passa então a ocupar um novo prédio, no bairro do Barbalho, a partir de 1926. (LESSA, 2002)

Segundo o Memorial IFBA, em 1937, com o Estado Novo, a Escola de Aprendizes Artífices passa a se chamar Liceu Industrial de Salvador e expande a sua oferta para 12 cursos, sendo eles: alfaiataria, carpintaria, encadernação, fototécnica, fundição, marcenaria, mecânica, modelagens de fundição, sapataria, serralheria, tipografia e vimaria. O Liceu foi substituído pela Escola Técnica de Salvador, em 25 de fevereiro de 1942, através do Decreto-Lei nº. 4.127. Neste contexto, a então Escola Técnica de Salvador passa a oferecer cursos de estradas, edificações e química, que contribuem com a expansão da industrialização da Bahia.

Ainda na esteira das mudanças, “Em 1959, as Escolas Industriais Técnicas passaram a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais, após terem sido transformadas em autarquias.” (OLIVEIRA, 2014, p. 35). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDBEN – nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, por sua vez, demandava a

[1] Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/institucional/historico/memorial/historia-do-ifba. Acesso em: 19 mai. 2020.

formação de técnicos. Com essa urgência, cresce “[...] expressivamente o número de matrículas [...] e são implementados “[...] novos cursos técnicos, a fim de corresponder a toda uma necessidade e expectativa do Ministério da Educação.” (OLIVEIRA, 2014, p. 36).

Ainda na década de 1960, a Lei nº. 4.759 designou a referência ao Estado e, com isso, a Escola Técnica de Salvador passou a se chamar Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA) (OLIVEIRA, 2014). Deste ponto em diante, a ETFBA colabora com o crescimento do estado através dos cursos de eletrotécnica e mecânica, atendendo à demanda do Plano de Eletrificação do Estado e das indústrias implantadas na região. Nos anos de 1970, a escola apresenta notoriedade e vira sinônimo de inserção no mundo do trabalho. Em 1978, firma parceria com o maior polo petroquímico do hemisfério sul, o Polo Petroquímico de Camaçari.

O instituto implantou os cursos de terceiro grau de administração hoteleira, manutenção mecânica, manutenção elétrica, manutenção petroquímica, processos petroquímicos e telecomunicações e passou a ter cursos de ensino técnico de edificações, eletrônica, eletrotécnica, estradas, geologia, instrumentação, mecânica, metalurgia e química.

Desta forma, conforme o Memorial IFBA, sempre houve um investimento no crescimento regional:

> Além de todas as mudanças estruturais, a transformação em Cefet também trouxe uma proposta de expansão para outras áreas da Bahia, através das Unidades Descentralizadas (Uneds). A primeira Uned foi criada em Barreiras, seguida das de Valença, Vitória da Conquista e Eunápolis. Essa expansão foi pensada a partir da atuação econômica de cada cidade dentro da sua região, pensando nas demandas locais, aumentando, assim, a rede de empresas que mantinham contato direto com o Cefet ao aprimorar a atuação acadêmica da instituição.

Finalmente, em 29 de dezembro de 2008, publica-se a Lei nº 11.892, que transforma as escolas da rede federal nos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) (BRASIL, 2008).

Conforme descrito no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o IFBA tem a missão de “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país". (IFBA, 2013, p. 27). Ainda segundo o PPI, a visão do IFBA é transformar-se:

> [...] numa instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no país, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação tecnológica. (IFBA, 2013, p. 28)

O IFBA é conhecido como incentivador de conhecimento e a partir de 1994, ainda como Centro Federal de Educação, amplia a atenção para fora da capital, permitindo assim o crescimento do Estado da Bahia como um todo. Isso ocorre através das unidades de ensino que colaboram para o desenvolvimento das regiões proporcionando a formação de profissionais qualificados e com ensino tecnológico de qualidade. Esta mudança proporciona também a criação de novos postos de trabalho e melhoria na qualidade de vida nas regiões de implantação do Instituto. (IFBA, 2019).

Conforme o Portal do IFBA[2]: "O Instituto Federal da Bahia (IFBA) possui 32 unidades espalhadas no Estado da Bahia, sendo 22 campi em pleno funcionamento, 02 campi em fase de implementação, 01 núcleo avançado, 05 centros de referência, 01 polo de inovação e 01 reitoria."

Figura 1: Distribuição dos Campi do IFBA



Fonte: Portal do IFBA

Além da atuação direta em 32 unidades, 81 cidades baianas são contempladas com a oferta de cursos de ensino a distância ou capacitação e apoio técnico a projetos estratégicos, com foco no desenvolvimento socioeconômico do estado. Essa ampliação contempla, ao todo, 113 cidades da Bahia (27% dos municípios).

Outro ponto a ser ressaltado é a atuação do Instituto, descrita no portal do IFBA[3]:

---

[2] Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/campi/escolha-o-campus. Acesso em: 19 mai. 2020.

[3] Para mais informações, consultar o portal do IFBA. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/campi/escolha-o-campus. Acesso em: 20 mar. 2020.

> [...] das 32 unidades que possui, o IFBA atua em mais 81 cidades baianas, com a oferta de cursos de ensino a distância ou capacitação e apoio técnico a projetos estratégicos com foco no desenvolvimento socioeconômico do estado, como por exemplo o Programa IFBA Saneando a Bahia (PISA).

Desse modo, o IFBA está presente em 113 cidades da Bahia, que corresponde a 27% dos municípios baianos, atuando em 26 dos 27 Territórios de Identidade do estado, atendendo indiretamente todos os municípios do Estado da Bahia se considerarmos que cada unidade atua como centro convergente e de expansão de ações nas áreas de educação, capacitação, empreendedorismo, pesquisa, inovação e desenvolvimento de tecnologias.

Diante do exposto acima, é evidente a importância do instituto para o Estado da Bahia por oferecer educação de qualidade a tantos jovens, proporcionando uma formação integral que os coloca em condições de atuar de forma crítica, criativa e efetiva no mundo do trabalho.

Visando a oferta de uma educação voltada à qualidade, assume-se a Pedagogia Histórico-Crítica, que fundamenta as práticas educativas da instituição. O termo foi cunhado por Saviani (2003), “para substituir o de concepção dialética, na medida em que o mesmo causava dificuldades de compreensão em virtude da confusão que se faz com a relação concepção dialética idealista” (PPI, 2013, p. 36). O documento diz ainda que optou por esta teoria devido a sua relação com a missão institucional que é a de, “[...] promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”, (idem).

1.4. Contexto Sócio-histórico do campus Valença

A cidade de Valença tem uma população estimada de 98.053 habitantes, com base no último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[4]. Ainda de acordo com o levantamento, apenas 4,31% dessa população, com 25 anos ou mais, possui ensino superior completo. Esse percentual consegue ser bem menor do que os índices nacionais que, por sua vez, já são baixos. O percentual de pessoas com o ensino superior completo no Brasil, na mesma faixa etária, é 17,4%, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019)[5].

[4] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2980/momun_ne_ba_valenca.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.
[5] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 31 de

Mesmo antes da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a cidade contava com uma unidade de ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET), desde 1996. Mas foi apenas com a transformação do Centro Federal em Instituto Federal, que passaram a ser ofertados cursos de licenciatura, "[...] com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.", ampliando as oportunidades de acesso à educação superior no município. (BRASIL, 2008)

Atualmente, o IFBA campus Valença oferece cursos na modalidade Técnico Integrado (Informática, Aquicultura e Turismo), Superior (Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Computação e Licenciatura em Matemática) e dois cursos de Especialização (Educação e suas Tecnologias e Didática da Língua Portuguesa). Gradativamente tem se tornado uma instituição de referência, tanto na cidade de Valença, quanto em toda sua microrregião de influência. Sua missão de divulgar a ciência e tecnologia, oferecendo educação pública e de qualidade para a população, contribui social e economicamente para seu desenvolvimento.

O IFBA desenvolve também, desde 2021 o projeto Tecnologias, Economia e InterAções Solidárias (TEIAS), que envolve uma complexa rede, de pessoas e iniciativas do IFBA, no sentido de pesquisar, diagnosticar, formar, articular, desenvolver e propor projetos de Extensão Popular Tecnológica alinhados com as demandas locais. Tais ações contemplam os esforços envidados pela PROEX/IFBA, para implementação de uma *Política de Desenvolvimento Local, Regional e Territorial do IFBA,* atenta ao contexto socioeconômico e cultural dos territórios de identidade onde o instituto se faz presente, potencializado pela aprendizagem baseada numa Ecologia de Saberes e por conceitos e práticas mobilizadas no campo da Economia Solidária.

Isso se traduz no desenvolvimento de uma teia robusta, que compreende desde a realização de estudos de viabilidade técnica e associativa, até o desenvolvimento e co-produção de tecnologias sociais, através da incubação de empreendimentos populares e comunitários, em pleno processo de expansão e já em atividade em 11 *campi* - Brumado, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Irecê, Juazeiro, Salvador, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, Valença e Vitória da Conquista.

Entre os municípios vizinhos de Valença estão Cairu, Jaguaripe, Laje, Mutuípe,

agosto de 2020.

Presidente Tancredo Neves e Taperoá. Os estudantes atendidos pelo campus são oriundos desses municípios, mas também de cidades mais distantes, como Aratuípe, Camamu, Ituberá, Nazaré, Nilo Peçanha e até mesmo Itaparica.

Figura 2: Localização Geográfica do Município de Valença



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia[6]

A região em que a cidade de Valença está localizada é conhecida como Costa do Dendê. A Figura 2 representa o Território de Identidade do Baixo Sul, com 15 municípios, cujo "[...] rico patrimônio imaterial pode ser observado nos indígenas, pescadores e marisqueiras tradicionais e nas mais de 80 comunidades quilombolas, entre certificadas pela Fundação Cultural Palmares e identificadas, espalhadas pela região.".

1.5. Justificativa

A Lei nº 11.892/2008 constitui a base para a criação do curso proposto. A lei incentiva a verticalização do ensino nos Institutos Federais e a criação de cursos superiores de tecnologia:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

[6] Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/06_baixo_sul.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional [...]
II. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão [...]
III. Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais [...]
IV. Ministrar em nível de educação superior:
    a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia [...] (BRASIL, 2008)

As Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs estão presentes na maioria dos setores da sociedade, como indústria, comércio, serviços, saúde e na vida privada das pessoas. Sua participação elevou significativamente a quantidade e qualidade dos produtos e serviços gerados, bem como revolucionou a forma como as pessoas se comunicam e se relacionam. Devido à implantação de recursos computacionais em todos estes setores, o mercado de trabalho exige que os profissionais de diversas áreas estejam familiarizados com as ferramentas computacionais, além de criar uma demanda por profissionais que sejam capazes de construir, implantar e manter o funcionamento de sistemas informatizados.

Com o advento das TICs, aumentam as possibilidades de transformação no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que o professor amplie suas práticas pedagógicas. Por outro lado, apesar de tal potencial, essa evolução não tem se mostrado tão substancial quando comparada com as alcançadas em outras áreas como saúde, indústria, serviços etc., nas quais se pode observar uma verdadeira transformação nos métodos e procedimentos nelas empregados, culminando em melhorias notáveis e significativas. A inserção de TICs no contexto educacional não acompanhada da devida adequação, preparação e orientação dos profissionais, tornam inócuos os esforços empregados na sua utilização.

Embora os cursos de graduação em Computação tenham se consolidado no Brasil desde a década de 1970, apenas em 1997 foi oferecida a primeira formação em Licenciatura nessa área, pela Universidade de Brasília (CABRAL et al., 2008). Em consulta

realizada no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), no ano de 2019[7], utilizando como filtro ‘Computação’ no curso e ‘Licenciatura’ no grau, foram identificados 116 cursos no país, 11 deles ofertados na modalidade presencial no estado da Bahia.

A criação da Licenciatura em Computação do IFBA campus Valença tem o objetivo de formar professores de Informática que possam atuar na rede básica, comprometidos com as questões particulares do Baixo Sul, ao mesmo tempo que contribui para a expansão do ensino superior na região. Ainda que os efeitos da educação sobre a diminuição da pobreza no país sejam, muitas vezes, superestimados, é principalmente com a massificação da educação superior que pode ocorrer impacto relevante sobre os salários da população brasileira, ampliando as condições de qualidade de vida. (MEDEIROS; BARBOSA; CARVALHAES, 2019).

[7] Disponível em: https://emec.mec.gov.br/. Acesso em: 20 mai. 2020.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1. Objetivo Geral

Formar licenciados em Computação para atuarem na Educação Básica e no Ensino Técnico e Profissional a partir de uma sólida base pedagógica e das ciências da computação com vistas à atuação crítica nos contextos local e regional.

2.2. Objetivos Específicos

- Oferecer conhecimentos teóricos e práticos ao aluno que possibilitem um desempenho eficaz em sua função docente, utilizando a interdisciplinaridade como ferramenta para auxiliar no processo ensino-aprendizagem;
- Capacitar os alunos para utilizar, desenvolver e avaliar softwares educacionais e sistemas de Educação à Distância nos vários níveis e modalidades de ensino;
- Fomentar atitudes investigativas que favoreçam um processo contínuo de construção de conhecimentos da informática, bem como a utilização de novas tecnologias em projetos de ensino, pesquisa e extensão como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à atuação profissional;
- Incentivar no âmbito das Leis nº 9.795/99 e 11.645/08, o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e da educação para as relações étnico-raciais em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- Promover a formação de profissionais comprometidos com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional nos princípios da sustentabilidade crítica e dos critérios humanísticos, capazes de se tornarem agentes transformadores da realidade, no sentido da melhoria da qualidade da vida no planeta e da implantação da justiça social;
- Desenvolver competência para atuar na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico.

2.3. Perfil do Egresso

O perfil do egresso esperado pelo curso segue os Referenciais de Formação para as Licenciaturas em Computação, orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, homologadas pela Resolução Nº 05, de 16 de novembro de 2016[8]:

- Atuar no contexto da Educação Básica Regular, Profissional, Tecnológica e Corporativa, mas também em outras modalidades educacionais;
- Desenvolver e gerir sistemas educacionais e de tecnologias contemporâneas, relacionados à Computação articulada à Educação;
- Pesquisar e desenvolver estudos de temas ligados ao pensamento/raciocínio computacional e a princípios gerais, como compartilhamento de recursos comuns, segurança e concorrência;
- Atuar em equipes de coordenação pedagógica, na discussão de metodologias e concepções de formação;
- Apresentar novas tecnologias nas escolas e em outros contextos de educação, com o objetivo de impulsionar práticas pedagógicas mais efetivas nesses ambientes.

2.4. Competências do Egresso

Os cursos de licenciatura devem, conforme estabelece o artigo 4º da Resolução nº 5, de 16 de novembro de 2016, garantir aos seus egressos uma formação social, profissional, legal, ética, política e humanística (BRASIL, 2016). É necessário assegurar que o egresso compreenda o impacto das tecnologias computacionais na sociedade, nos espaços organizacionais e que saiba identificar e solucionar problemas que promovam o desenvolvimento da Computação. Ele também deve estar preparado para atuar de forma empreendedora, flexível, multidisciplinar[9] e cooperativa, visando o atendimento de demandas sociais. Os cursos de licenciatura, ainda de acordo com o artigo 4º, devem assegurar a capacidade do egresso de atuar em um mundo do trabalho globalizado. Para

[8] Para mais informações, ver o documento Referenciais de Formação para os Cursos de Graduação em Computação 2017. Disponível em: https://www.sbc.org.br/documentos-da-sbc/send/131-curriculos-de-eferencia/1165-referenciais-de-formacao-para-cursos-de-graduacao-em-computacao-outubro-2017. Acesso em: 28 nov. 2019.

[9] Lucena (2005, p. 28) conceitua multidisciplinaridade como “coordenação entre professores [...] está baseada na escolha de um assunto que pertença às suas respectivas disciplinas, o qual será tratado por cada professor dentro de sua área específica de atuação, não havendo necessidade de interação entre elas”.

isso, as competências do egresso incluem reconhecer as condições regionais ou mundiais, bem como os limites e as possibilidades de atuação nos ambientes de educação.

Sobre as competências e habilidades que devem ser apresentadas pelos egressos das licenciaturas em computação, a Resolução nº 5, de 16 de novembro de 2016, no Art. 5º, destaca:

> [...] I - identificar problemas que tenham solução algorítmica; II - conhecer os limites da computação; III - resolver problemas usando ambientes de programação; IV - tomar decisões e inovar, com base no conhecimento do funcionamento e das características técnicas de hardware e da infraestrutura de software dos sistemas de computação consciente dos aspectos éticos, legais e dos impactos ambientais decorrentes; V - compreender e explicar as dimensões quantitativas de um problema; VI - gerir a sua própria aprendizagem e desenvolvimento, incluindo a gestão de tempo e competências organizacionais; VII - preparar e apresentar seus trabalhos e problemas técnicos e suas soluções para audiências diversas, em formatos apropriados (oral e escrito); VIII - avaliar criticamente projetos de sistemas de computação; IX - adequar-se rapidamente às mudanças tecnológicas e aos novos ambientes de trabalho; X - ler textos técnicos na língua inglesa; XI - empreender e exercer liderança, coordenação e supervisão na sua área de atuação profissional; XII - ser capaz de realizar trabalho cooperativo e entender os benefícios que este pode produzir. (p. 4)

O parágrafo 5° do artigo citado estabelece que os licenciados em Computação devem revelar habilidades e competências para:

> [...] especificar os requisitos pedagógicos na interação humano-computador [...] especificar e avaliar softwares e equipamentos para aplicação educacionais e de Educação à Distância [...] projetar e desenvolver softwares e hardware educacionais e de Educação à Distância em equipes interdisciplinares [...] atuar junto ao corpo docente das Escolas nos níveis da Educação Básica e Técnico e suas modalidades e demais organizações no uso efetivo e adequado das tecnologias da educação [...] produzir materiais didáticos com a utilização de recursos computacionais [...] administrar laboratórios de informática para fins educacionais [...] atuar como agentes integradores promovendo a acessibilidade digital [...] atuar como docente com a visão de avaliação crítica e reflexiva [...] propor, coordenar e avaliar, projetos de ensino-aprendizagem assistidos por computador que propiciem a pesquisa. (p. 7)

Além do que está posto no documento citado acima, entende-se como também perfil profissional do egresso que este esteja apto a promover de modo flexível, crítico e criativo, ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão da dimensão interdisciplinar das questões socioambientais e das relações étnico-raciais, situadas tanto nas esferas individual e pública, quanto em nível local, regional e planetário.

O Licenciado em Computação é um profissional que utilizará a tecnologia dentro da Educação como um meio, associada ao domínio das respectivas didáticas, com vistas a conceber, construir e administrar situações de aprendizagens. Enquanto educador, será capaz de refletir e participar do desenvolvimento de sua comunidade. Assim, este egresso, seguindo o que estabelece a Política de Extensão do IFBA, em seu artigo 6º, se pautará

em:

> [...] atividades desenvolvidas a partir da troca dialética entre os saberes da academia e os saberes populares ancestralmente construídos no sentido de apoiar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, com ênfase nas potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural […] (p.5)

Ou seja, serão nos diálogos e nas trocas que se encontrarão soluções que atendam as necessidades das comunidades nas quais estejam atuando. O licenciado deverá, ainda, ter a visão de que o conhecimento da computação pode e deve ser acessível a todos; evidenciar uma compreensão de educação como caminho para a construção do ser pessoal, livre, crítico e avaliativo, e assumir o papel de educador com sensibilidade para interpretar as ações do educando.

Desta forma, pretende-se oferecer ampla formação teórica, tecnológica, pedagógica e humana, propiciando aos estudantes a autoaprendizagem e o “aprender a aprender”, proporcionando para sua formação valores como autonomia e responsabilidade. O egresso deve, enfim, estar apto a fazer frente à evolução da computação e de suas tecnologias, sendo capaz de assumir um papel de agente transformador, através do domínio de novas ferramentas e sistemas, visando melhores condições de trabalho e de vida na sociedade.

2.5. Campos de Atuação

O egresso do Curso de Licenciatura em Computação poderá atuar em diversas áreas educacionais, tais como:

- Docente de disciplinas da área de Computação na Educação Básica, Técnica e Tecnológica e outras modalidades educacionais;
- Consultor e/ou assessor de tecnologia da informação em instituições de ensino: na análise e desenvolvimento de projetos de TIC, emissão de pareceres técnicos, gerenciamento de projetos de TIC, definição de métodos, ferramentas, normas e padrões para aquisições e desenvolvimento de soluções de TIC, política de treinamento e capacitação docente, de pessoal de apoio técnico e administrativo, dentre outros;
- Integrante de equipes técnicas para construção de ferramentas voltadas para área educacional;
- Desenvolvedor de atividades de pesquisa de tecnologia em informação e comunicação voltadas para tecnologias educacionais;

- Utilizador e avaliador de softwares educacionais.

2.6. Requisitos de Acesso

O preenchimento das vagas ofertadas para o curso de Licenciatura em Computação dar-se-á através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) (IFBA, 2016a). Além do SISU, há outras formas de acesso a “períodos subsequentes ao primeiro período dos cursos, caso haja vagas remanescentes”. Nesse caso, a admissão de estudantes ocorrerá por: “transferência interna e externa, categoria de discente especial, categoria de discente ouvinte, convênio, intercâmbio ou acordo cultural e diplomado de ensino superior através de edital específico.” (IFBA, 2019a, p. 7)

Ao efetuar a inscrição, o candidato deve indicar se deseja concorrer nas vagas de *ampla concorrência*, nas vagas reservadas pelo sistema de cotas - de acordo com a Lei Federal nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, ou nas vagas destinadas às Pessoas com Deficiência (PCD). Os requisitos de acesso obedecem ainda ao decreto nº 9034, de 20 de abril de 2017, que regulamenta a Lei nº 12.711/2012.

Os alunos que não efetivarem suas matrículas nos prazos e datas fixadas no edital serão considerados como desistentes, perdendo direito à vaga, dando margem para novas convocações, conforme descrito nas normas acadêmicas do instituto.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

3.1. Sobre o Curso

A concepção pedagógica do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença levou em consideração a sua dupla função social: a importância instituída dos cursos de formação inicial de professores e o papel desempenhado pelas áreas de conhecimento em questão na formação do cidadão.

Metodologicamente, a proposta curricular do Curso de Licenciatura em Computação foi organizada segundo a concepção de formação de professores denominada Prática-Reflexiva.

Nesse sentido, a formação do Educador configura-se como um processo contínuo e multicultural que busca o autodesenvolvimento reflexivo a partir da valorização dos saberes que detém. Nesta perspectiva, o professor é visto como o mediador da construção do conhecimento, portanto, tem a função de organizar, coordenar e criar situações de aprendizagem desafiadoras e significativas, possibilitando a organização de um modelo de formação que permita ao futuro professor pensar criticamente a teoria e prática do ensino-aprendizagem.

A resolução nº 2 do CNE acolhe ainda o seguinte:

> Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente. (BRASIL, 2015, p. 13)

O Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença é definido através da respectiva matriz curricular e do plano de ensino de cada disciplina, envolvendo ementa, objetivo, conteúdo programático, metodologia de ensino, avaliação do aprendizado e referências. O curso tem duração mínima prevista para 9 (nove) semestres, sendo 18 (dezoito) semestres, o tempo máximo de sua integralização de acordo com as normas acadêmicas do ensino superior do IFBA. Em situações excepcionais, o prazo mínimo pode ser flexibilizado, a partir da aprovação do colegiado.

Os conteúdos devem ser tratados como meio e suporte para constituição das competências e são selecionados e ordenados para compor a matriz curricular visando desenvolver o conhecimento da área específica e da área pedagógica. O currículo do curso

é constituído por uma sequência de componentes curriculares e atividades ordenadas por matrículas semestrais em uma seriação aconselhada. O currículo pleno inclui as disciplinas que atendem às bases curriculares da lei de diretrizes e bases, complementado por outras disciplinas de caráter obrigatório, que atendem às exigências de sua programação específica, às características do IFBA e às necessidades da comunidade assim como aquelas individuais dos acadêmicos.

No que tange ao princípio da flexibilização, a estrutura curricular possibilita a ampliação dos horizontes do conhecimento e o desenvolvimento de uma visão crítica mais abrangente, pois permite ao acadêmico ir além de seu campo específico de atuação profissional, oferecendo condições de acesso a conhecimentos, habilidades e atitudes formativas em outras áreas profissionais.

Levando em consideração que o curso foi criado em 2010, os olhares com relação ao currículo foram sendo ampliados, principalmente no ponto que trata da redução da quantidade de pré-requisitos. Essa ação já demonstra que encaramos como importante a flexibilização no curso, o que em certa medida, propiciará fluidez na formação dos licenciandos. Entendemos que ainda há muito a se discutir, porém já é possível observar avanços nesse sentido.

A flexibilização curricular horizontal possibilita ao acadêmico o aproveitamento, para fins de integralização do curso, de várias atividades acadêmicas complementares. Essas atividades são importantes para a formação do acadêmico e constituem o pilar de apoio para diversidade, proporcionando o cenário no qual o acadêmico possa, de fato, ter à disposição as variadas alternativas de percurso curricular.

Nessa atual versão, são criadas condições para a realização de atividades como: seminários, congressos, colóquios, oficinas, encontros, festivais, palestras, exposições, cursos de curta duração, cursos on-line, dentre outras.

Essas atividades fazem parte da estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Computação e estão voltadas para a ampliação das experiências científicas, socioculturais e profissionais dos acadêmicos. Elas propiciam uma melhor compreensão das relações existentes entre a prática social e o trabalho acadêmico, a integração teoria/prática, a integração universidade/sociedade, orientando os acadêmicos para a solução de problemas enfrentados na atuação profissional e no contexto local.

É preocupação de um curso que forma professores versar sobre temas que auxiliem na construção crítica do sujeito. Temas relacionados a questões étnico raciais, educação ambiental, direitos humanos, acessibilidade, entre outros, fazem parte dos

componentes curriculares que constam da matriz do curso. Dentre estes, destacamos as disciplinas Educação Inclusiva e Libras, que tratarão especificamente das demandas do processo de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência.

Ainda de acordo com os requisitos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, da Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015, do CNE, a carga horária mínima exigida a um curso de licenciatura em Computação é de 3200 (três mil e duzentas) horas com duração mínima de oito semestres ou quatro anos. Devido às especificidades do campus Valença, o curso de Licenciatura em Computação possui 3200 (três mil e duzentas) horas/aula, distribuídas em nove semestres.

A prática como componente curricular está distribuída em vários componentes ao longo do curso e se consolidará com a realização do estágio supervisionado em ensino de Computação, a partir da segunda metade do curso.

3.2. Núcleos Curriculares

A composição curricular do curso segue o disposto na Resolução do CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Computação, incluindo as Licenciaturas em Computação.

Com base nisto, estruturam-se os eixos do curso do IFBA *campus* Valença, considerando tanto a resolução supracitada quanto os Referenciais de Formação para os Cursos de Graduação em Computação 2017, da Sociedade Brasileira de Computação (SBC):

Eixo I – Fundamentos da Educação e suas Tecnologias
Promover uma visão que integre reflexões teórico-práticas, através dos estudos de princípios das Ciências da Educação em diálogo multidisciplinar dos fundamentos da educação com suas tecnologias.
Competência geral esperada para o eixo: Contextualizar o conhecimento da Educação e suas tecnologias em seu recurso histórico, a partir da antropologia, filosofia, sociologia, psicologia e políticas públicas. (ZORZO *et al.*, 2017, p. 87)

Eixo II – Fundamentos da Computação
Entendimento dos princípios fundamentais da Computação como proposição epistemológica singular e nas suas duas dimensões: da virtualidade lógica dos conceitos e da razoabilidade concreta dos artefatos.
Competência geral esperada para o eixo: Relacionar os conhecimentos técnico-científicos da Computação e da Matemática para criação e resolução de problemas em diferentes contextos. (ZORZO et al., 2017, p. 88)

Eixo III – Comunicação e Expressão
Dimensão comunicativa essencial ao desenvolvimento profissional do Licenciado em Computação.
Competência geral esperada para o eixo: Comunicar-se com clareza e de forma adequada a diversos contextos e espaços. (ZORZO et al., 2017, p. 90)

Eixo IV – Formação Docente e Tecnologias Contemporâneas
Integra saberes diretamente relacionados à atuação profissional docente do Licenciado em Computação, contemplando o desenvolvimento das competências de formação docente interdisciplinar, ao qual se associam também os estágios curriculares e as práticas didáticas em Computação.
Competências gerais esperadas para o eixo: Aplicar e integrar tecnologias contemporâneas no desenvolvimento de atividades didáticas; Organizar, planejar e desenvolver processos de ensino de Computação; Avaliar processos de aprendizagem em Computação; Gerir projetos, espaços e instituições de ensino; Aplicar e integrar tecnologias contemporâneas no desenvolvimento de atividades didáticas. (ZORZO et al., 2017, p. 90)

Eixo V – Tecnologias na Educação
Concentra conhecimentos de natureza tecnológica específicos da Computação, com uma visão abrangente e compreensiva dos seus princípios, colocando em primeiro plano os fins e aplicações educacionais das tecnologias contemporâneas.
Competência geral esperada para o eixo: Conceber, desenvolver, avaliar e gerir recursos tecnológicos para fins educacionais. (ZORZO et al., 2017, p. 93)

Eixo VI – Formação Humanística, Social e Empreendedora
Concentra as competências de formação complementar, relacionadas às dimensões humanística, social e empreendedora do ensino superior para formar cidadãos transformadores da sociedade.
Competências esperadas para o eixo: Contribuir para destacar a importância da Computação como chave de leitura do mundo contemporâneo; Compreender os efeitos da Computação como elemento de transformação da realidade; elaborar e discutir posicionamentos diante dos dilemas éticos que se apresentam nos planos ambiental, sociocultural e econômico; Desenvolver e estimular a autonomia, o empreendedorismo e o trabalho coletivo. (ZORZO et al., 2017, p. 95)

Eixo VII – Curricularização da Extensão e Integração
Concentra os componentes responsáveis por unir o curso à sociedade através das extensões, representadas nas ACEX I, II, III; bem como a produção do Projeto Integrador do Curso
Competências esperadas para o eixo: Dialogar e refletir com a comunidade externa ao IFBA, visando desenvolvimento desta, estabelecendo uma troca dialética entre saberes da academia e os saberes populares ancestralmente construídos no sentido de apoiar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, com ênfase nas potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. (BAHIA, Política de Extensão, Art. 6ª, 2023,p.5)

A seguir podem-se constatar:

a) O quadro de distribuição dos componentes curriculares conforme os eixos estruturantes supracitados (Quadro 3);

b) A matriz curricular da Licenciatura em Computação (Quadro 4), que mostra a distribuição dos componentes curriculares por 09 (nove) semestres, com a indicação da carga horária de cada componente, seja ele teórico, prático ou de prática de ensino.

c) O Fluxograma do curso (Figura 3), que permite uma fácil visualização de todo o curso, facilitando o conhecimento dos componentes por semestre e dos eventuais pré-requisitos.

As descrições dos componentes curriculares em suas respectivas ementas podem ser encontradas no Ementário (cf. Apêndice I).

3.3. Componentes curriculares por eixo

Quadro 3: Distribuição dos componentes curriculares por eixo

EIXO		COMPONENTE CURRICULAR	Carga Horária				Créditos			
			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT
1	Fundamentos da educação e suas tecnologias	Filosofia e Educação	30	0	0	30	2	0	0	2
		Introdução a Matemática	30	15	15	60	2	1	1	4
		Psicologia da Educação	30	0	30	60	2	0	2	4
		Didática I	30	0	30	60	2	0	2	4
		Didática II	15	0	15	30	1	0	1	2
		Políticas Educacionais	60	0	0	60	4	0	0	4
2	Fundamentos da Computação	Lógica de Programação	30	30	0	60	2	2	0	4
		Linguagem de Programação	30	30	0	60	2	2	0	4
		Arquitetura de Computadores	30	15	15	60	2	1	1	4
		Metodologia do Trabalho Científico	30	0	0	30	2	0	0	2
		Linguagem Programação OO I	30	30	0	60	2	2	0	4
		Cálculo Diferencial e Integral	45	15	0	60	3	1	0	4
		Linguagem Programação OO II	45	15	0	60	3	1	0	4
		Modelagem de Banco de Dados	45	15	0	60	3	1	0	4
		Análise e Projeto de Sistemas	30	15	15	60	2	1	1	4
		Estrutura de Dados	30	30	0	60	2	2	0	4
		Banco de Dados	30	30	0	60	2	2	0	4
		Fundamentos de Redes de Computadores	45	15	0	60	3	1	0	4
		Laboratório de Redes de Computadores	30	30	0	60	2	2	0	4
		Sistemas Operacionais	45	15	0	60	3	1	0	4
3	Comunicação e expressão	Leitura e Produção Textual	60	0	0	60	4	0	0	4
		Inglês I	60	0	0	60	4	0	0	4
		Libras	30	0	30	60	2	0	2	4
		Inglês II	45	0	15	60	3	0	1	4
4	Formação docente e tecnologias contemporâneas	Educação Brasileira	30	0	0	30	2	0	0	2
		Metodologia do Ensino da Computação	45	0	15	60	3	0	1	4
		Prática do Ensino da Computação	15	0	45	60	1	0	3	4
		Ambiente Virtual de Aprendizagem	30	0	0	30	2	0	0	2
		Educação Inclusiva	15	0	15	30	1	0	1	2
		Estágio Supervisionado em Computação I	30	60	0	90	2	4	0	6
		Estágio Supervisionado em Computação II	30	75	0	105	2	5	0	7
		Estágio Supervisionado em Computação III	30	75	0	105	2	5	0	7
		Estágio Supervisionado em Computação IV	30	75	0	105	2	5	0	7
		Gerência de Projetos	45	0	15	60	3	0	1	4
		Seminários Temáticos	15	0	15	30	1	0	1	2
5	Tecnologias na educação	Informática Aplicada a Educação	30	15	15	60	2	1	1	4
		Software Educacional	15	0	15	30	1	0	1	2
		Multimídia e Hipermídia	30	15	15	60	2	1	1	4
		Interação Humano-Computador	45	0	15	60	3	0	1	4
6	Formação humanística, social e empreendedora	Sociologia	60	0	0	60	4	0	0	4
		Metodologia da Pesquisa	30	0	0	30	2	0	0	2
		Empreendedorismo	45	15	0	60	3	1	0	4
		Economia, Trabalho e Educação	45	0	15	60	3	0	1	4
		Desenvolvimento WEB	30	30	0	60	2	2	0	4
7	Optativas	Disciplinas optativas	04 componentes, 60 horas cada, distribuídos ao longo do curso							
8	Curricularização da Extensão e Integração	ACEX I	45	45	0	90	3	3	0	6
		ACEX II	60	60	0	120	4	4	0	8
		ACEX III	60	60	0	120	4	4	0	8
		Projeto Integrador I	30	0	0	30	2	0	0	2
		Projeto Integrador II	45	0	0	45	3	0	0	3
		AACC	200 Horas ao longo do Curso							

T- Teórica, P- Prática, PE – Prática de Ensino

3.4. Matriz Curricular

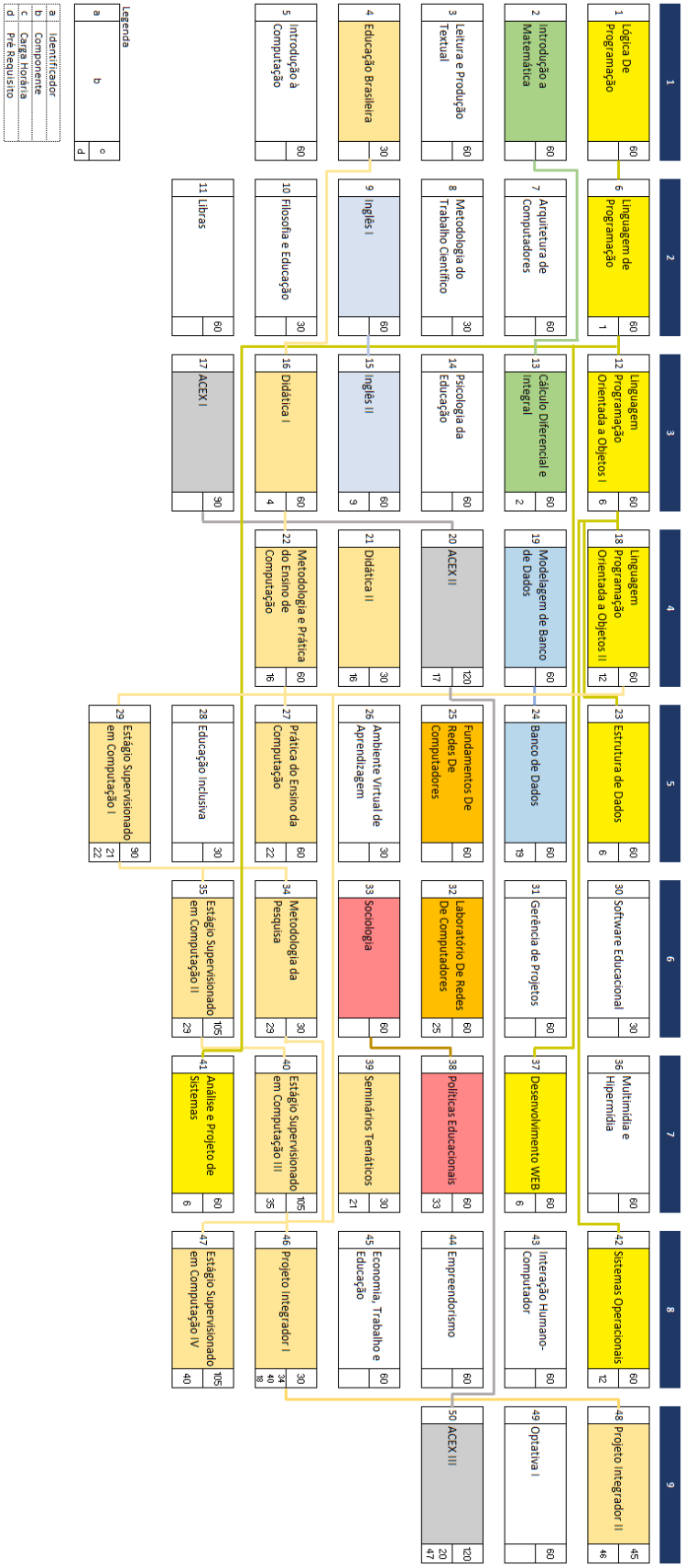
Quadro 4: Distribuição das disciplinas por semestre (carga horária e créditos).

ID	Semestre	Formação	Carga Horária				Créditos				Pré Requisitos		
1º SEMESTRE			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT			
1	Lógica De Programação	FB	30	30	0	60	2	2	0	4			
2	Introdução a Matemática	FB	30	15	15	60	2	1	1	4			
3	Leitura e Produção Textual	FH	60	0	0	60	4	0	0	4			
4	Educação Brasileira	FP	30	0	0	30	2	0	0	2			
5	Introdução à Computação	FP	30	15	15	60	2	1	1	4			
			180	**60**	**30**	**270**	**12**	**4**	**2**	**18**			
2º SEMESTRE			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT			
6	Linguagem de Programação	FB	30	30	0	60	2	2	0	4	1		
7	Arquitetura de Computadores	FB	30	15	15	60	2	1	1	4			
8	Metodologia do Trabalho Científico	FC	30	0	0	30	2	0	0	2			
9	Inglês I	FB	60	0	0	60	4	0	0	4			
10	Filosofia e Educação	FP	30	0	0	30	2	0	0	2			
11	Libras	FP	30	0	30	60	2	0	2	4			
			210	**45**	**45**	**300**	**14**	**3**	**3**	**20**			
3º SEMESTRE			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT			
12	Linguagem Programação OO I	FB	30	30	0	60	2	2	0	4	6		
13	Cálculo Diferencial e Integral	FB	45	15	0	60	3	1	0	4	2		
14	Psicologia da Educação	FB	30	0	30	60	2	0	2	4			
15	Inglês II	FB	45	0	15	60	3	0	1	4	9		
16	Didática I	FP	30	0	30	60	2	0	2	4	4		
17	ACEX I	FP	45	45	0	90	3	3	0	6			
			225	**90**	**75**	**390**	**15**	**6**	**5**	**26**			
4º SEMESTRE			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT			
18	Linguagem Programação OO II	FB	45	15	0	60	3	1	0	4	12		
19	Modelagem de Banco de Dados	FT	45	15	0	60	3	1	0	4			
20	ACEX II	FP	60	60	0	120	4	4	0	8	17		
21	Didática II	FP	15	0	15	30	1	0	1	2	16		
22	Metodologia do Ensino da Computação	FP	45	15	0	60	3	1	0	4	16		
			210	**105**	**15**	**330**	**14**	**7**	**1**	**22**			
5º SEMESTRE			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT			
23	Estrutura de Dados	FB	30	30	0	60	2	2	0	4	6		
24	Banco de Dados	FT	30	30	0	60	2	2	0	4	19		
25	Fundamentos De Redes De Computadores	FT	45	15	0	60	3	1	0	4			
26	Ambiente Virtual de Aprendizagem	FP	30	0	0	30	2	0	0	2			
27	Prática do Ensino da Computação	FP	15	45	0	60	1	3	0	4	22		
28	Educação Inclusiva	FB	15	0	15	30	1	0	1	2			
29	Estágio Supervisionado em Computação I	FC	30	60	0	90	2	4	0	6	21	22	
			195	**180**	**15**	**390**	**13**	**12**	**1**	**26**			
6º SEMESTRE			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT			
30	Software Educacional	FP	15	0	15	30	1	0	1	2			
31	Gerência de Projetos	FT	45	0	15	60	3	0	1	4			
32	Laboratório De Redes De Computadores	FT	30	30	0	60	2	2	0	4	25		
33	Sociologia	FP	60	0	0	60	4	0	0	4			
34	Metodologia da Pesquisa	FH	30	0	0	30	2	0	0	2	29		
35	Estágio Supervisionado em Computação II	FC	30	75	0	105	2	5	0	7	29		
			210	**105**	**30**	**345**	**14**	**7**	**2**	**23**			
7º SEMESTRE			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT			
36	Multimídia e Hipermídia	FT	30	15	15	60	2	1	1	4			
37	Desenvolvimento WEB	FB	30	30	0	60	2	2	0	4	6		
38	Políticas Educacionais	FP	60	0	0	60	4	0	0	4	33		
39	Seminários Temáticos	FP	15	0	15	30	1	0	1	2	21		
40	Estágio Supervisionado em Computação III	FC	30	75	0	105	2	5	0	7	35		
41	Análise e Projeto de Sistemas	FT	30	15	15	60	2	1	1	4	6		
			195	**135**	**45**	**375**	**13**	**9**	**3**	**25**			
8º SEMESTRE			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT			
42	Sistemas Operacionais	FB	45	15	0	60	3	1	0	4	12		
43	Interação Humano-Computador	FT	45	0	15	60	3	0	1	4			
44	Empreendedorismo	FH	45	15	0	60	3	1	0	4			
45	Economia, Trabalho e Educação	FP	45	0	15	60	3	0	1	4			
46	Projeto Integrador I	FC	30	0	0	30	2	0	0	2	34	40	18
47	Estágio Supervisionado em Computação IV	FC	30	75	0	105	2	5	0	7	40		
			240	**105**	**30**	**375**	**16**	**7**	**2**	**25**			
9º SEMESTRE			T	P	PE	TOT	T	P	PE	TOT			
48	Projeto Integrador II	FC	45	0	0	45	3	0	0	3	46		
49	Optativa	FP	45	0	15	60	3	0	1	4			
50	ACEX III	FP	60	60	0	120	4	4	0	8	20	47	
			150	**60**	**15**	**225**	**10**	**4**	**1**	**15**			
		AACC	200 Horas ao longo do curso										
		Total	**1815**	**885**	**300**	**3200***	**121**	**59**	**20**	**200**			

* 1815(T) + 885(P) + 300(PE) +200(AACC) = 3200h

3.5. Fluxograma

Figura 3: Fluxograma da Licenciatura em Computação



As disciplinas complementares optativas que serão oferecidas aos licenciandos estão relacionadas no Quadro 5 com as respectivas cargas horárias e créditos. A inclusão de novas disciplinas deverá ser encaminhada para análise e parecer do NDE e posterior aprovação pelo Colegiado do Curso e deverá constar nas Atas destes órgãos.

Quadro 5: Disciplinas optativas

Computação gráfica	60	04
Currículo e novas tecnologias	60	04
Educação a distância	60	04
Educação de jovens e adultos	60	04
Educação e trabalho	60	04
Filosofia da ciência	60	04
Gerência de redes	60	04
Inteligência artificial aplicada a Educação	60	04
Introdução ao jogo de xadrez	60	04
Pesquisa em educação	30	02
Psicologia organizacional	60	04
Relações interpessoais e educação	60	04
Educação e relações étnico-raciais	60	04
Sistemas distribuídos	60	04
Teoria dos jogos	60	04
Tópicos avançados de redes de computadores	60	04
Juventude e educação na contemporaneidade	60	04
Educação ambiental	60	04
Ética e Cidadania	60	04

3.6. Relação de Equivalência entre as Matrizes

Com a atualização do projeto, foi pensada uma matriz de equivalência que oferece aos discentes matriculados no antigo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a possibilidade de migrar para a versão mais recente. Para os que forem reintegrados à instituição, a equivalência entre as matrizes também possibilitará o aproveitamento de componentes curriculares já cursados. Cabe a observação de que os componentes não aproveitados poderão ser utilizados como AACCs no limite especificado no barema. Para os discentes com pendência apenas no componente

curricular Projeto Integrador de Curso (PIC), poderá haver reingresso ao último PPC que estava cursando, após análise e aprovação do colegiado.

No quadro abaixo, pode ser observada a relação de equivalência entre os componentes atuais e os componentes do antigo PPC.

Quadro 6: Matriz de equivalência entre os componentes curriculares dos projetos de curso

PPC 2023	PPC 2022
Laboratório de Redes	Laboratório de Redes
Estrutura de dados	Estrutura de dados
Introdução à Computação	Informática aplicada a Educação
Libras	Libras
Educação Inclusiva	Educação Inclusiva
LP OO I	LP OO I
Filosofia e Educação	Filosofia e Educação
Metodologia da pesquisa	Metodologia da pesquisa
Economia, trabalho e educação	Economia, trabalho e educação
Sociologia	Sociologia
Políticas Educacionais	Políticas Educacionais
Metodologia do Ensino da Computação	Metodologia e Prática do Ensino de Computação I

3.7. Interdisciplinaridade

Considerando a questão interdisciplinar, a proposta metodológica do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença está organizada percebendo as múltiplas relações, situações vivenciadas em sociedade em seus contextos regionais e culturais. Este cenário permite um entrelaçamento dos saberes e conhecimentos adquiridos ao longo da vida, que estejam também em consonância com o desenvolvimento da cultura técnica e científica no curso.

Nesse contexto, Moreira e Candau afirmam que (2007, p. 18),

> [...] discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir.

De acordo com esse pensamento o currículo como artefato cultural deve ter uma estrutura dinâmica, para proporcionar uma mobilidade conceitual, evitando uma definição prévia e padronizada dos conteúdos a serem trabalhados (PACHECO, 1996). Por interdisciplinaridade, entende-se, conforme INEP (2017, p. 47), como sendo a:

> Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.[10]

Nesse ínterim, propõem-se componentes curriculares que estejam articulados com os saberes formais da escola e os saberes socioculturais dos estudantes de modo a favorecer melhor entendimento sistêmico dos conteúdos. Sendo assim, buscamos o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, a partir de duas situações:

a) através dos seminários Internos de Estágio Curricular Supervisionado;
b) via componentes curriculares obrigatórios, Seminário Temático (7º sem.).

Desta forma, temos que nos seminários de Estágio Curricular os licenciandos socializam suas experiências formativas, a partir da qual todos os professores-formadores, das diferentes áreas de conhecimento que atuam no curso, podem fazer questionamentos, provocações, proporcionando espaço de reflexão mais ampliado sobre o processo vivenciado.

Já no segundo momento, quando acontece o Seminário Temático, os alunos são incentivados a pesquisar temas nas áreas de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais, educação ambiental, ética e cidadania, educação indígena e demais temas emergentes na educação.

Os resultados destas pesquisas são socializados com a comunidade

[10] Instrumento de Avaliação de cursos de Graduação presencial e à distância. / Diretoria de Avaliação da Educação Superior / INEP/Sinaes. Brasília-DF/Outubro - 2017

acadêmica. Trata-se, portanto, de mais uma oportunidade de diálogo sobre temáticas que perpassam o cenário escolar e onde diferentes pontos de vista disciplinares são confrontados nos momentos de socialização.

Além destas possibilidades de implementação da interdisciplinaridade temos no terceiro semestre, Didática I e Psicologia da Educação, trabalhando com o conteúdo Psicologia da aprendizagem e suas implicações para a Educação. Já no quarto semestre, o conteúdo, princípios para a organização e seleção de conteúdo será trabalhado pelas disciplinas Didática II e Metodologia do Ensino da Computação e Prática do Ensino da Computação. E por fim, no oitavo semestre, as disciplinas Sistemas Operacionais e Interação Humano-computador trabalharão de forma interdisciplinar os conteúdos.

3.8. Componentes Curriculares de Exigência Legal

É preocupação da Licenciatura em Computação que a formação docente seja a mais ampla possível. Sendo assim tem como proposta dar ênfase às temáticas étnico-racial, ambiental (CF Resolução Nº 2 de 2012 e Decreto nº 4.281/2002) e cultural conforme a resolução CNE/CP nº 1/2004 e o parecer CNE/CP nº 3/2004. O corpo docente procura atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, como descrito na Lei nº9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, citando a redação dada pela Lei nº 11.645/2008[11], e o Parecer CNE/CP nº 3/2004, que fundamenta a Resolução CNE/CP nº 1/2004, bem como às Políticas de Educação Ambiental.

3.8.1. Educação das Relações Étnico-raciais

Tendo como base legal as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que altera a Lei no 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, além da Resolução CNE/CP nº 1/2004,

[11] Altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”

fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, os temas concernentes à Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira são abordados em diversos componentes curriculares, tais como: Sociologia, Didática I e Seminário Temático. Além disso, o IFBA campus Valença calendarizou a Semana da Consciência Negra, enquanto evento de culminância de trabalhos desenvolvidos sobre a temática racial, nas disciplinas dos diferentes cursos. Neste evento, são abertos espaços de discussão para formação docente e ensino sobre esta temática. Temos também o ciclo de palestras, promovido regularmente pela coordenação de licenciatura de computação, cuja abordagem são as diferentes áreas de interesse da computação como, redes, robótica, segurança da informação, inter-relacionando como o processo de ensino-aprendizagem e as temáticas emergentes no âmbito da formação docente: educação para as relações raciais, educação inclusiva, educação ambiental, etc.

Recentemente, o CONSUP/IFBA publicou a portaria nº 31, de 03/11/2021 que aprova o regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da Rede IFBA. No campus Valença existe este núcleo, e sua existência amplia as possibilidades de os cursos desenvolverem iniciativas que objetivem a educação para a igualdade racial.

3.8.1.1. NEABI

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFBA - NEABI IFBA campus Valença é um órgão de natureza consultiva, propositiva e deliberativa que visa contribuir para a formação pedagógica. Sua missão é analisar, articular, promover, assessorar e acompanhar atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão relacionadas ao desenvolvimento de temáticas ligadas à 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena', à Educação das Relações Étnico-Raciais e às Políticas Afirmativas de Promoção da Diversidade e Igualdade Étnico-Racial no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia campus Valença. Por enquanto, a equipe conta com cerca de 7 docentes, 2 discentes e um técnico administrativo, totalizando 10 membros.

De forma ampla o NEABI tem como objetivos:

- Propor e articular atividades transversais ao Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas aos estudos sobre os africanos e seus descendentes e sobre os povos indígenas no Brasil, na Bahia e no território de inserção do campus IFBA Valença;
- Produzir conhecimentos referentes ao campo de estudos;
- Difundir conhecimentos produzidos na área de estudos;
- Promover intercâmbio de informações entre os NEABI Locais do IFBA e interinstitucionais;
- Propor normas, regulamentos e diretrizes consoantes a legislação vigente referente à temática da educação das relações étnico-raciais no IFBA;
- Atuar como órgão consultivo e avaliativo das políticas institucionais do IFBA, em especial das Políticas Afirmativas de Promoção da Diversidade e Igualdade Étnico- Racial no Instituto.

Entre suas variadas competências estão previstas:

1. Pesquisar, produzir, analisar, propor e acompanhar as ações afirmativas para implementação da educação das relações étnico-raciais no IFBA, campus Valença com base nos requisitos legais e normativos pertinentes à temática;
2. Ampliar o debate no cotidiano do Instituto sobre as questões étnico-raciais, a influência e a importância das culturas negra e indígena na formação do povo brasileiro, em especial na dinâmica da população do Baixo Sul e suas repercussões, garantindo a efetiva participação das comunidades acadêmicas;
3. Articular-se com as entidades culturais locais de matrizes africanas e indígenas com o objetivo de fortalecer as discussões no espaço do Instituto;
4. Auxiliar na inclusão de questões e temáticas para implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nos Projetos Pedagógicos de Cursos

garantindo que as temáticas sejam contempladas nos diversos componentes curriculares e projetos didáticos;

5. Acompanhar as ações de formação continuada da comunidade institucional sobre conteúdos de História e Cultura afro-brasileira e africana, Educação das relações étnico- raciais, diversidade na construção histórica e cultural do país e ações afirmativas.
6. Acompanhar as ações de combate e prevenção ao racismo institucional no IFBA;
7. Divulgar o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal 12.288/2010) e o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia (Lei Estadual n° 13182/14) no IFBA com o objetivo de fortalecer o princípio da igualdade e o respeito às diferenças;
8. Propor ações que levem a conhecer e valorizar o perfil social e étnico-racial da comunidade interna e externa do Instituto;
9. Desenvolver ações que levem à constituição de um acervo bibliográfico relacionado à educação pluriétnica-racial;
10. Estabelecer programa de pesquisa que agregue estudos dos diversos participantes do NEABI IFBA;
11. Buscar a captação de recursos que viabilize os programas de pesquisa;
12. Estabelecer local, horários e forma de funcionamento do NEABI-IFBA;
13. Promover cursos, seminários, palestras, conferências, ministrados por membros do NEABI-IFBA e/ou convidados(as);
14. Fomentar publicações sobre a temática afro-brasileira, africana e indígena;
15. Articular a troca de informações entre Universidades e Centros de Pesquisa no Brasil e no exterior, nas áreas de atuação.
16. Fomentar a qualificação continuada de docentes e Técnico(a)-Administrativos(as) em Educação(TAEs) para que, em suas ações profissionais, possam lidar com a temática História e Cultura

Afro-Brasileira e Indígena, Educação das Relações Étnico-raciais e as Políticas Afirmativas de Promoção da Diversidade e Igualdade Étnico-racial, independente da área em que atuem.

3.8.2. Educação em direitos humanos

Educação em Direitos Humanos (EDH), neste PPC é entendido como uma proposta de política pública preocupada com a orientação de crianças, jovens e adultos para que assumam suas responsabilidades enquanto cidadãos, promovendo o respeito entre as pessoas e suas diferenças. Neste sentido, os conteúdos concernentes a esta área estão inseridos no curso de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade, neste último caso na disciplina de Seminário Temático. Ainda no campo da EDH, buscando obedecer ao que diz a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, são estudados conteúdos relacionados às diversidades de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

3.8.3. Educação Ambiental

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Computação atende aos dispositivos legais que orientam a inserção da educação ambiental em cursos de graduação. Deste modo, são observados: o Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, orientando a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente e a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores; e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, cujo objetivo é “[...] estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino [...]” (BRASIL, 2012, p. 2). Ou seja, a concepção de Educação Ambiental presente nesses dispositivos legais sugere a superação da mera distribuição do tema pelos demais componentes curriculares do

curso.

Destarte, entendendo que a educação ambiental visa à construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, cuidado com a comunidade de vida, a justiça, equidade socioambiental e a proteção do meio ambiente natural e construído, a Licenciatura em Computação do IFBA campus Valença, desenvolverá esse tema combinando disciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade. Na forma interdisciplinar nas disciplinas Interação Humano-computador e Empreendedorismo. Na forma transversal, a partir de eventos acadêmicos promovidos pela coordenação do curso.

3.9. Atividades Curriculares de Extensão – ACEX

Uma nova adequação no currículo do curso foi realizada, desta vez atendendo a resolução do MEC/CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018, que normatiza as Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Educação Superior Brasileira e dá outras providências. Assim, o CONSEPE, através da resolução n° 24, de 15/10/2021, aprovou o regulamento que normatiza a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação no âmbito do IFBA. Em seu art. 5º é dito que: “as atividades de extensão deverão ser inseridas na Matriz Curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos por meio da componente denominada Atividades Curriculares de Extensão (ACEX)”.

Seguindo estas normativas, a matriz curricular é constituída com os componentes ACEX I (90 horas), ACEX II (120 horas) e ACEX III (120 horas), que estão respectivamente no 3º, 4º e 9º semestres, atendendo ao requisito mínimo de 10%, conforme a Resolução Nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 e em atendimento à Resolução Nº 24 CONSEPE, de 15 de outubro de 2021 e a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2022-PROEX/PROEN/IFBA, que estabelece as diretrizes para implementação da curricularização da extensão no âmbito do IFBA. A escolha destas posições na matriz levou em consideração, primeiro, não colocar logo nos semestres iniciais pelo fato dos estudantes ainda estarem conhecendo o curso, e segundo, deixar mais no final para não fazer concomitante com o período do estágio supervisionado. Embora as três disciplinas possuam a mesma ementa, os discentes, conforme o Art. 19 da Resolução CONSEPE nº 24, de 15 de outubro de 2021,

deverão “cursar cada componente (ACEX) dentro do período letivo de oferta” onde o componente antecessor deve ser pré-requisito para o posterior.

Na Política de Extensão do IFBA, publicada pela portaria CONSEPE, n.º 93, de 14/07/2023, está dito que:

> A Extensão Tecnológica deve intensificar a relação entre a instituição e a comunidade externa. Deve ter sua ação motivada em função das demandas sociais. Ela deve partir necessariamente da realidade social nos territórios onde a instituição está inserida. (Art. 7º)

Neste sentido, as atividades nas ACEX poderão ser articuladas com projetos desenvolvidos no IFBA, a exemplo do Projeto TEIAS, que em seu primeiro ano de execução (março/2021 a março de 2022), atingiu plenamente as metas de:

1. Estudo de demandas territoriais e das potencialidades institucionais para subsidiar a implementação da Política de Extensão do IFBA
2. Desenvolvimento de uma proposta para um Programa de Economia Solidária a ser apresentado ao CONSEPE
3. Implementar ações de extensão conforme dispõe o PPI e o PDI do IFBA no eixo “Políticas de Extensão para o Desenvolvimento Local e Regional”

Este projeto foi prorrogado a partir das reflexões ocorridas em 2022, na I Jornada de Extensão do IFBA e no I Fórum das Coordenações de Extensão. Ou seja, as ações serão ampliadas e as articulações com as comunidades envolvidas se reforçam; e isto contribui para o desenvolvimento de atividades nas ACEX. Além deste projeto, existem os editais da PROEX financiados, os de fluxo contínuo e os editais externos, nos quais os docentes extensionistas podem propor ações que serão contempladas nas ACEX.

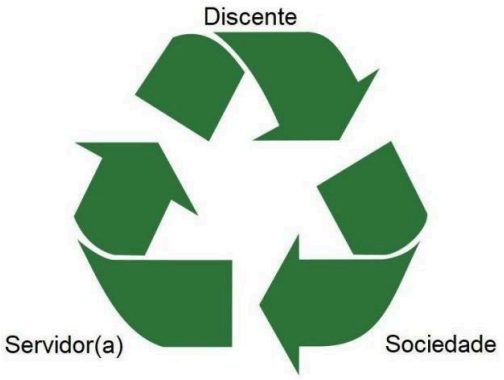
As ACEX, além de se vincularem à formação do estudante de acordo com o perfil profissional definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), poderão propiciar outras experiências que promovam a educação de forma integral e que estejam relacionadas com a interação dos bens culturais e sociais.

O Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão para o Curso da Licenciatura em Computação do IFBA campus Valença pode ser encontrado no Apêndice VI

3.9.1. Protagonismo Discente

Sendo a extensão indissociável do ensino e da pesquisa e, portanto, importante para formação do(a) estudante, estes últimos, são um dos pilares da ação de extensão, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4: Interrelação entre os pilares de uma atividade extensionista



Logo, não há ação de extensão sem a participação integrada dos discentes e dos servidores na troca de saberes com outros setores da sociedade. Dessa forma, as atividades extensionistas possibilitam a aproximação dos(as) estudantes com as dinâmicas e os problemas reais da sociedade, preparando-lhes para a prática docente. Ainda uma vez mais, a RESOLUÇÃO Nº CONSEPE N. 24, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021, em seu artigo 13º nos orienta que os componentes ACEX deverão garantir a participação ativa dos(as) discentes na organização,execução e aplicação das Ações de Extensão junto à comunidade externa.

Uma Licenciatura tem como cerne a formação de um indivíduo com olhares voltados à docência. O IFBA, visando formar pessoas voltadas à mudança da sociedade, oferece diversos cursos de Licenciatura, onde, por via de regra, o discente voltará, por meio dos mais variados projetos e também do estágio, seu olhar e sua prática para o meio social onde está inserido e/ou onde está inserido o seu campo de estudo.

Nesta perspectiva, o discente, durante o desenvolvimento das ACEX, precisa, obrigatoriamente, atuar junto à sociedade, trazendo um impacto positivo para si, para o meio social e para a comunidade interna do Instituto, sendo “um

elemento de intervenção concreta, de promoção de melhorias e de redução da desigualdade” (IFBA, s.d. x).

Dentro deste contexto, o Licenciando em Computação precisa atuar como membro executor de projetos de extensão alinhados à sua Licenciatura, em parceria com outros cursos, instituições ou de disciplina com carga horária voltada à extensão. Cabe balizar que ambas as opções necessitam impactar na sociedade externa do IFBA, oferecendo atividades extensionistas relacionadas a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a saber:

I- programas;
II- projetos;
III- cursos e oficinas;
IV- eventos;
V- prestação de serviços.

Agindo diretamente na sociedade externa do IFBA, o discente, através das atividades extensionistas acima mencionadas, terá a oportunidade de exercer, um ou mais papéis principais do projeto, aproximando-se de uma formação intrinsicamente alinhada com uma educação mais emancipadora.

3.9.2. Aproveitamento das atividades de extensão

Os critérios de aproveitamento das atividades de extensão estão disponibilizados no Apêndice VI. Tomando como referência a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a Resolução CONSEPE, nº 24, de 15 de outubro de 2021 e a Resolução CONSEPE/IFBA, nº 93, de 14 de julho de 2023, estabelece-se o Barema que será utilizado como aproveitamento de carga horária para atividades de extensão, para os estudantes matriculados/as na disciplina ACEX em qualquer um dos semestres de acordo à matriz do curso.

O discente deverá apresentar documento comprovando o seu protagonismo na atividade realizada, cabendo ao/à professor/a responsável pela disciplina, atestar a validade.

É importante ressaltar que as atividades apresentadas na tabela no Apêndice VI, devem ter sido realizadas diretamente junto à comunidade e devidamente

registradas na plataforma SUAP. A modalidade de extensão, Eventos, deverá ser vinculada aos Programas e Projetos oficiais do IFBA.

3.10. Prática como Componente Curricular

Conforme Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015[12], os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, devem ofertar 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo. Em observância ao Artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002[13], temos que: “A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.”

Nesse sentido, durante a formação, serão estimuladas diferentes análises de situações pedagógicas. Para Neto e Silva (2014, p. 897), as práticas como componente curricular podem ser entendidas como: “uma estratégia para a problematização e a teorização de questões pertinentes ao campo da educação e à área de ensino, oriundas do contato direto com o espaço escolar e educacional e com o espaço das vivências e experiências acadêmicas ou profissionalizantes”, mas também como “um mecanismo para viabilizar a integração entre os diferentes aportes teóricos que compõem a investigação científica e os campos de conhecimento em educação e ensino”.

A formação de professores para o ensino de computação requer o acompanhamento dos avanços tecnológicos na área da informática e o desenvolvimento de estratégias para o exercício docente. A Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, indica a necessidade do licenciado “dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los”. Além disso, o documento destaca o desenvolvimento das seguintes habilidades: “conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem”; reconhecimento dos

---

[12] Para mais informações: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&itemid=30192. acesso em: 17 set. 2020.

[13] para mais informações: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. acesso em: 17 set. 2020.

contextos de vida dos estudantes e conhecimento sobre “a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.” (BRASIL, 2019, p. 2)

Neste sentido, o curso de Licenciatura em Computação do IFBA campus Valença propõe práticas como componente curricular voltadas ao fortalecimento do compromisso social através de atividades interdisciplinares, com o objetivo de ofertar recursos aos licenciandos para reconhecimento dos territórios em que irão desenvolver suas futuras práticas docentes. A PCC, no âmbito dos componentes curriculares associados, pode ser desenvolvida através de: uso de tecnologias da informação; planejamento de atividades práticas a serem realizadas na instituição e posterior apresentação de relatório, narrativas orais e escritos de professores; produções dos alunos (textuais e de multimídia); situações simuladas (experimentação de ambientes computacionais); produção e análise de material didático, e estudos de caso.

No Eixo I, as PCCs devem desenvolver atividades que promovam a discussão e a reflexão sobre os fundamentos da educação e aspectos metodológicos da relação ensino-aprendizagem. Nas PCCs baseadas em componentes curriculares do Eixo II, desenvolvem-se atividades que abranjam os princípios fundamentais da computação e seu relacionamento com o projeto e criação de soluções computacionais. No Eixo III, as PCCs promovem atividades que fortalecem a comunicação clara e adequada aos contextos e espaços que o Licenciando em Computação pode atuar, como: sala de aula; reuniões com alunos e/ou professores; ambientes corporativos (equipes de software e/ou desenvolvimento de projetos computacionais) e treinamento de equipes e/ou grupos em ambientes corporativos. Por fim, ressalta-se que as Práticas como Componentes Curriculares (PCC) compõem um total de 435h, distribuídos nos componentes curriculares apresentados no Quadro 4.

3.11. Metodologia

O curso de Licenciatura em Computação foi estruturado a partir de delineamentos teóricos e metodológicos que buscam garantir conhecimento aos seus egressos. As mudanças curriculares propostas visam atender ao desenvolvimento de conteúdos que estimulem o discente a utilizar práticas inovadoras, assegurando o

uso de metodologias ativas. Para Costa, Oliveira e Dantas (2020): “Metodologias ativas, como o próprio termo sugere, colocam o aluno como o sujeito ativo da sua aprendizagem, desviando o foco do professor, que passa a ser um mediador entre o aluno e o objeto do conhecimento”. (p.9).

A Licenciatura contempla, por exemplo, atividades de pesquisa e propõe uma aproximação com o cotidiano escolar/educacional e os atores que formam esses espaços, favorecendo um olhar crítico em relação à prática docente, no intuito de preparar profissionais para as instabilidades e desafios de uma sociedade com necessidades educacionais complexas. A metodologia praticada pelo campus visa atender:

> [...] ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente [...] coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área (DAES. 2017. p. 12).

A proposta metodológica compõe-se de um conjunto de ações que tem por finalidade assegurar aos estudantes uma formação integral e em consonância com os objetivos propostos para uma graduação de licenciatura em computação. As ações pedagógicas serão desenvolvidas de forma articulada, priorizando a interdisciplinaridade, a transversalidade e a integração dos conteúdos de acordo com o perfil de egresso descrito neste projeto, bem como a natureza e a particularidade de cada disciplina, os métodos e técnicas de ensino adotado pelos docentes na construção do saber.

Neste sentido, o papel do docente é de mediador das relações de ensino aprendizagem. Dentre as ações didático-pedagógicas, pode-se destacar:

- Problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- Adotar a pesquisa como um princípio educativo e investigativo;
- Articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- Adotar atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;

- Elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- Elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- Sistematizar coletivos pedagógicos que possibilitem os estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa;
- Ministrar aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.;
- Promover aulas dialogadas, que permitem a valorização da troca de informação pelos alunos e professor, ocasionando participação ativa de todos na sala;
- Realizar aulas expositivas, com conteúdos, ideias e informações;
- Propiciar a realização de estudos de caso, como atividade que requer interpretação e capacidade de fazer analogias de situações reais;
- Proporcionar estudos dirigidos, como atividade investigativa de casos, situações e questões direcionadas para compreensão de problemas gerais ou específicos;
- Realizar visitas técnicas, como atividade de observação e debate, com finalidade de elaborar relatórios técnico-científicos e outros;
- Desenvolver seminários;
- Proporcionar atividades laboratoriais.

As metodologias/abordagens adotadas pelos docentes, em cada componente curricular, levam em consideração as situações didáticas em sala de aula para que possibilitem acesso a diferentes formas de conhecer, preocupando-se com os diferentes alunos inseridos no curso.

Na entrada do estudante com deficiência o Projeto Pedagógico será adaptado para que ocorra a acessibilidade plena desse estudante. Há de se enfatizar que para cada estudante com deficiência será elaborado um Projeto Pedagógico específico.

3.12. Projeto Integrador de Curso (PIC)

O Projeto Integrador de Curso é uma atividade de pesquisa de caráter obrigatório. O estudante, com a orientação de um docente, deverá desenvolver um trabalho de conclusão com tema pertinente à formação na sua área, conforme regimento no Anexo II. Os encontros e atividades de orientação devem ser devidamente computados e entregues à coordenação ao final do semestre. O PIC está dividido em dois semestres: o primeiro com 30 horas e 02 (dois) créditos, o segundo com 45 horas e 03 (três) créditos. A apresentação do PIC é condição necessária para o cumprimento dos créditos do componente curricular. A apresentação, aberta ao público, se dará frente a uma banca examinadora.

Como produção intelectual, o PIC pode ser apresentado no formato de monografia, artigo científico, memorial ou projeto de intervenção após diálogo com o (a) professor (a) orientador (a).

O Projeto Integrador de Curso representa uma oportunidade de consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, que pode englobar atividades práticas e/ou teóricas, através da aplicação da metodologia científica na execução do projeto. Todo trabalho apresentado e aprovado será disponibilizado na página do curso de Licenciatura em Computação no site institucional do IFBA campus Valença. Além disso, na página institucional do curso, serão disponibilizados manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos. O PIC propõe uma revisão, aprofundamento, sistematização e integração dos conteúdos estudados. Tem ainda os seguintes objetivos:

- Orientar os estudantes para que a escolha do tema atenda ao perfil do egresso e seja caracterizada pelo enfrentamento da realidade da Licenciatura e pela preocupação em contribuir para o seu aperfeiçoamento, com propostas que possam subsidiar ações de ensino-aprendizagem na área da Computação;
- Oferecer suporte para a elaboração e exposição do Trabalho de Conclusão de Curso diante da banca examinadora;
- Contribuir para o entendimento da prática docente através de abordagens científicas.

O estudante somente poderá se matricular no componente PIC se já tiver cursado as disciplinas de: Linguagem de Programação Orientada a Objetos II,

Metodologia da Pesquisa e Estágio Supervisionado em Computação III. Também deve ter integralizado 75% (setenta e cinco por cento) da matriz curricular.

O Anexo II traz, na íntegra, as Normas para Elaboração do Projeto Integrador de Curso, da Licenciatura em Computação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Valença.

Ressalta-se que na entrada do estudante com deficiência o Projeto Pedagógico será adaptado para que ocorra a acessibilidade plena desse estudante. Há de se enfatizar que para cada estudante com deficiência será elaborado um Projeto Pedagógico específico.

3.13. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado visa colaborar com o aprendizado profissional, consequentemente contribuindo para o desenvolvimento do licenciando. A apropriação da experiência humana depende da atividade do próprio sujeito e é a base do processo da educação, visto que essa apropriação ocorre por meio de sua atividade.

O contato com a prática, proposto pelo estágio, tem o objetivo de trazer à tona um pensar crítico-reflexivo sobre aquilo que o futuro docente viu na teoria. Nesta perspectiva, o estágio ressignifica a prática pedagógica que o licenciando constrói.

Na atualidade, os cursos de formação de professores buscam consolidar a ideia do professor enquanto pesquisador, ação desencadeada a partir de sua prática docente, como principal mudança que orienta a melhoria da qualificação profissional. O professor deve ser visto como alguém que investiga, reflete, julga e produz conhecimento, provocando transformações e percebendo as implicações da prática docente tanto na sua própria vida como na vida do aluno.

A formação do professor baseada na aliança teoria-prática oferece ao licenciando conhecimentos mais aprimorados sobre as consequências éticas, técnicas e político-sociais do trabalho docente favorecendo a construção de conhecimentos e saberes mais significativos e úteis para si e para os outros (professores e alunos) descaracterizando a ação docente como uma prática educativa intuitiva, acomodada e cumpridora do previamente estabelecido.

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura em Computação é caracterizado como atividade curricular prática pré-profissional

realizada em situações reais de trabalho sob a orientação desta Instituição de Ensino, envolvendo aspectos humanos e técnicos da profissão, bem como, o comprometimento social e político com o contexto do campo de estágio. Segundo a Resolução CNE/CP nº 2/2015:

> § 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico (CNE/CP, 2015, p. 12).

O Estágio curricular supervisionado, na Licenciatura em Computação tem carga horária de 405h, divididas em 04 disciplinas (Estágio Supervisionado I, II, III e IV). Nos 03 primeiros Estágios o estudante, sob orientação do professor-orientador (aquele/a que fica na IES) e supervisão do professor-regente (aquele/a da escola-campo), realiza em escolas públicas e privadas do município de Valença (BA), ou nos cursos oferecidos pelos IFBA / campus Valença, em suas diferentes modalidades, que possuam disciplinas na área da informática. Esses espaços permitem ao licenciando, de forma progressiva, vivenciar as diferentes tarefas da docência (planejamento, participação em conselhos, reuniões pedagógicas, etc.), ao mesmo tempo em que acionam os conhecimentos teórico-práticos das disciplinas que estudaram nas etapas anteriores da formação inicial, para efetuar regência em sala.

Essa experiência é progressiva porque no **Estágio I**, caberá ao licenciando realizá-lo em duas etapas:

1. **observação**, das dinâmicas que acontece na escola, em seus diferentes setores como direção, coordenações, secretaria, etc.; em sala, porém sem realizar interferência na mesma; e fora de sala de aula, no planejamento e em reuniões docentes.
2. **coparticipação**, ou seja, auxiliar o professor-regente no desenvolvimento e planejamento da aula, porém sem assumir regência da turma. Pelas características deste Estágio, é possível ao licenciando realizá-lo em disciplinas que não são do campo da computação, porque, sob orientação do professor-orientador e supervisão do professor-regente, o licenciando poderá inserir conhecimentos sobre ferramentas digitais e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), nas disciplinas escolhidas para exercício do estágio. Assim poderá otimizar as práticas de ensino, as

> estratégias pedagógicas comumente usadas pelo professor-regente, ao mesmo tempo que aprende sobre os fazeres docente em outro campos de conhecimento, ampliando portanto, seu repertório de experiências a partir da vivência concreta de trabalho interdisciplinar.

Os **Estágios Supervisionados II e III** repetem as etapas de observação (dessa vez, só em sala de aula) e coparticipação, acrescentada de uma terceira, a da regência: quando o licenciando assume a responsabilidade da turma e os processos dentro dela. Se diferenciam pelo tempo maior que é dedicado à regência no Estágio 3. Por se tratar de regência é necessário ao licenciando expressar domínio de conteúdo da disciplina escolhida e ser responsável pela mediação qualificada da mesma.

No **Estagio Supervisionado IV**, o estudante é direcionado a realizar cursos livres para comunidade externa do IFBA do campus-Valença: empresas, órgãos públicos, organizações sociais (sindicatos e associações), grupos comunitários. Ao IFBA – campus Valença cabe cuidar dos trâmites administrativos para execução dos cursos livres de interesse da comunidade externa. O licenciando, sob orientação do professor-orientador, em seu projeto de estágio, cria o curso livre voltado ao interesse diagnosticado na comunidade externa, e executa a docência nesse, experimentando em sua formação assim a possibilidade da docência em espaços não-escolares.

Em todas as quatro disciplinas do Estágio Supervisionado há possibilidades dos estudantes planejarem e executarem práticas inovadoras e estabelecerem trocas significativas com a escola-campo. Além disso, as turmas de estágio supervisionado, de forma conjunta, realizam ao final de cada semestre letivo o Seminário de Estágio da Licenciatura em Computação. Uma atividade acadêmica, para os/as estudantes que fizeram estágio, compartilharem e dialogarem sobre os aprendizados e produções realizadas na escola-campo, com a comunidade interna e externa do IFBA. São situações como essas que nos permitem, no âmbito do curso, revisitar e analisar nossa proposta curricular, refletindo e relacionado às práticas apresentadas pelos estudantes com as teorias ministradas do curso.

As parcerias entre IFBA e escolas-campo são formalizadas inicialmente com diálogo prévio entre o/a professor/a orientador e direção da escola-campo, para

assinatura do **termo de parceria**. Posteriormente, o estudante se apresenta com a **carta de apresentação** para dar início ao estágio

O Estágio Curricular Supervisionado em Computação terá os seguintes documentos elaborados pelos discentes: Plano de Curso, Memorial, Projeto de Estágio, Relatório de Estágio e outros que forem solicitados, conforme cada uma das etapas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV. O professor-orientador está vinculado diretamente ao curso, e está responsável por acompanhar o estagiário: na elaboração dos planos de aula; no acesso à escola-campo em que irá estagiar; na discussão da teoria que respalda a prática; e na construção dos documentos acima citados. Além do professor orientador, também há o Professor Supervisor que está diretamente vinculado à escola-campo e é responsável por: receber o estagiário; informar sobre a turma e o conteúdo a ser ministrado; acompanhar a execução dos planos de aula; e avaliar a prática do aluno/estagiário. O Apêndice IV deste projeto traz, na íntegra, o Regimento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Computação do campus de Valença

No que se refere aos aspectos operacionais, quanto à duração e carga horária, o Estágio Supervisionado Curricular do curso de Licenciatura em Computação, obedece plenamente a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada; e a Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências. As 405 horas de estágio, estão assim distribuídas:

I. 90 (noventa) horas realizadas no Estágio I.
II. 105 (cento e cinco) horas realizadas no Estágio II.
III. 105 (cento e cinco) horas realizadas no Estágio III.
IV. 105 (cento e cinco) horas realizadas no Estágio IV.

3.13.1. Estágio Curricular Supervisionado em Computação I

Nesta primeira etapa haverá observação, diagnóstico, registro e caracterização do cotidiano escolar, coparticipação, bem como reflexão sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas na instituição concedente no que se refere às questões políticas, sociais, culturais, relacionais, etc. Entendemos como coparticipação a organização e a forma que o estagiário participa da dinâmica em sala de aula e vivencia situações educativas específicas, definidas em plano de intervenção, elaborado pelo estagiário e aprovado pelo Professor Supervisor.

3.13.2. Estágio Curricular Supervisionado em Computação II

Esta segunda etapa consiste na observação, coparticipação e regência do aluno desenvolvidas em sala de aula de escolas de ensino médio, técnico e/ou integrado.

3.13.3. Estágio Curricular Supervisionado em Computação III

Consiste no estágio de regência em escola de ensino médio, técnico e/ou integrado realização do exercício docente, a partir de um processo específico de ensino constando de: planejamento, execução e avaliação dos planejamentos de intervenção, levando-se em consideração a reflexão da práxis pedagógica.

3.13.4. Estágio Curricular Supervisionado em Computação IV

Etapa de realização do exercício docente em espaços escolares e/ou não escolares, que possibilite a vivência do exercício docente e de cidadania com projetos específicos com a instituição concedente, além da realização de experiências didático-pedagógicas em turmas de EJA.

3.14. Atividades Acadêmico Científico Culturais (AACC)

Atividades Acadêmico Científico Culturais - AACC, são atividades complementares que contribuem para a formação do discente da Licenciatura em Computação e devem ser diversificadas para que possibilitem enriquecimento curricular. A atuação do profissional na contemporaneidade exige maior entendimento e compreensão da diversidade social e cultural e é claro que a

formação proporcionada pelos componentes curriculares obrigatórios e optativos constantes na matriz curricular, não conseguiria dar conta da sociedade múltipla, diversa e complexa que vivemos. Assim:

> As atividades complementares estão previstas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e o planejamento de mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento. (DAES, 2017, p. 15)

Para fins de conclusão do curso, os estudantes devem cumprir 200 (duzentas) horas de AACC de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 com atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos licenciandos como parte da exigência para integralização curricular, e estas para garantir formação diferenciada, devem contemplar ensino, pesquisa e extensão.

Desse modo, as atividades acadêmico-científico-culturais que compõem o currículo do curso de Licenciatura em Computação do campus, como requisitos curriculares suplementares de livre escolha, bem como o Barema de aproveitamento das atividades, estão regulamentadas no Regimento de AACC no Apêndice V deste PPC.

4. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFBA (2013) estabelece que o ensino no instituto deve ter como princípio “[...] a formação do sujeito histórico-crítico e a vinculação com a ciência e tecnologia destinada à construção da cidadania e da democracia [...]”, além da “[...] articulação com a pesquisa e a extensão, de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas do conhecimento [...]”. (IFBA, 2013, p. 46).

Os objetivos e metas estabelecidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024) do IFBA também propõem uma formação integrada, com atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades de extensão devem ser entendidas como um “Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promova a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho [...]” (IFBA, 2013, p. 72).

Mantendo o compromisso social do instituto, o PPI define que os projetos de pesquisa estejam “[...] vinculados às demandas por soluções de problemas locais e em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país em todos os campi do IFBA.” (IFBA, 2013, p. 75).

Na Licenciatura em Computação, a articulação entre essas três dimensões pode ocorrer de diferentes formas. Nas atividades curriculares do curso, destacam-se, principalmente, os Estágios supervisionados I, II, III e IV, as disciplinas de Seminário Temático I e II, nas disciplinas ACEX I, II e III e no Projeto Integrador de Curso (PIC). Também são propostos, no IFBA Valença, projetos de pesquisa e de extensão, tanto por docentes quanto por servidores técnicos administrativos da instituição.

Os estágios curriculares, por exemplo, são uma oportunidade de aproximação entre os diferentes níveis de ensino. Além da consolidação da formação profissional através das práticas de ensino, entende-se o estágio curricular como um meio para o exercício da pesquisa e da extensão, uma vez que o estudante terá que realizar investigações teóricas e metodológicas, observar e entender as diferenças entre os ambientes de atuação profissional, além de ter a oportunidade de aproximar-se da comunidade, fomentando diálogo e parcerias com diversos setores.

O Projeto Integrador do Curso, por sua vez, deve versar sobre temas pertinentes ao curso e poderá englobar atividades práticas e/ou teóricas. Caracterizado, eminentemente, como uma atividade de pesquisa, o projeto integrador do curso de licenciatura também envolve práticas de ensino e aponta para possíveis intervenções na comunidade interna e externa. As ações que incentivam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão são também descritas na seção sobre interdisciplinaridade.

Outros programas regulamentados no IFBA, que reforçam a articulação do ensino, com a pesquisa e a extensão, à produção científica e tecnológica, são PIBIC, PIBIT, PIBID e Residência Pedagógica, destacadas nas seções a seguir.

4.1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC,

> visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais para a pesquisa entre estudantes de graduação e ensino médio, em todas as áreas

> do conhecimento, mediante participação em projetos de pesquisa orientados por pesquisadores do IFBA. (PDI 2020-2024, p. 155).

Os bolsistas são indicados por professores orientadores lotados nos campus e os objetivos do programa são: contribuir para a formação de recursos humanos para a atividade de pesquisa; contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e reflexiva em sua comunidade; estimular pesquisadores a envolverem estudantes do ensino superior em atividades de pesquisa; proporcionar ao bolsista, orientado(a) por pesquisador(a) qualificado(a), a aprendizagem científica por meio do uso de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa; contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade em produção de conhecimento científico, podendo ser aplicado no ensino e em instituições e empresas no Estado da Bahia e no Brasil[14].

4.2. Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

O Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI é “um programa voltado para a iniciação à pesquisa dos estudantes dos cursos técnicos e cursos superiores” (PDI 2020-2024, p. 155) e seu regulamento foi aprovado pela Resolução nº 24 de 06 de setembro de 2012. Esse programa possibilita que estudantes de graduação, ao participar de projetos de pesquisa de inovação e tecnologia, se desenvolvam como ser humano crítico e contribuam para a transformação da sociedade.

4.3. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID -, fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) é uma atividade que articula pesquisa, extensão e ensino. Tem na sua concepção o desenvolvimento de práticas pedagógicas, com a obrigação de

[14] Informação retirada do Edital nº 01/2020/PRPGI/IFBA de 13 de janeiro de 2020

planejamentos de aula para serem executadas em escolas parceiras do IFBA campus Valença, além do próprio IFBA. É considerada uma atividade de extensão por estarem em espaços para além do IFBA, proporcionando aos alunos a aplicação da teoria apreendida no curso, bem como a experimentação de metodologias e de materiais didático-pedagógicos desenvolvidos durantes as disciplinas de Didática, Metodologia do Ensino da Computação e Prática do Ensino da Computação. E é atividade de pesquisa, pois ao longo da permanência no projeto, o discente de Computação é orientado a refletir sobre as ações executadas relacionando teoria e prática e assim ser exigido como produzir material acadêmico fruto do “olhar” do pesquisador e apresentar à comunidade acadêmica.

4.4. Residência Pedagógica

O Programa Residência Pedagógica prevê edital proposto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES e tem como um dos objetivos: incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica, conduzindo o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente.[15]

Esse é mais um programa que articula pesquisa, ensino e extensão, por ser uma atividade de formação realizada por um discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo. O aluno selecionado tem como tarefas, cumprir as obrigações que forem definidas no plano de atividades; elaborar planos de aula; cumprir a carga horária definida pelo programa; elaborar relatórios e portfólios; acompanhar e avaliar as atividades do programa; manter o preceptor, docente orientador e coordenador institucional, informados de qualquer intercorrência.

Para efeito de conhecimento, é importante informar que no IFBA, campus Valença, cinco grupos de pesquisa foram criados e atuam com docentes e discentes na proposição de pesquisas científicas. São eles: grupo de pesquisa em Física Aplicada e em Ensino de Física; grupo de pesquisa em Computação Aplicada; grupo de pesquisa em Educação, Ciência e Tecnologia; grupo de pesquisa em Ensino e Aprendizagem de Matemática da Costa do Dendê; e Diálogos em Línguas Adicionais

[15] Portaria nº 259, de 17 de dezembro de 2019

e Tecnologias.

4.5. Programa de Bolsas de Iniciação à Extensão

Vinculado à Pró-reitora de Extensão (PROEX), o Programa de Bolsas de Iniciação à Extensão para o Ensino Superior (PIBIEX-ES) é voltado para atender um dos tripés que moldam esta modalidade dentro do IFBA. O programa é voltado para manutenção das ações que integram o Instituto à sociedade e suas,

> ações estão relacionadas à democratização das informações (que podem ser traduzidas em ações como cursos, eventos, seminários, etc.) ao desenvolvimento social e tecnológico (que pressupõe a prestação de serviços, projetos tecnológicos, extensão tecnológica) e à melhoria da qualidade de vida da população (ações voltadas ao desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e cultural da sociedade que tenham impacto social), além de fazer parte das diversas ações de permanência do aluno no Instituto Federal da Bahia e atender às ações e processos constantes no Plano de Contingência Institucional do IFBA. (IFBA, p. 1, 2021)

Considerando o exposto, este contato visa auxiliar a formação do discente, promovendo a ideia de que o conhecimento, além de gerado, precisa ser disseminado e aplicado na sociedade onde a instituição está inserida, encaminhando o aluno para uma atuação que preze pela manutenção da educação superior como meio de transformar o contexto social que o cerca.

É na ideia da formação de um profissional da educação com a visão para além dos muros da escola que o edital do PIBIEX é moldado e considera, como objetivos para o aprimoramento dos alunos extensionistas os seguintes pontos:

a. contribuir para a formação educacional, profissional e cidadã, proporcionada pelas experiências dos discentes realizadas junto à comunidade interna e externa do Instituto;
b. incentivar a participação de estudantes em projetos de extensão desenvolvidos por extensionistas do IFBA;
c. fomentar a formação de grupos/núcleo de extensão;
d. estimular os extensionistas a envolverem os estudantes nas suas atividades de extensão profissional, científica e tecnológica;
e. incentivar o envolvimento de estudantes e servidores nas atividades extensionistas, na busca de inserção e intervenção à realidade local e regional, com a produção do conhecimento contextualizado e

transformador, favorecendo a integração entre os Campi do IFBA e a sociedade;

f. oportunizar maior democratização do saber, fortalecendo a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
g. contribuir para o processo de fortalecimento social e cultural dos territórios de identidade contemplando os arranjos produtivos relacionados ao perfil de cada Campus do IFBA.

5. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão cada vez mais presentes na relação ensino-aprendizagem. Esta inserção das TICs tem provocado uma transformação no processo educacional que, por sua vez, influencia a relação professor-aluno. Estas ferramentas pedagógicas que, há alguns anos, eram consideradas apenas de apoio eventual para o professor, hoje se mostram parte indissociável do processo educativo.

Atualmente as Tecnologias de Informação e Comunicação são um elemento fundamental, não só de inovação, mas de transformação e que por si só firmam novos conceitos de interação social, educacional e de disseminação do conhecimento. Neste contexto, o professor, além de atuar como facilitador no processo de aprendizagem, deve ainda desempenhar funções de coordenador das atividades técnicas e pedagógicas que permitam aos alunos se apropriarem desta tecnologia de maneira significativa para sua formação profissional.

No curso de Licenciatura em Computação do IFBA Valença estão incluídas ações de ensino aprendizagem relacionadas às TICs que podem ser utilizadas através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), das redes sociais, dos ambientes virtuais de colaboração e das ferramentas digitais, no âmbito dos componentes curriculares.

Outro suporte oferecido ao corpo docente e discente e cujo objetivo principal é tornar mais efetivas as ações desenvolvidas nas atividades de prática de ensino previstas na matriz curricular, é o Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais. Este laboratório, equipado com lousa digital e interconectividade a Web, incentiva e viabiliza o uso das tecnologias de informação e comunicação durante o processo de formação do licenciando. Além disso, projetos de pesquisa como aqueles desenvolvidos com a robótica LEGO e os de extensão, com alunos em vulnerabilidade social ou com deficiências físicas ou intelectuais, são idealizados, preparados e ofertados com o aporte dos recursos tecnológicos provenientes deste laboratório. Isto oferece ao discente a oportunidade de se familiarizar com estas

tecnologias de forma contínua e ao mesmo tempo permite a este compreender, avaliar, catalogar e gerenciar recursos educacionais e didáticos, fazendo uso de metodologias de ensino baseadas em pesquisa-ação.

Salienta-se que este e outros laboratórios do *campus* dão suporte a atividades desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e aos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Este Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais possui os seguintes recursos:

Quadro 6: Equipamentos do Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais

Item	Descrição	Quantidade
1	TV LCD 42 Pol	01
2	Notebook Intel Core i3	12
3	Filmadora Digital Filmadora tipo digital. Sensor de Imagem: CMOS. Tecnologia: Cartão de Memória, HD, TouchScreen. HD interno: 16 Gb, visor LCD;	01
4	Roteador Wireless 802.11n PoE-Padrões: “Draft” IEEE802.11n, IEEE802.11g, IEEE802.11b, IEEE802.3, IEEE802.3u, IEEE802.3af (Power over Ethernet),	01
5	Lousa multimídia; Notebook; Suporte de Projetor (Parede); Projetor; Sonorização Ambiente; Quadro Interativo "88"cerâmica; Instalação equipamento.	01
6	Kit LEGO Mindstorms	06
7	Datashow	01

6. ACESSIBILIDADE

As Políticas de Acessibilidade do IFBA estão dispostas nas diretrizes de seu PDI e são baseadas na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC-2008), nos Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do SINAES (MEC/INEP – julho/2013) e na Lei nº 13.146/2015, na lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e na Resolução nº 9, de 28 de março de 2016 do Instituto. Estas políticas visam assegurar a acessibilidade atitudinal removendo barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações e foram implantadas em consonância com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, consta na Constituição Federal, nos arts. 205-208. E a Educação Especial e o atendimento educacional especializado – AEE, através do Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.

A acessibilidade e inclusão social são conceitos intrinsecamente ligados, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Em uma visão mais ampla, a acessibilidade evidencia a possibilidade de transposição dos entraves que representam barreiras para a efetiva participação de pessoas no âmbito da vida social e profissional. A acessibilidade é, portanto, condição fundamental em qualquer processo de inclusão social e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo a atitudinal, a física, a tecnológica, a comunicacional, pedagógica, entre outras. É importante destacar que, sempre que necessário, a instituição disponibiliza, para o trabalho com os discentes, profissionais de apoio à educação especial inclusiva, tais como tradutor e intérprete de Libras e guia-intérprete, visando favorecer o processo de comunicação em sala de aula e nos demais ambientes da instituição; profissional braillista e ledor/transcritor. Portanto, a promoção da acessibilidade requer a identificação e eliminação dos diversos tipos de barreiras que impede que pessoas possam realizar atividades ou exercer funções na sociedade em que vivem em condições equânimes aos demais indivíduos.

Assim, a fim de formar profissionais com o perfil, habilidades, competências e características pretendidas neste Projeto Pedagógico de Curso têm-se o desafio de colocar em prática a plena acessibilidade pedagógica, atitudinal, comunicativa, digital

e física a todos os estudantes que fazem ou pretendem fazer parte do espaço de saberes IFBA campus Valença. Esse desafio será encarado de forma construtiva e que possa aperfeiçoar o oferecimento dos serviços em educação propostos por esse campus. Ao receber estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas, o IFBA campus Valença, por meio de setores específicos e especializados ofertados em setores como o CAPNE, Coordenação Pedagógica e de Assistência Estudantil, o Serviço Social, dentre outros, farão um estudo individualizado das necessidades envolvidas e traçarão estratégias para promover a total acessibilidade a todos os estudantes.

6.1. Acessibilidade Atitudinal

A educação inclusiva deve compreender a mudança da concepção pedagógica, de formação docente e, ainda, da gestão educacional, para a efetivação do direito que todos têm à educação, de forma a transformar as estruturas educacionais tradicionais, que tendem a reforçar a oposição entre o ensino “comum” e o “especial” e a corroborar com a criação de espaços segregadores para os alunos público alvo da educação especial.

Dessa forma, para que haja inclusão não basta que o aluno com deficiência esteja na sala de ensino regular, com os demais alunos. É preciso que ele tenha assegurado o respeito às suas especificidades, tendo acesso a todos os recursos necessários para um processo de aprendizagem efetivo e também que seja verdadeiramente integrado à escola, à sociedade e ao mercado de trabalho.

Assim, compreende-se que a acessibilidade que vai além da acessibilidade física e da sua inserção na sala de aula. Esta concepção pressupõe a articulação dos princípios e dos valores que estão subjacentes à formulação das políticas e das práticas institucionais no âmbito pedagógico e da gestão. Reconhecemos a inclusão como responsabilidade social, tomando por base de nossas práticas documentos norteadores como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB 9394/96 e a Portaria MEC nº3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispões sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

6.2. Acessibilidade Pedagógica

Para além da adaptação física, reconhecemos a importância da acessibilidade pedagógica, com vistas a promover a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. A acessibilidade metodológica está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional. Como exemplos de estratégias de acessibilidade pedagógica à serem adotadas, podemos destacar:

- Adaptação do PPC de acordo com a necessidade identificada. Se necessário, será elaborado um PPC específico, individual, para cada necessidade;
- Oferecimento da disciplina LIBRAS;
- Uso de intérpretes em LIBRAS nas aulas;
- Uso de impressão de material em braile;
- Capacitação dos professores e servidores para atender às necessidades;
- Adequação da sinalização dos espaços do campus;
- Uso de softwares específicos.

Assim, a acessibilidade pedagógica promoverá a remoção de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo e a formação continuada de professores e técnicos administrativos. Modificando e adaptando a atuação dos professores na forma que concebem o conhecimento, a aprendizagem, a avaliação e a inclusão educacional, de modo a promover processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo, utilizando recursos alternativos de comunicação, textos impressos e ampliados, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

É importante ressaltar que tais estratégias serão discutidas, analisadas e viabilizadas, entre os setores competentes, de acordo com as necessidades durante o decorrer do curso.

6.3. Acessibilidade Comunicacional

A fim de atender a tais demandas, o campus implantou uma infraestrutura

comunicacional e digital, composta por lousas digitais, programas que permitem a adaptação para pessoas com baixa visão, conjuntos de fones de ouvido e microfones para alunos com baixa audição. Os alunos também têm acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do IFBA, que atualmente utiliza o ambiente MOODLE para prover ensino diferenciado e à distância para seus alunos. Há também a disponibilização de livros e periódicos digitais na biblioteca do campus.

Ressalta-se que, na entrada do estudante com deficiência o Projeto Pedagógico será adaptado para que ocorra a acessibilidade plena desse estudante. Há de se enfatizar que para cada estudante com deficiência será elaborado um Projeto Pedagógico específico.

Alguns Setores e Programas do campus Valença, que atuam diretamente na promoção da acessibilidade, estão descritos a seguir.

6.4. Apoio ao Discente e à Pessoa com Deficiência

A rede de acessibilidade do IFBA é ampliada, principalmente, através das ações de apoio aos discentes. Além de garantir aos estudantes com deficiência, ou mobilidade reduzida, as condições necessárias para a permanência, o apoio estudantil considera outros aspectos que influenciam as condições de ensino-aprendizagem.

Cabe informar que:

> O apoio ao discente contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e promove outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras. (DAES, 2017, p. 15).

As Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA reforçam a implementação de:

> [...] ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial. (IFBA, 2016b, p. 2)

Em cumprimento às exigências institucionais e com o objetivo de contribuir com a consolidação das políticas de apoio ao estudante, a Licenciatura em Computação oferece ao corpo discente atividades que vão desde o acolhimento do

ingresso ao acompanhamento após a conclusão do curso. As próximas seções apresentam alguns dos programas de apoio existentes no campus Valença.

6.5. Setor Médico e de Enfermagem

O setor de saúde do IFBA campus Valença é composto por um médico, um técnico de enfermagem e uma enfermeira.

6.6. Setor Psicossocial

O setor psicossocial é composto por Assistente Social, Psicólogo(a) e uma estagiária.

O Serviço Social no IFBA/Valença atua em 04 grandes eixos:

I. Realiza o Acolhimento Social;

II. Socializa informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social;

III. Construção de estratégias e fomento à participação dos estudantes e famílias nos espaços de diálogo, participação e controle social dentro da Assistência Estudantil; e

IV. Realiza estudos socioeconômicos vinculados às políticas de assistência estudantil para a concessão de bolsas, acesso e permanência no Instituto.

O Acolhimento Social centraliza-se em 03 ações principais: Abordagens individuais, acompanhamento multidisciplinar e visitas domiciliares. As abordagens individuais se caracterizam pelos atendimentos individualizados por demanda espontânea e por agendamentos. A demanda espontânea acontece quando o estudante ou um familiar procura o serviço livremente para relatar uma situação-problema. Entretanto, o agendamento pode ser realizado pelo próprio profissional a partir da análise social e econômica do estudante ou por outros setores que identificaram situações que requerem intervenção do serviço social. Nesse caso,

as demandas devem ser encaminhadas para o e-mail do setor (servicosocial.val@ifba.edu.br) que irá agendar o atendimento com o estudante e/ou familiar para realizar a escuta qualificada da situação apresentada. Após o primeiro atendimento, caso seja necessário, o profissional direcionará a demanda para outros setores da rede interna e externa ao IFBA, por meio do Encaminhamento Social.

É importante identificar ocorrências de cunho social e econômico para realizar o encaminhamento ao setor do Serviço Social: situações vivenciadas pelos estudantes no âmbito socioeducacional e sociofamiliar, como as atitudes e comportamentos agressivos e violentos, desrespeito à pluralidade e a diversidade étnico-racial, orientação sexual, identidade de gênero, preconceitos referentes à condição física, à classe social, à religiosidade, à nacionalidade, renda precária e escassa e outras situações interligadas à vida cotidiana dos estudantes e de suas famílias que podem comprometer o bom desempenho acadêmico/escolar daqueles. Vale ressaltar que tais ocorrências compõem um rol meramente exemplificativo.

O Acompanhamento Multidisciplinar é realizado pela equipe de profissionais do IFBA a partir das análises dos casos mais complexos apresentados aos setores. E as Visitas Domiciliares, são realizadas a partir de um planejamento prévio e da identificação do profissional de Serviço Social, para conhecer as dinâmicas sociais e familiares que atravessam as condições sociais e econômicas do estudante.

A Socialização das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social, se realiza por meio de ciclos de debates que perpassam as interseccionalidades e promoção de campanhas socioeducativas.

O outro eixo refere-se à Construção de estratégias e fomento a à participação dos estudantes e famílias nos espaços de diálogo, participação e controle social dentro da Assistência Estudantil foi pensado para esclarecer aos estudantes e às famílias sobre os objetivos e recursos da Política de Assistência Estudantil, bem como, promover ações de planejamento e avaliação junto a eles.

Por fim, o eixo sobre os estudos socioeconômicos vinculados às políticas de assistência estudantil tem a finalidade de elaboração e execução dos editais dos auxílios PAAE para concessão de auxílios vinculados aos programas da Assistência Estudantil e seu monitoramento. Atualmente, essa atividade destaca-se pela

necessidade de inclusão de estudantes nos programas de apoio à permanência dentro do Instituto. Acontece durante o primeiro semestre do ano, e que diante da alta demanda, dificulta que as outras ações sejam realizadas durante o período de análise.

A Assistência Estudantil no IFBA é regulamentada pelas Diretrizes da Política de Assistência Estudantil da instituição, aprovada no Conselho Superior (CONSUP) através da resolução nº 194, de 04 de dezembro de 2014 e pelas resoluções n° 16 e 25 de 2016. Ela está dividida em 3 programas:

1. Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE);
    a. Auxílio Transporte
    b. Auxílio Moradia
    c. Auxílio para Aquisições
    d. Auxílio Cópia e Impressão
    e. Auxílio Alimentação
    f. Bolsa Estudo
    g. Bolsa vinculada a Projetos de Incentivo à Aprendizagem (PINA)

2. Programas Universais;
    a. Programa de Educação para Diversidade;
    b. Programa de Atenção às Pessoas com Necessidades Específicas;
    c. Programa de Assistência à Saúde;
    d. Programa de Acompanhamento Psicológico;
    e. Programa de Acompanhamento Pedagógico;
    f. Programa de Acompanhamento Social;
    g. Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer;
    h. Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural;
    i. Programa de Incentivo à Formação da Cidadania;
    j. Programa de Assistência a Viagens.

3. Programas Complementares.
    a. Programa de Mobilidade Acadêmica
    b. Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica III – Programa de Monitoria

O PAAE é um Programa Seletivo que visa apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no âmbito do qual caberá ao profissional de Serviço Social desenvolver ações de seleção dos estudantes, podendo inseri-los, de acordo com sua demanda, em uma das modalidades de bolsas e auxílios que compõem. Este programa é destinado aos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e visa à permanência e formação dos mesmos na instituição.

Aos Programas Universais caberá desenvolver ações para todos os estudantes regularmente matriculados no IFBA em todos os níveis e modalidades de ensino, por meio de projetos que atendam aos critérios de cada programa proposto nestas normas. A participação dos estudantes nos Programas Universais não estará condicionada às questões socioeconômicas e/ou meritocráticas.

Já aos Programas Complementares caberá desenvolver ações específicas nas quais a participação dos estudantes deverá estar condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas. Estes programas são destinados aos estudantes que mais necessitem de custeio total ou parcial para viagens em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional, auxílio para iniciação científica e tecnológica ou auxílio para atuação em monitoria de disciplinas específicas ou projetos de extensão relacionados ao ensino. Estes programas auxiliam tanto o aluno que recebe bolsa, quanto aos que participam das aulas de monitoria, nivelamento ou ainda das atividades de extensão, já que as disciplinas escolhidas para estas demandas são preferencialmente as que apresentam o maior número de reprovação.

6.7. Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE)

A CAPNE do campus Valença tem por objetivo geral

> [...] promover ações que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão com êxito do discente com Necessidades Específicas no curso realizado na Instituição, abrangendo também os transtornos específicos da aprendizagem.[16]

[16] Para mais informações: https://portal.ifba.edu.br/valenca/ensino/napne. Acesso em: 08 abr. 2021.

A CAPNE foi instituída pela Resolução CONSUP/IFBA nº 58, de 18 de maio de 2022, integrando assim a estrutura organizacional do IFBA, com o objetivo de atender alunos com deficiência descritas na Resolução do CNE/CEB nº 4/2009:

I. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
II. Alunos com transtorno do espectro autista: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; nessa definição alunos com autismo clássico;
III. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Em articulação com as coordenações de curso, com os docentes e com os demais setores da instituição, assim como em parceria com as famílias e com as redes socioassistencial e de saúde, a CAPNE busca garantir que no *campus* sejam cumpridas, entre outras, as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e da Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou Outras Necessidades no IFBA (Resolução CONSUP/IFBA nº 30, de 12 de dezembro de 2017). Para isso, a coordenação propõe, incentiva, acompanha, assessora e desenvolve ações que visam eliminar ou atenuar as barreiras impostas aos estudantes atendidos.

Desse modo, os estudantes com deficiência e/ou outras necessidades específicas que ingressam em um dos cursos oferecidos pelo *campus* são encaminhados à CAPNE para registro, avaliação e acompanhamento pelo setor. Uma vez identificado o tipo de deficiência, transtorno ou especificidade; e uma vez analisadas as suas necessidades dentro da instituição, o estudante passa a receber o apoio necessário da equipe multidisciplinar e dos profissionais de apoio à educação especial de que necessite (professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE, tradutor-intérprete de LIBRAS, guia-intérprete, transcritor de texto em Braile,

profissional de apoio, ledor/transcritor, entre outros). Além disso, são avaliadas as necessidades de disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e de realização de adaptações arquitetônicas e de mobiliário para atender aos discentes. São analisadas também as adaptações, flexibilizações e alterações pedagógicas e curriculares que se fazem necessárias para atender às demandas dos alunos; e oferecidas ao corpo docente as orientações e o apoio de que precisam para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas com os estudantes. Sendo assim, ao longo de todo o período letivo, a coordenação busca trabalhar em parceria com os membros da comunidade interna e externa implicados na garantia do ingresso, permanência e êxito dos discentes com deficiência e/ou outras necessidades específicas no IFBA – Campus Valença.

7. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

7.1. Avaliação da Aprendizagem

Nas inúmeras situações em que a palavra avaliação é citada, a primeira impressão é de medo, principalmente por se tratar de algo tão complexo relacionado à ação formadora. Segundo Cordeiro (2007, p. 145),

> [...] avaliação precisa ser compreendida como parte indispensável do processo de ensino e de aprendizagem e como mecanismo essencial que permite, tanto aos professores, quanto aos alunos, reorientar as suas ações de maneira a garantir a aprendizagem para os alunos.

Sendo assim é importante entender a avaliação como possibilitadora de nortear as ações docentes, refletindo sobre os níveis de aprendizagem dos alunos e consequentemente propor metodologias em que o ensino e a aprendizagem sejam de fato eficazes tanto para professores quanto para alunos.

O olhar crítico-reflexivo sobre o processo avaliativo exige diversidade de instrumentos avaliativos onde não mais podem se restringir a testes e provas, ou seja, é o estudo da teoria sobre avaliação e o diálogo com os pares que provocará a docentes e discentes o experimentar de novas formas de avaliar que privilegiem o sujeito que a Licenciatura em Computação pretende formar. São propostas de avaliações a serem aplicadas: trabalhos de pesquisa, seminários; debates; planejamento e roteiro de aulas; listas de exercícios; construção de objetos de aprendizagem; produção de sites e etc.

De acordo com o PPI (2013), o modelo avaliativo do IFBA deve passar por três momentos: diagnóstico, formativo e somativo. Assim as disciplinas dispostas na matriz curricular do curso, levarão em consideração esses três momentos com atividades diversas propostas pelos docentes.

Por fim, ressaltamos que as estratégias de acompanhamento e avaliação estão de acordo à concepção do curso. Reforçamos a importância de oferecer aos discentes todas as informações sobre o processo avaliativo e os docentes deverão utilizar os resultados obtidos para ressignificar as suas práticas educativas.

Também é importante ratificar que na entrada do estudante com deficiência o Projeto Pedagógico será adaptado para que ocorra a acessibilidade plena desse estudante. Há de se enfatizar que para cada estudante com deficiência será

elaborado um Projeto Pedagógico específico.

7.2. Critérios de Aproveitamento e Procedimentos de Avaliação de Competências Profissionais Anteriormente Desenvolvidas

Fica definido que serão aproveitados estudos, através de disciplinas que forem cursadas e aprovadas em outra instituição de ensino superior devidamente reconhecida pelos órgãos competentes, respeitando as normas acadêmicas que estiverem em vigor. Caberá ao professor da disciplina a análise e o julgamento da solicitação de aproveitamento dos estudos.

Para efeito de cumprimento ao pedido de aproveitamento solicitado por discentes, será observado o que determina a Resolução nº 23 de 23 de maio de 2019, no seguinte artigo:

> Art. 124 Será solicitado em qualquer época, o aproveitamento de estudos para reconhecimento de disciplinas ou etapas cursadas com aprovação. §1º O aproveitamento de estudos para reconhecimento de disciplinas se dará mediante compatibilidade de no mínimo 75% da carga horária e do conteúdo programático, após análise por docente da área. §2º A solicitação só garante dispensa efetiva após o deferimento do pleito. §3º Casos omissos e recursos serão analisados pelo colegiado do curso.

Ressalta-se a necessidade de informes periódicos à comunidade acadêmica, esclarecendo os trâmites legais.

8. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

É indiscutível a importância de se construir o projeto pedagógico de curso e avaliar o projeto construído é tão importante quanto. Sendo assim são necessárias avaliações periódicas do documento com o objetivo de analisar: alterações para a melhoria do curso; ementas dos componentes sempre em busca de manter a qualidade do curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) em parceria com a coordenação do curso e o colegiado do curso, terão a tarefa de avaliar periodicamente a implementação do Projeto Pedagógico do Curso. O processo de avaliação contínua terá como base as avaliações da CPA e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Como proposta de metodologia para avaliação deste projeto, indica-se:

- Aplicação de questionários (com orientação da CPA);
- Encontros periódicos com docentes integrados à Licenciatura (discussões sobre conteúdos, metodologia e instrumentos avaliativos de cada disciplina);
- Encontro com discentes (com foco na metodologia de ensino dos professores o que pode impactar no processo ensino-aprendizagem);
- Encontros com funcionários, diretamente envolvidos com a Licenciatura;
- Seminários e palestras com foco nos direcionamentos propostos pela comunidade acadêmica.
- Entendendo a importância da implementação destas ações com vistas a “manter vivo” esse Projeto Pedagógico e consequentemente desenvolver a Licenciatura, esperamos alcançar os seguintes resultados:
- Fazer entender a importância do Projeto Pedagógico do curso como um documento que necessita ser revisto periodicamente e que este possibilita a formação adequada para o futuro licenciado;

- Ampliação de novos olhares e metodologias para o aprimoramento do ensino e aprendizagem da Computação/Informática no trabalho para a formação do/da licenciando/a.
- Integrar docentes de áreas curriculares diferentes em busca de uma formação que não perca de vista as questões acadêmicas, científicas e pedagógicas;
- Possibilitar que a integração entre docentes e discentes seja cada vez maior por meio de elaboração de projetos de pesquisa e extensão;
- Possibilitar momentos em que experiências metodológicas sejam socializadas;
- Fortalecimento do tripé: ensino, pesquisa e extensão, com atenção ao que preconiza as DCN para a formação dos/as licenciandos/as;
- Avaliação periódica deste Projeto Pedagógico, bem como da vida acadêmica dos/as alunos/as e do trabalho dos/as docentes, revendo a qualidade dos instrumentos avaliativos (avaliação com a periodicidade definida pela CSA e NDE);
- Conscientização, por parte dos discentes, da importância da formação propiciada durante o curso, para posterior atuação no mercado de trabalho, reforçando o papel do/da professor/a no contexto social;
- Aumento das taxas de conclusão da Licenciatura.

9. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

Compõe a gestão acadêmica do curso: Colegiado do Curso, Coordenação do Curso e Núcleo Docente Estruturante. As definições e atribuições dos órgãos estão de acordo com a Resolução nº 23 de 16 de maio de 2019, que trata das Normas Acadêmicas do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA.

9.1. Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA Campus Valença é composto pelo Coordenador do Curso, que o preside, por representantes docentes que desempenham atividades no Curso, sendo eleitos pelos seus pares dos respectivos departamentos e áreas de conhecimento, representação discente na proporção de 1/5 do total do Colegiado, regularmente matriculado no Curso e indicado pelo órgão representante competente e um representante da área técnico-pedagógica. Todos os membros do Colegiado de Curso terão um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, à exceção do seu presidente, o Coordenador do Curso, que é membro nato. As atribuições do Colegiado dos Cursos de Licenciatura são as seguintes:

- Apreciar e deliberar sobre as sugestões apresentadas pelos docentes e pelos discentes quanto aos assuntos de interesse do Curso;
- Programar anualmente a provisão de recursos humanos, materiais e equipamentos para o Curso;
- Aprovar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias próprias para o ensino, bem como os programas e planos propostos pelo corpo docente para as disciplinas do Curso;
- Analisar irregularidades e aplicar as sanções previstas no Regime Disciplinar, no Regimento Geral e outras normas institucionais, no que se refere ao Corpo Docente e ao Corpo Discente, no âmbito de sua competência;
- Aprovar os planos de atividades a serem desenvolvidas no Curso;

- Deliberar sobre as atividades didático-pedagógicas e disciplinares do Curso e proceder a sua avaliação periódica;
- Definir e propor as estratégias e ações necessárias e/ou indispensáveis para a melhoria de qualidade da pesquisa, da extensão e do ensino ministrado no Curso;
- Decidir sobre recursos interpostos por seus alunos contra atos de professores do Curso, naquilo que se relacione com o exercício da docência;
- Analisar e decidir sobre recurso de docente contra atos de discentes relativos ao exercício da docência;
- Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, observando os indicadores de qualidade determinados pelo MEC e pela instituição;
- Colaborar com os diversos órgãos acadêmicos nos assuntos de interesse do Curso;
- Analisar e decidir os pleitos de aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas, mediante requerimento dos interessados;
- Exercer outras atribuições que lhe forem designadas pela administração superior do IFBA.

O colegiado do Curso de Licenciatura em Computação é composto de forma multidisciplinar, com docentes que atuam nas áreas de conhecimento que compõem o curso. Desta forma, procurar-se-á trazer para o colegiado a característica de multidisciplinaridade do Curso.

9.2. Coordenação do Curso

A Licenciatura é dirigida por um Coordenador(a) indicado(a) dentre os(as) integrantes do corpo docente do Curso, salvaguardada a sua formação e a especificidade do Curso em questão. Este(a) profissional deve fazer parte do quadro permanente de docente do campus com formação na área pedagógica e/ou em área específica do curso, com titulação mínima de especialista e sua carga horária de

dedicação à coordenação não deve ultrapassar o que determina a legislação vigente. Para efeito de um trabalho mais eficiente, é importante que seja disponibilizado secretário(a) ou estagiário(a) para o auxílio das atividades administrativas, bem como sala específica para o desenvolvimento das atividades.

O(A) Coordenador(a) de Curso desenvolverá suas funções por intermédio do Colegiado de Curso e as suas atribuições são as seguintes:

- Convocar e presidir as reuniões, coordenar as atividades e representar o Colegiado do Curso, lavrando suas competentes Atas;
- Executar as decisões do Colegiado de Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- Promover a articulação institucional com entidades de interesse dos cursos;
- Realizar reuniões periódicas com os representantes estudantis, com registro das atas correspondentes;
- Elaborar, ao final de cada semestre, relatório de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- Orientar e supervisionar as atividades docentes relacionadas aos registros acadêmicos, garantindo o cadastro de informações acadêmicas dos alunos, no prazo previsto no calendário de atividades acadêmicas;
- Elaborar a oferta semestral de disciplinas e atividades de TCC e Estágios, vagas e turmas do Curso;
- Articular-se com as demais Coordenações de Cursos no que se refere à oferta de disciplinas comuns a vários Cursos;
- Elaborar e manter atualizado o projeto pedagógico do Curso, juntamente com o corpo docente e a representação discente, submetendo-o à aprovação do Colegiado;
- Adotar, ad referendum do Colegiado, providências de caráter urgente e de interesse do Curso;

- Apresentar ao colegiado de curso para deliberação, nas reuniões ordinárias, todas as providências ad referendum que foram tomadas;
- Supervisionar as atividades de Estágio e Trabalho Final de Graduação, submetendo relatório semestral ao Colegiado de Curso;
- Exercer outras atribuições que lhe forem designadas formalmente pelos órgãos superiores do IFBA.

9.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA Campus Valença é composto por professores que fazem parte do corpo docente efetivo da instituição e tem por principal objetivo a contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Segundo a Resolução 01/2010 do CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior) e a Resolução/CONSUP/IFBA nº 17 de 27 de agosto de 2012 são atribuições do NDE, dentre outras:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Colaborar com a atualização periódica do projeto pedagógico do curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;

- Auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente, inclusive com a avaliação institucional, recomendando aos Colegiados dos Cursos a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

A resolução/CONSUP/IFBA nº 17 de 27 de agosto de 2012 normatiza que na constituição do NDE deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- O Coordenador do curso, como seu presidente;
- Pelo menos 4 (quatro) professores integrantes do corpo docente do curso.
- Pelo menos 60% dos professores que constituem o NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 40% em tempo integral;
- A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução de no máximo 60% dos docentes que compõem o NDE.

10. INFRAESTRUTURA

10.1. Instalações (básicas e específicas)

O IFBA *campus* Valença conta com a seguinte infraestrutura para sediar o Curso de Licenciatura em Computação: 13 (treze) salas climatizadas com quadro-branco, cadeiras e capacidade para 40 (quarenta) alunos cada.

10.1.1. Laboratórios

O campus Valença possui, atualmente, 6 (seis) Laboratórios de Computação, sendo que destes 4 (quatro) são multidisciplinares (destinado a aulas de computação em geral), um exclusivo para aulas de manutenção de computadores e outro Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais (destinado a práticas pedagógicas). Além de um Telecentro Comunitário, fruto de um convênio com o Ministério das Comunicações.

Cada Laboratório Multidisciplinar está equipado com 20 computadores, acesso à Internet, quadro branco, ar-condicionado e Datashow.

10.1.2. Biblioteca

A Biblioteca do IFBA campus Valença constitui-se num espaço aberto e compartilhado para a construção do conhecimento e facilitador da aprendizagem, reservado para fins didáticos e culturais, disseminação da informação e aquisição de conhecimento técnico, científico e cultural.

O objetivo da Biblioteca é reunir, organizar e promover o acesso à informação de forma precisa e eficaz, atuando como um agente facilitador no processo de ensino-aprendizagem e incentivador da cultura e do prazer pela leitura na comunidade do IFBA. Dessa forma, buscam-se captar os recursos informacionais indispensáveis ao desenvolvimento dos programas de ensino dos cursos oferecidos pela Instituição, contribuindo no processo de ensino-aprendizagem como suporte às atividades pedagógicas e atuando na promoção da cultura e do prazer pela leitura de nossos usuários.

São usuários da Biblioteca todos os alunos, professores e funcionários

efetivos e terceirizados da Instituição. A Biblioteca também está aberta para a comunidade em geral: alunos de outras instituições, pesquisadores, etc.

A Biblioteca está comprometida com a qualidade dos produtos e serviços que oferece à comunidade do IFBA campus Valença visando alcançar de forma efetiva os objetivos propostos. Assim, estamos comprometidos em:

- Prestar um serviço de qualidade, que atenda de forma satisfatória as necessidades de informação e apoie de forma efetiva o processo de ensino-aprendizagem dentro da Instituição.
- Tornar a Biblioteca um espaço reservado para aquisição de conhecimento, cultura e lazer onde haja interação entre conhecimento, educação e senso de solidariedade e cidadania.

Dentre os serviços prestados pelo setor, podemos destacar: Cadastro de Usuários, Consulta Local, Serviço de Referência, Empréstimo Domiciliar, Empréstimo Anual do Livro Didático, Empréstimo Especial, Acesso à Internet, Orientação quanto à elaboração de Pesquisa Bibliográfica, dentre outros serviços que, assim como a descrição dos itens acima, podem ser encontrados no site institucional do campus.

10.1.3. Acervo disponível

A biblioteca do campus Valença constitui-se em um espaço reservado para fins didáticos e culturais. Ela participa da dinâmica de disseminação de informações e aquisição de conhecimento técnico, científico e cultural, garantindo liberdade de acesso às coleções para os usuários que respeitarem suas normas regulamentares. A biblioteca possui uma área de 322m2, com prateleiras para livros, uma sala audiovisual, duas salas de estudo, dez baias individuais, além de mesas e cadeiras para estudo e consulta de livros e periódicos.

É permitido livre acesso aos diversos materiais bibliográficos do acervo. Parte dele não fica disponível para empréstimo e o seu acesso é limitado somente ao âmbito da biblioteca. Estes são os materiais de consulta local:

- Coleção de Referência (Dicionários, enciclopédias, catálogos, manuais, etc.);

- Coleção de Periódicos (Revistas, jornais, etc.);
- Coleção para Consulta Local (Livros de consulta).

A biblioteca do campus em Valença conta atualmente com aproximadamente 13.041 livros, distribuídos em 4.985 títulos. O Apêndice VI traz um resumo da bibliografia técnica disponível para os discentes e docentes do Curso de Licenciatura em Computação, conforme levantamento feito em abril de 2021. Além disso, o acervo é complementado com o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, base de dados da Proquest, bem como outros periódicos disponíveis no PERGAMUM IFBA.

10.2. Corpo Docente

O quadro abaixo apresenta os docentes envolvidos no curso, com sua respectiva área de atuação:

Quadro 7: Docentes do curso de Licenciatura em Computação

Professor	Titulação	Área de trabalho	Regime
André Luiz Romano Madureira	Mestre	Ciencias da Computação	DE
Ava da Silva Carvalho Carneiro	Doutora	Psicologia	DE
Catarina Ferreira Silveira	Doutora	Administração	DE
Davis Magalhães de Freitas	Mestre	Matemática	DE
Débora de Jesus Conceição	Mestre	Lingua Estrangeira (Inglês)	DE
Eliete da Silva Barros	Mestre	Pedagogia	DE
Franksilane Gonçalves Camelo	Mestre	Matemática	DE
Gracielle de Barros Jesus	Doutora	Letras	DE
Hortevan Marrocos Frutuoso	Mestre	Ciências da Computação	DE
Jalisson dos Santos Henrique	Mestre	Ciências da Computação	DE
Jordânia Barbosa Araújo	Mestre	Filosofia	DE
Lúcio André Andrade da Conceição	Doutor	Pedagogia	DE
Luiz Cézar dos Santos Miranda	Mestre	Sociologia	DE
Márcia Rebeca de Oliveira Lima	Doutora	Libras	DE
Margeylson Ribeiro Graça	Doutor	Ciências da Computação	DE
Matuzalém Guimarães Leal	Especialista	Ciências da Computação	DE
Rodolfo Costa César da Silva	Mestre	Ciências da Computação	DE
Whelinton Shiang Chung Moreira Ferreira	Doutor	Lingua Estrangeira (Inglês)	DE

11. CERTIFICAÇÃO

Após a integralização de todos os componentes curriculares obrigatórios, optativos, em sua carga horária mínima exigida, o Projeto Integrador de Curso, e completado a carga horária necessária em Atividades Complementares, o concluinte fará *jus* ao diploma com o título de LICENCIADO EM COMPUTAÇÃO, estando apto a realizar todas as atividades descritas no Perfil Profissional. Os procedimentos para emissão e registro do diploma estão estabelecidos na Resolução do CONSUP Nº 22 de 4 de setembro de 2012.

Na entrada do estudante com deficiência o Projeto Pedagógico será adaptado para que ocorra a acessibilidade plena desse estudante. Há de se enfatizar que para cada estudante com deficiência será elaborado um Projeto Pedagógico específico.

REFERÊNCIAS

ADS - PPC do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. 2019. Disponível em https://portal.ifba.edu.br/valenca/cursos/superior/ADS/documentos/ppc-ads-valenca-v01-2019.pdf Acesso em 24 de novembro de 2020

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 31 ago.2020.

BRASIL. Lei n. 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 02 out.2020.

BRASIL. Resolução no.5 de 16 de novembro de 2016. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software ede licenciatura em Computação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22073129/do1-2016-11-17-resolucao-n-5-de-16-de-novembro-de-2016-22073052> Acesso em: 07 set 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2020, seção 1, pp. 46-49. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Decreto no. 4,281, de 25 de junho de 2002. Estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em 25 fev 2021.

BRASIL. Lei no. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>.

Acesso em 24 de fev 2021.

CABRAL, M.I.C. et al. A Trajetória dos Cursos de Graduação da Área de Computação e Informática: 1969-2006. Rio de Janeiro: Editora SBC, 2008.

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.

COSTA, J. A. C.; OLIVEIRA, J. D.; DANTAS, D. R. Metodologias ativas e suas contribuições no processo de ensino-aprendizagem. In: EDITORA POISSON (Org.). **Série Educar:** Prática Docente. Belo Horizonte: Poisson, 2020.

DAES - Diretoria de Avaliação da Educação Superior. INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO Presencial e a Distância. 2017. Disponível em <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf> Acesso em março de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Documento política de extensão** - MINUTA. S.D. X. Disponível em https://portal.ifba.edu.br/proex/documentos/politicadeextensaoifba_comcontribuicoes.pdf. Acesso em abril de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Resolução nº 23, de 23 de maio de 2019. Aprova as Normas Acadêmicas do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Salvador: CONSEPE, 2019a. Disponível em:https://portal.ifba.edu.br/profnit/doc/resolucao-23-de-23mai2019-naes-atual_normas-academicas-atual.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática:** Campus Valença. Valença: 2019b. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/valenca/cursos/superior/comat. Acesso em: 08 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Conselho Superior**. Resolução nº 30, de 12 de dezembro de 2017. Aprova a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA. Salvador: Conselho Superior, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Conselho Superior**. Resolução nº 31, de 9 de junho de 2016. Dispõe sobre procedimentos de admissão aos cursos a serem adotados nos Processos Seletivos do IFBA. Salvador: Conselho Superior, 2016a. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2016/resol-no-31.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Conselho Superior**. Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016. Apresenta as normas, critérios e procedimentos da Política de Assistência Estudantil do IFBA. Salvador:

Conselho Superior, 2016b.

LIBÂNEO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

LESSA, J. S. **CEFET- BA – uma resenha histórica:** da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica. Salvador: CCS/CEFET-BA, 2002.

LUCENA, Isabel Cristina Rodrigues de. Educação matemática, ciência e tradição: tudo no mesmo barco. 2006. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006

MEDEIROS, M.; BARBOSA, R. J.; CARVALHAES, F. **Educação, Desigualdade e Redução da Pobreza no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2447.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

NETO, S.; SILVA, V. P. da. Prática como Componente Curricular: questões e reflexões. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 43, p. 889-909, 2014.

OLIVEIRA, A. S.. **Estratégias estudantis para alcançar o ensino superior:** o caso do IFBA. 2014. 173 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ZORZO, A. F. et al. **Referenciais de Formação para os Cursos de Graduação em Computação**. 2017. Disponível em: https://www.sbc.org.br/documentos-da-sbc/send/127-educacao/1155-referenciais-de-formacao-para-cursos-de-graduacao-em-computacao-outubro-2017. Acesso em: 17 set. 2020.

Apêndice I – Ementário

1º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 01</td><td>Período: 1º</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Introdução à programação. Noções de algoritmos e suas representações. Pseudocódigo. Lógica e programação em linguagem de programação estruturada. Operadores lógicos e matemáticos (algoritmos com funções polinomiais e exponenciais, logaritmos e trigonometria), estruturas de decisão e de repetição. Arrays: Strings, vetores e matrizes.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">AGUILAR, L.J. Fundamentos de Programação: Algoritmos, Estruturas de dados e Objetos. McGraw-Hill, 2008.
FARRER, Harry et al. Algoritmos Estruturados. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2007.
GUIMARAES, A. M.; LAGES, N. A. Algoritmos e Estruturas de Dados. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000.
MANZANO, José Augusto N. G; OLIVEIRA, Jayr F. Algoritmos - Lógica para Desenvolvimento de Programação de Computadores. 23.ed. São Paulo: Érica, 2010.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">PUGA, Sandra; RISSETTI, Gerson. Lógica de Programação e Estruturas de Dados. São Paulo: Pearson Brasil, 2004.
SOUZA, Marco Antonio F. de, et al. Algoritmos e Lógica de Programação. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">INTRODUÇÃO À MATEMÁTICA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 02</td><td>Período: 1º</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Introdução a lógica matemática: Lógica Proposicional e de Predicados, tabelas-verdade, equivalência lógica, funções booleanas, diagramas de Karnaugh, teoria dos conjuntos, conjuntos numéricos, teoria geral das funções, funções polinomiais e exponenciais, logaritmos e trigonometria.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">ALENCAR FILHO, Edgard. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo Editora Nobel 2014.
SCHEINERMAN, E. R. Matemática discreta: uma introdução. Tradução da 2. ed norte-americana. Cengage learning, 2011.
LIMA, Elon Lages, A Matemática do Ensino Médio, volume 1,2,3,4. Rio de Janeiro IMPA/SBM. 2011.DAGHLIAN, Jacobi. Lógica e Álgebra de Boole. 40. ed. São Paulo: Atlas. 1995.
SOUZA, João Nunes de. Lógica para Ciência da Computação: fundamentos de linguagem, semântica e sistemas de duração. Rio de Janeiro: campus, 2002.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CURY, Márcia Xavier. Introdução a lógica. São Paulo: Érica, 1996.
KELLER, Vicente. Aprendendo lógica. Petrópolis: Vozes, 1991.
BONAFINI, F. C. Matemática: estudo e ensino. Pearson, 2011.
GARCIA LOPEZ, J.; MENEZES, P. B.; TOSCANI, L. V. Aprendendo Matemática Discreta com Exercícios. Bookman, 2009.
GERSTING, J. L. Fundamentos matemáticos para a ciência da computação: um tratamento moderno de matemática discreta. 5. Ed. LTC, 2004</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 03</td><td>Período: 1º</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Aspectos gramaticais e estilísticos da construção
do texto escrito. Procedimentos argumentativos nos modos de enunciação oral e escrito. Revisão e reescrita orientadas.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Manual de expressão oral e escrita. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. Prática de texto para estudantes universitários. 18 ed.
Petrópolis: Vozes, 2009.
BERNARDO, Gustavo. Redação Inquieta. 5. ed. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Contexto, 2015.
CEREJA, William; MAGALHÃES, Thereza. Gramática Reflexiva: Texto, Semântica e Interação. 4 ed. São
Paulo: Atual, 2013.
FAULSTICH, Enilde. Como ler, entender e redigir um texto. 27º ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 4 ed. Rio de Janeiro:
Lexikon, 2007.
TERRA, Ernani. Curso prático de gramática. 6ª ed. São Paulo: Scipione, 2011.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">EDUCAÇÃO BRASILEIRA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 4</td><td>Período: 1º</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">História da educação no Brasil. Tendências Pedagógicas Liberais [Tradicional, Progressivista, Não-Diretiva e Tecnicista]. Tendências Pedagógicas Progressistas [Libertadora, Libertária, Crítico-Social dos Conteúdos].</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">RIBEIRO, Maria Luiza. História da Educação brasileira: a organização. 4ª 121d. São Paulo: Moraes.
ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes.
SAVIANI, Dermerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas, 4ª 121d. São Paulo: Ática.
MANACORDA, Mário e Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Editora Cortez.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">INTRODUÇÃO À COMPUTAÇÃO</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 05</td><td>Período: 1º</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">História da computação. Conceitos básicos. Sistemas numéricos. Tabela ASCII. Classificação dos computadores. Conceitos de hardware. Conceitos do software. Noções de estrutura de dados. Modalidades de processamento de dados. Noções de sistemas. Noções de Redes. Noções de Sistemas Operacionais. Aplicativos: editores de texto e planilhas eletrônicas. Internet. Aplicações da Informática no ensino.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Érica, 2007.
NORTON, Peter. Introdução à Informática. São Paulo: Makron Books.
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. Rio de Janeiro: campus.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">MEIRELLES, Fernando. Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.
SAWAY, Márcia Regina. Dicionário: Informática & Internet. São Paulo: Nobel.
TORRES, Gabriel. Hardware: Curso Completo. Rio de Janeiro: Axcel Books.</td></tr>
</table>

2º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 06</td><td>Período: 2</td><td>Pré-Requisito: 01</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Linguagem de programação estruturada; Funções e procedimento: modularização de programas; Tipos e estruturas elementares de dados, Tipos definidos pelo programador e tipos abstratos de dados; Recursividade; Processamento de arquivos. Algoritmos e aplicações.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">RAMALHO, L. Python fluente: programação clara, concisa e eficaz. Novatec/O’Reilly, 2015.
BACKES, A. Linguagem C: Completa e Descomplicada. Elsevier-Campus, 2013.
PEREIRA, S. L. Algoritmos e Lógica de Programação Em C - Uma Abordagem Didática. Érica, 2010.
SHILDT, H. C - Completo e Total. 3.ed. Makron Books, 2010.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">ALBANO, R. S.; ALBANO, S. G. Programação em Linguagem C. Ciência Moderna, 2010.
DAMAS, L. Linguagem C. LTC, 2007.
FORBELLONE, A. L. Introdução a Lógica de Programação. 3.ed. Pearson Brasil, 2005.
LOPES, A.; GARCIA, G. Introdução à Programação: 500 Algoritmos Resolvidos. Campus, 2002.
ZIVIANI, N. Projeto de Algoritmos – com implementação em Pascal e C. 3.ed. Cengage Learning, 2010.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">ARQUITETURA DE COMPUTADORES</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 07</td><td>Período: 2</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Noções de Hardware e Software. Sistemas Computacionais: histórico, definição, características e tipos. Organização de Computadores: memórias, unidade central de processamento, unidades de entrada/saída. Introdução a arquiteturas avançadas (pipelines, RISC, CISC). Arquitetura de Processadores Modernos. Arquitetura de Processamento Paralelo. Conjunto de instruções: operações, formato e armazenamento das instruções. Dispositivos de Entrada e Saída. Organização de memória, Barramento. Endereçamento.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">HENNESSY, John L.; PATTERSON, David A. Arquitetura de Computadores: Uma Abordagem Quantitativa. 3. ed. Rio de Janeiro: campus. 2003.

MONTEIRO Mario A. Introdução à organização de computadores. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2007.

STALLINGS, William. Arquitetura e Organização de Computadores. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

TANENBAUM Andrew S. Organização Estruturada de Computadores. 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 2006.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">MURDOCCA, Miles J.; HEURING, Vincent P. Introdução à Arquitetura de Computadores. Rio de Janeiro: campus, 2000.

WEBER, Raul Fernando. Fundamentos de Arquitetura de Computadores. 2. ed. Porto Alegre: Instituto de Informática da UFRGS: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

WEBER, Raul Fernando. Arquitetura de Computadores Pessoais. Porto Alegre: Instituto de Informática da UFRGS: Editora Sagra Luzzatto, 2000.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 08</td><td>Período: 2</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Produção de fichamentos e resumos de textos científicos. Diferentes formas de apresentação e expressão de trabalhos acadêmicos. Aplicabilidade das normas técnico-científicas (ABNT). Ética na pesquisa referente a atribuições de crédito, critérios de autoria e plágio.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIAZIN, DamaresTomasin. Normas da ABNT & Padronização para trabalhos acadêmicos.Londrina: Unifil, 2008.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

FICAGNA, A. V. Oliveira; AGOSTINI, J. Paulo; BARETTO, J. Menna. Manual de Orientações para estudos e produções acadêmicas. Passo Fundo: Faplan, 2005.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARLI, A. O papel da pesquisa na formação e prática dos professores. 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FRANCO, Jeferson Cardoso; FRANCO, Ana. Como elaborar trabalhos acadêmicos nos padrões da ABNT aplicando Recursos de Informática. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de texto para estudantes universitários. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BARROS, A J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.</td></tr>
</table>

INGLÊS I		Carga Horária (h)		Créditos
		Teórica	60	4
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 09	Período: 2	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Leitura, análise e interpretação de textos. Leitura intensiva para fins específicos. Prática de compreensão e comunicação oral e escrita. Domínio do vocabulário específico em situações concretas de comunicação num processo interativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LONGMAN. Dicionário Escolar para Estudantes Brasileiros. São Paulo: Longman, 2002.

SILVA, João Antenor de C., GARRIDO, Maria Lina, BARRETO, Tânia Pedrosa. Inglês Instrumental: Leitura e Compreensão de Textos. Salvador: Centro Editorial e Didático, UFBA, 1994.

SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINEZ, R. Como Dizer Tudo em Inglês. Rio de Janeiro: campus.

SAWAYA, M., R. Dicionário de Informática e Internet: Inglês/ Português. São Paulo: Nobel, 2003.

TORRES, Nelson. Gramática Prática da Língua Inglesa. São Paulo: Moderna, 1993.

FILOSOFIA E EDUCAÇÃO	Carga Horária (h)	Créditos

		Teórica	30	2
		Prática	-	-
		Prática de Ensino	-	-
		TOTAL	30	2
Obrigatória	Código: 10	Período: 2	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

A educação como tema filosófico e suas principais abordagens na História da Filosofia. Pressupostos epistemológicos e filosófico-políticos das teorias educacionais e da práxis pedagógica. Questões filosófico-educacionais modernas e contemporâneas: sujeito e subjetividade, esclarecimento, emancipação, disciplina, democracia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. 2a. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2003.

GHIRALDELLI Jr., Paulo (org.). O que é filosofia da educação. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco; PEREIRA, Ascísio dos Reis (orgs.). Filosofia e educação: ensaios sobre os autores clássicos. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. São Paulo:Ed. Paz e Terra, 1998.

CARVALHO, Alexandre F. de. Gallo, Sílvio (orgs.). Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir. São Paulo: LF, 2015.

CHIGGI, Gomercindo; OLIVEIRA, Avelino da Rosa. O conceito de disciplina em John Locke. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

CUNHA, Marcus Vinícius da. John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2002.

DALBOSCO, Cláudio A. Kant & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LIBRAS	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	30	2
	Prática	-	-

		Prática de Ensino	30	2
		TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 11	Período: 2	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Vocabulário básico da Língua de Sinais Brasileira. Aspectos culturais, sociais e linguísticos da Língua de Sinais. Características relevantes da comunidade surda. Introdução a fonologia, morfologia e sintaxe no uso da Libras. Características básicas de estrutura de frases e textos com a gramática em Libras. Noções básicas de aquisição e sistema de escrita da Língua de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais (Oralismo – Comunicação Total e Bilinguismo).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, A. dos G. de. LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCa. DE SOUSA, Alexandre Melo. Toponímia em Libras: pesquisa, ensino e interdisciplinaridade. Pimenta Cultural, 2021.

FERNANDES, Eulália. Surdez e bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2004. SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. EDUSF. Campinas: 1999.

GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOES, Maria Cecilia Rafael de. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

QUADROS, Ronice Müller de; BECKER KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Portuguesa de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 3. ed. ver. e ampl. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DE SOUZA MATOS, Maria Almerinda; SCANTBELRUY, Iranvith Cavalcante. A Disciplina Libras no Ensino Superior a Partir de Produções Acadêmicas no Brasil. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, v. 23, n. 2, p. 145-153, 2022. QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1. 222 p. SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

3º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS I</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 12</td><td>Período: 3</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 6</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Introdução aos conceitos de programação orientada a objetos. Modelo de Objetos.
Classes, atributos, métodos, mensagens e encapsulamento. Conceitos e técnicas de programação. Desenvolvimento de sistemas com classes, herança, interfaces de classes, polimorfismo, composição, bibliotecas e reusabilidade.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">SANTOS, Rafael, Introdução à programação orientada a objetos usando Java, Rio de Janeiro. Campus, 2003.
HORSTMANN, Cay S.; CORNEL, Gary, Core Java, 8aed, São Paulo, Person Prentice Hall, 2010.
ISAIAS, Camilo, Programação orientada a objetos em Java: conceitos fundamentais. Florianópolis. Visual Books, 2007.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">SCHILDT, H. Java: A Referência Completa. Tradução da Oitava Edição. Alta Books, 2014.
SCHILDT, H. Java para Iniciantes – Crie, Compile e Execute Programas Java Rapidamente. 6. ed. Bookman, 2015.
SCHILDT, H.; SKRIEN, D. Programação com Java: Uma Introdução Abrangente.
McGraw-Hill, 2013.
SIERRA, K; BATES, B. Use a cabeça! Java. Tradução da Segunda Edição. Alta Books, 2007.
SILVEIRA, G.; TURINI, R. Java 8 Prático: Lambdas, Streams e os novos recursos da linguagem. Casa do Código, 2014.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 13</td><td>Período: 3</td><td>Pré-Requisito: 2</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Conjunto dos números reais. Funções (lineares, modulares, polinomiais, racionais, algébricas e trigonométricas) e seus gráficos. Limite e Continuidade de Funções. Coeficiente angular da reta tangente ao gráfico de uma função em um ponto (conceito de derivada). Função Derivada. Técnicas de Derivação. Máximos e mínimos. Integral (definida e indefinida).</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">BOULOS, P. Introdução ao Cálculo. São Paulo: Edgard Blucher.
FLEMMING, Diva M. & GONÇALVES, Mirian B. CÁLCULO A: Funções, derivação e integração. São Paulo: Pearson.
SILVA, S. M. da; SILVA, Ermes M. da; SILVA, Elio M. da. Matemática Básica para Cursos Superiores. São Paulo: Atlas, 2002.
STEWART, James. Calculo I. São Paulo: Thomson Pioneira.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">ÁVILA, Geraldo. Introdução ao Cálculo. Rio de Janeiro: LTC Editora.
GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: LTC Editora.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5" colspan="2">PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 14</td><td>Período: 3</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Introdução à Psicologia como ciência e profissão. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem e suas implicações na Educação. Papéis e funções do psicólogo no contexto educacional. Avaliação da queixa escolar. A Psicologia da educação e a formação de professores.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da aprendizagem. Petrópolis: Vozes, ANO.
COLL, César, et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Psicologia evolutiva V.1. 2 edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
COLL, César, et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Psicologia da educação escolar V.2. 2 edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">COLL, César. Psicologia do Ensino. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
COLL, César; MESTRES, M. M.; SOLÉ. Psicologia da Educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.
REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">INGLÊS II</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 15</td><td>Período: 3</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 09</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Leitura e técnicas de tradução de textos. Compreensão e interpretação de textos técnicos de informática. Gramática e verbos. Expressões técnicas na informática. Inglês na Internet. Descrição de textos técnicos.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BOECKNER, K.; BROWN, P. C. Oxford English for Computing. 2.ed. Oxford University Press, 1997.
GALANTE, Terezinha P. Inglês básico para informática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
SILVA, João Antenor de C., GARRIDO, Maria Lina, BARRETO, Tânia Pedrosa. Inglês
Instrumental: Leitura e Compreensão de Textos. Salvador: Centro Editorial e Didático, UFBA, 1994.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">AMOS, E.; PRESCHER, E. A. SimplifiedGrammar Book. São Paulo: Moderna, 1997.
GRANT, D.; MCLARTY, R. Business Basics - Student's Book. Oxford University Press.
MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Módulo 1. São Paulo: Textonovo. 2000.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">DIDÁTICA I</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>0</td><td>0</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 16</td><td>Período: 3</td><td>Pré-Requisito: 4</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">A Didática no seio das teorias pedagógicas. Linha do tempo. Identidade, saberes, competências e atitudes docentes. Competências didáticas para o trabalho docente. Inteligências Múltiplas. Aprendizagem Significativa. Educação para a diversidade e o combate para as discriminações.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CANDAU, Vera Maria (org.). A didática em questão. Petrópolis, Vozes, 1993.
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Loyolo, 1993.
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artemed, 1998</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">ENGUITA, F.M.. A face oculta da escola. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
HERNÁNDEZ, Fernando. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1998.
PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola. Campinas: Papirus, 1996</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">ACEX I</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td></td><td>0</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>90</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 17</td><td>Período: 3</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Concepção de extensão. Ações de extensão através de programas e/ou projetos junto à comunidade externa. Articulação com ensino e a pesquisa. Interação dialógica e interdisciplinaridade. Protagonismo discente e reflexão sobre impactos em sua formação.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BAHIA, Instituto Federal da. Regulamentação que normatiza a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação no âmbito do IFBA. Salvador, BA: IFBA/CONSEPE, 2021. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/noticias/2022/curricularizacao-da-extensao-no-ifba-projeto-de-implementacao-avanca-envolve-dialogo-com-os-campi-e-oferta-formacao-online/resolucaon24consepe.pdf >> acesso em 10/11/2024

_____. Política de Extensão do Instituto Federal da Bahia. Salvador, BA: IFBA/CONSEPE, 2023. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/institucional2/consepe/resolucoes-2023/resolucao-93-com-anexo.pdf/@@download/file/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2093%20com%20anexo.pdf >> acesso em 10/11/2024

EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Brasília, DF: MEC/CNE/CES, 2028. Disponível em: <<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf >> acesso em 10/11/204</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Relacionadas à área de desenvolvimento do projeto de extensão.</td></tr>
</table>

4º SEMESTRE

<table>
<tr><td rowspan="5">LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS II</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 18</td><td>Período: 4</td><td>Pré-Requisito: 12</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Facetas da reusabilidade de software; Padrões de projeto (Design Patterns); Software baseado em componentes; Arquiteturas de componentes; Server Components; Frameworks; Técnicas de construção de frameworks; Metodologia de desenvolvimento de frameworks; Refactoring.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">FOWLER, M. Padrões de Arquitetura de Aplicações Corporativas. Porto Alegre:Bookman, 2006.
BORATTI, I. Camilo. Programação Orientada a Objetos em Java. 1. ed. Florianópolis: Visual Books, 2007.
SANTOS, R. Introdução à Programação Orientada a Objetos Usando Java. Rio de Janeiro: campus, 2003.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">PINHEIRO, Francisco A. C. Fundamentos de Computação e Orientação a Objetos Usando Java. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.
GAMMA, E. et al. Padrões de projeto: soluções reutilizáveis de software orientado a objetos. Porto Alegre: Bookman, 2005.
BARNES, David J.; KOLLING, M. Programação Orientada a Objetos com Java. São Paulo: Makron Books, 2004.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5">MODELAGEM DE BANCO DE DADOS</td><td colspan="3">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 19</td><td>Período: 4</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Conceitos básicos. Componentes de sistemas de bancos de dados. Modelagem conceitual, Modelagem Lógica. Modelo relacional. Álgebra e cálculo relacional. Mapeamento de esquema conceitual para esquema relacional. Restrições de integridade. Dependências funcionais e formas normais Projeto físico: mapeamento do esquema relacional, índices, sintonização</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Banco de Dados. 7. ed. Rio de Janeiro: campus, 2000.
HEUSER, C., A. Projeto de Banco de Dados. 4.ed. Porto Alegre: Sagra-Luzzato, 2001.
MACHADO, Felipe Nery Rodrigues, ABREU, Mauricio Pereira de. Projeto de banco de dados: uma visão prática. 6. ed. São Paulo: Érica, 2000.
SILBERSCHATZ A., KORTH H. F. Sistemas de Banco de Dados. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1999.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">COUGO, P. Modelagem conceitual: e projeto de bancos de dados. 1.ed. Rio de Janeiro: campus, 1997.
MACHADO, Felipe Nery Rodrigues, ABREU, Mauricio Pereira de. Projeto de banco de dados: uma visão prática. 6. ed. São Paulo: Érica, 2000.
SETZER, Valdemar W. Banco de dados: conceitos, modelos, gerenciadores, projeto lógico, projeto físico. 3. ed. rev. Sao Paulo: Edgard Blucher, 2002.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">ACEX II</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td></td><td>0</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>120</td><td>8</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 47</td><td>Período: 4</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Concepção de extensão. Ações de extensão através de programas e/ou projetos junto à comunidade externa. Articulação com ensino e a pesquisa. Interação dialógica e interdisciplinaridade. Protagonismo discente e reflexão sobre impactos em sua formação.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BAHIA, Instituto Federal da. Regulamentação que normatiza a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação no âmbito do IFBA. Salvador, BA: IFBA/CONSEPE, 2021. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/noticias/2022/curricularizacao-da-extensao-no-ifba-projeto-de-implementacao-avanca-envolve-dialogo-com-os-campi-e-oferta-formacao-online/resolucaon24consepe.pdf >> acesso em 10/11/2024

_____. Política de Extensão do Instituto Federal da Bahia. Salvador, BA: IFBA/CONSEPE, 2023. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/institucional2/consepe/resolucoes-2023/resolucao-93-com-anexo.pdf/@@download/file/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2093%20com%20anexo.pdf >> acesso em 10/11/2024

EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Brasília, DF: MEC/CNE/CES, 2028. Disponível em: <<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf >> acesso em 10/11/204</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Relacionadas à área de desenvolvimento do projeto de extensão.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">DIDÁTICA II</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 21</td><td>Período: 4</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 16</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Planejamento de ensino: perspectiva crítica, estratégias, etapas para elaboração. Procedimentos didáticos: elementos para o planejamento de ensino. Avaliação do processo ensino-aprendizagem.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">GANDIN, Danilo. Prática do planejamento participativo. Petrópolis: Vozes, 1994.
LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo; Cortez, 2003.
SANT’ANNA, Flávia M. & ENRICONE D. Planejamento de ensino e avaliação. 11ª ed. Porto Alegre: S. Ed.. 1995.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993.
VIANNA, H.M. Avaliação Educacional (teoria, planejamento e modelos). São Paulo: IBRASA, 2000.
MENENGOLLA, M; SANT´ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis, RJ: Vozes, 1991
MORETTO, Vasco Pedro. Prova: momento privilegiado de estudo ou acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5" colspan="2">METODOLOGIA DO
ENSINO DA COMPUTAÇÃO</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 22</td><td>Período: 4</td><td>Pré-Requisito:16</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Principais concepções das diversas correntes sobre ensino e aprendizagem das ciências. Princípios para a organização e seleção de conteúdo. Contribuição da pesquisa no ensino e no ensino da Computação. Interdisciplinaridade e transversalidade da Computação. O ensino da computação moderna.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">MORTIMER, Eduardo F.. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

HOFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993.

DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1996.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">SAVIANI, Demerval. Política e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez,1987.

BUFFA, E. Nosella & ARROYO, M. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? Curitiba: Cortez, 1996.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico compreensiva artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.</td></tr>
</table>

5º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">ESTRUTURA DE DADOS</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 23</td><td>Período: 5</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 6</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Representação dos dados, tipos abstratos de dados. Alocação dinâmica de memória. Estruturas de dados lineares: a lista e suas variantes. Algoritmos de ordenação. Busca linear e busca binária. Pilhas e Filas. Estrutura de dados não-lineares: Árvores, busca em largura e busca em profundidade. Noções de complexidade assintótica de programas e otimização.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">CELES, W.; CERQUEIRA, R.; RANGEL, J. L. Introdução à Estrutura de Dados: Com Técnicas de Programação em C. 2.ed. Elsevier, 2016.
GUIMARAES, A. M.; LAGES, N. A. Algoritmos e Estruturas de Dados. Rio de Janeiro: LTC, 1994.
MARKENZON, L; SZWARCFITER, J. L. Estruturas de Dados e seus Algoritmos. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1997.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">FARRER, H.; BECKER, C. G.; FARIA, E. C.; MATOS, H. F.; SANTOS, M. A.; MAIA, M. L. Algoritmos Estruturados. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPÄCHER, H. F. Lógica de Programação - A construção de algoritmos e estruturas de dados. 3.ed. Pearson, 2005.
PUGA, S.; RISSETTI, G. Lógica de Programação e Estruturas de Dados. Prentice Hall, 2008.
WIRTH, N. Algoritmos e Estruturas de Dados. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
ZIVIANI, N. Projeto de Algoritmos – com implementação em Java e C++. 1.ed. Cengage
Learning, 2006.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">BANCO DE DADOS</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 24</td><td>Período: 5</td><td colspan="2">Pré-Requisito:19</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Estudo de modelos de banco de dados, de conceitos envolvidos na sua utilização e de técnicas para implementação de sistemas de gerenciamento de banco de dados relacional ;Projeto Físico de Banco de Dados. Programação em SGBDs Relacionais. Gerenciamento de SGBDs Relacionais.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BOOCH, G., RUMBAUGH, J., JACOBSON, I. UML – Guia do Usuário. 2. ed. Rio de Janeiro: campus, 2005.
CRAIG, L. Utilizando UML e Padrões. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de banco de dados. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BLAHA, M., PREMERLANI, W. Object-Oriented Modeling and Design for Database Applications. Prentice Hall.
COUGO, Paulo. Modelagem Conceitual. Rio de Janeiro: campus, 1997.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5">FUNDAMENTOS DE REDES DE COMPUTADORES</td><td colspan="3">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 25</td><td>Período: 5</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Conceitos básicos de rede: modelos, camadas, protocolo, serviços, arquitetura. Tipos de rede, locais, de longa distância e metropolitanas. Funcionalidade específica das camadas do software de redes: modelos OSI e TCP/IP. Principais soluções tecnológicas para a camada física. Principais tecnologias de redes locais (LAN) e de longa distância (WAN). Princípios de roteamento. Principais equipamentos de interconexão de redes. Funcionalidades básicas dos protocolos de aplicação: correio eletrônico, transferência de arquivos, emulação de terminais, serviços de diretório de redes, suporte a aplicações Web e outros.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">COMER, D. E. Redes de Computadores e a Internet. 4a. Edição Porto Alegre: Bookman. 2007.
KUROSE, J. ROSS, K. Redes de Computadores e a Internet: Uma nova abordagem. 3ª Edição. São Paulo: Addison-Wesley, 2006.
TORRES, Gabriel. Redes de Computadores - Versão Revisada e Atualizada. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2009.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">TANENBAUM, A. S. Redes de Computadores. Tradução da quarta edição original. Rio de Janeiro: campus, 2005.
SPURGEON, C. E. Ethernet - O guia definitivo. Rio de janeiro: campus, 2000.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5" colspan="2">AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 26</td><td>Período: 5</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Estudo dos processos de conhecimento-aprendizagem dentro do novo contexto advindo dos processos de informatização social. Análise das dimensões técnicas e pedagógicas de experiências educativas apoiadas em tecnologias digitais e de seus efeitos nos processos e operações com o conhecimento. Estudo e experiências de uso de ferramentas digitais na prática docente: interação via internet, vídeo e tele conferência na formação do Licenciado em Computação.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">BARBOSA, R. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: ArtMed, 2005.
BELLONI, M.L. Educação a distância. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
KENSKI, Vani. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.
KENSKI, Vani. Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância. Campinas: Papirus, 2004.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CAMPOS, F.; SANTORO, F., BORGES, M. e SANTOS, N. Cooperação e aprendizagem on-line. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
MORAES, M.C. (org). Educação a Distância: fundamentos e práticas. Campinas, Nied/Unicamp, 2001. Disponível na Internet:
http://www.nied.unicamp.br/oea/pub/livro3/index.html
PALOFF, R. e PRATT, K. Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para a sala de aula on-line. Porto Alegre, ArtMed, 2002.
POCHO, C.L.; AGUIAR, M.; SAMPAIO, M. e LEITE, L.S. Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2003.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">PRÁTICA DO ENSINO DA COMPUTAÇÃO</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 27</td><td>Período: 5</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 22</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Execução de concepções de ensino para computação, a partir da aplicação de diferentes perspectivas, com elaboração de planejamento e de instrumentos avaliativos.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">MORTIMER, Eduardo F.. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

HOFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 1993.

DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1996</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">SAVIANI, Demerval. Política e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez,1987.

BUFFA, E. Nosella& ARROYO, M. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? Curitiba: Cortez, 1996.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico compreensiva artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5" colspan="2">EDUCAÇÃO INCLUSIVA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 28</td><td>Período: 5</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Fundamentos históricos, sociais, conceituais e legais sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Lei Brasileira de Inclusão. Legislações Específicas voltadas às pessoas com deficiências. Momentos históricos vivenciados pelas pessoas com deficiência (exclusão, segregação, integração e inclusão). O que é Educação Inclusiva /Educação Especial e quais são os discentes que fazem parte delas. Estruturas, sistemas e metodologias de ensino que atendem as necessidades dos discentes com deficiência e ou necessidades específicas. Capacitismo.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">BARROS, Izeth Nascimento; CHAHINI, Thelma Helena Costa. Educação Inter/Multicultural: Saberes e Práticas Docentes. Editora Appris, 2022.

DE CAMARGO, Flávia Pedrosa. O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: Aspectos da Implementação da Política de Educação Inclusiva. Editora Appris, 2022.

LACERDA, Lucelmo. Inclusão Total e Educação Inclusiva. LUNA ABA–Intervenção e pesquisa em educação e comportamento–Material de apoio do curso “Educação Especial Inclusiva”: Conceitos, evidências e práticas contemporâneas. Escolar dos Alunos da Educação Especial. Scientific Electronic Library Online. Estud. Econ., São Paulo, SP, v. 49, n. 3, p. 539-568, 2019.

MANTOAN, M. T. É. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">AVILA, Manoela Vieira da Cunha. A importância das práticas psicopedagógicas no processo de ensino-aprendizagem na educação especial. 2022.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. Do modelo médico ao modelo intermediário: uma reflexão teórico-prática sobre a inclusão de pessoas com deficiência. BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; VIVAS-TESÓN, Inmaculada. Cruzando Fronteiras: Perspectivas Transnacionais e Interdisciplinares dos Estudos de Deficiência. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5">ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM COMPUTAÇÃO I</td><td colspan="3">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>90</td><td>6</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 29</td><td>Período: 5</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 21/22</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Prática profissional supervisionada, desenvolvida em campo de estágio (Escolas de Ensino Fundamental, Médio ou Técnica, públicas ou privadas). Nesta etapa haverá observação, diagnóstico, caracterização do cotidiano escolar e coparticipação. Reflexão sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas na instituição concedente no que se refere às questões políticas, sociais, culturais e relacionais. Produção textual (memorial formativo). Seminário.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">MEIRIEU, Philippe. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2010.
VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: papiros, 1995.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo: Pioneira, 2005.
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artemed, 1998.
CUNHA, M. Isabel. O Bom Professor e sua prática. Campinas/SP. 1995.
MENEGOLLA, Maximiliano. Por que planejar? como planejar?: currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes, 2010.
MARTINS, Pura Lúcia Oliver. A didática e as contradições da prática. Campinas: Papirus, 1998</td></tr>
</table>

6º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">SOFTWARE EDUCACIONAL</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 30</td><td>Período: 6</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Conceitos gerais de análise e projetos educacionais. Tipos de software educacional. Computador como máquina de ensinar ou como ferramenta. Técnicas de desenvolvimento e gerenciamento de projetos educacionais.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BEAHR, P. A. B. Avaliação de Softwares Educacionais no Processo de Ensino-Aprendizagem Computadorizado: estudo de caso. Porto Alegre: CPGCC/UFRGS, 1993.
BEAHR, P. A. Informática & Educação. Porto Alegre: Instituto de Informática da UFRGS, 1992.
OLIVEIRA, C. Couto. de. Ambientes informatizados de aprendizagem: produção e avaliação de software educativo. Campinas: Papirus, 2001.
SILVA, N. Peres da, Projeto e Desenvolvimento de Sistemas. 9.ed. São Paulo: Érica, 2001.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">PRESSMAN, R. S. Engenharia de Software. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1995.
VALENTE, J. A. Computadores e Conhecimento. Repensando a Educação. Campinas, São Paulo: Gráfica Central da UNICAMP, 1993.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5" colspan="2">GERÊNCIA DE PROJETOS</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 31</td><td>Período: 6</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">A Busca da Excelência. Gerenciamento de Projetos nas Organizações. Gerenciamento de Projetos versus Gerenciamento da Rotina. Ciclo de Vida do Projeto. Metodologias de GP. Ferramentas de GP. Inicialização de projetos. Planejamento. Plano de gerenciamento. Estrutura de monitoramento e avaliação. Execução e controle de projetos. Encerramento do projeto.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CARVALHO, M. M. D.; RABECHINI JR., R. Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo Competências para Gerenciar Projetos. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5480764/mod_resource/content/1/SLIDES%20-%20CARVALHO-
RABECHINI_prova%20final%20%281%29.pdf >. Acesso em: 16 fev. 2022.
RAY, C. F.; LARSON, E. W.; Gerenciamento de Projetos: O Processo Gerencial. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5687071/mod_resource/content/1/Gerenciamento%20de%20Projetos%20%28Gray%20-%20Larson%29%20-%20McGrawHill.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.
MORAES, E. A. P. Guia PMBOK para Gerenciamento de Projetos. In: Anais do VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, p. 1-10, Rio de Janeiro-RJ, 8 e 9 jun. 2012. Disponível em: <https://foundrygate.com/upload/artigos/Guia%20PMBOK%20para%20Gerenciamento%20de%20Projetos.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CRUZ, F. Scrum e Agile em Projetos: Guia Completo. Rio de Janeiro: Brasport, 2015.
MENEZES, L. C. D. M. Gestão de Projetos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
PHILLIPS, J. Gerência de Projetos de Tecnologia da Informação: no caminho certo, do início ao fim. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
VARGAS, R. V. Gerenciamento de Projetos: estabelecendo diferenciais</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="5">competitivos. 9. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">LABORATÓRIO DE REDES DE COMPUTADORES</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 32</td><td>Período: 6</td><td>Pré-Requisito: 25</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Administração de redes TCP/IP. Protocolos de aplicação da família TCP/IP: FTP,
SSH, correio eletrônico (SMTP/POP3/IMAP), DNS, suporte à Web (HTTP), DHCP.
Segurança em redes. Acesso seguro à Internet. Servidores de impressão. Evolução IPv4 para IPv6. Autenticação de identidade do usuário. Protocolos e práticas de uso de criptografia.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">PINHEIRO, José Maurício S. Guia completo de cabeamento de redes. Rio de Janeiro: campus, 2003.
WIRTH, Almir. Internet redes de computadores. São Paulo: Alta Books, 2002.
TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
NASCIMENTO, Marcelo Brenzinkdo; TAVARES, Alexei Corrêa. Roteadores e switches: Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">FARREL, Adrian. A internet e seus protocolos: Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
WHITE, Curt. Redes de computadores e comunicação de dados. São Paulo:
CengageLearning, 2012.
MURDOCCA, Miles J.; HEURING, Vicente. Introdução à arquitetura de computadores. Rio de Janeiro: Elevier, 2000.
OLIFER, Natalia; OLIFER, Victor. Redes de computadores: Rio de Janeiro: LTC, 2013.
DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J.; CHOFFNES, D. R. Sistemas operacionais. 3.ed. Prentice Hall Brasil, 2005.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5" colspan="2">SOCIOLOGIA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td>Teórica</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 33</td><td>Período: 6</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Surgimento da sociologia: contexto histórico e principais teorias; autores clássicos da sociologia; Fundamentos da Sociologia da Educação. Cultura e educação. Classificações sociais, desigualdades sociais e oportunidades educacionais. Poder, dominação e violência. Pós-modernidade e identidade cultural. Descolonização do conhecimento. Sociedade do Conhecimento. Problemáticas da cultura brasileira e desafios contemporâneos (relações étnico-raciais, estereótipos de gênero, raça e classe social, movimentos sociais)</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.
CORCUFF, P. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2001.
DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1965
FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise no capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 1995.
GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed Ed. S.A., 2005</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. 2ª.ed. Bauru: EDUSC, 2002.
DANDURAND, P. OLLIVIER, E. Os paradigmas perdidos: ensaio sobre a sociologia da educação e seu objeto, Teoria e Educação, Porto Alegre, nº 3, 1991, p.120-142
DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1996.
ENGUITA, F.M.. A face oculta da escola. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido.
GENTILI, P.(Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação. Petrópolis, Vozes, 1995.
GREEN, B. e BIGUM, C. “Alienígenas em sala de aula”, In.: Silva, T.T.(org.) Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação, Petrópolis: Vozes, 1995, p. 208-45.
OLIVEIRA, D. A. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.</td></tr>
</table>

TURA, M.L.R.(org.) Sociologia para educadores. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

<table>
<tr><td rowspan="5" colspan="2">METODOLOGIA DA PESQUISA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 34</td><td>Período: 6</td><td>Pré-Requisito: 29</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Ciência: conceito, surgimento e características do conhecimento científico. O processo de pesquisa: Planejamento e Tipos de Pesquisa. Estrutura e elaboração do projeto de pesquisa. A pesquisa em educação: considerações gerais e aspectos éticos.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2019.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8a ed. São Paulo: Atlas, 2020.
_____. Metodologia científica. 7a ed. São Paulo: Atlas, 2019.
RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 43a ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs.). Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.
BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
BECKER, F.; MARQUES, T. Ser professor é ser pesquisador. Porto Alegre: Mediações, 2007.
DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2012.
FAZENDA, Ivani (org.) Metodologia da pesquisa educacional. 12a ed. São Paulo: Cortez, 2010.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5">ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM COMPUTAÇÃO II</td><td colspan="3">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>75</td><td>5</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>0</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>105</td><td>7</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 35</td><td>Período: 6</td><td>Pré-Requisito: 29</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Prática profissional supervisionada, desenvolvida em campo de estágio (Escolas de Ensino Fundamental, Médio ou Técnica, públicas ou privadas). Esta etapa consiste na observação, coparticipação e regência do aluno desenvolvidas em sala de aula de escolas de ensino médio, técnico e/ou integrado. Reflexão sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas na instituição concedente. Produção textual (memorial formativo). Seminário.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">MEIRIEU, Philippe. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2010.
VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: papiros, 1995</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo: Pioneira, 2005.
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artemed, 1998.
CUNHA, M. Isabel. O Bom Professor e sua prática. Campinas/SP. 1995.
MENEGOLLA, Maximiliano. Por que planejar? como planejar?: currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes, 2010.
MARTINS, Pura Lúcia Oliver. A didática e as contradições da prática. Campinas: Papirus, 1998</td></tr>
</table>

7º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">MULTIMÍDIA E HIPERMÍDIA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 36</td><td>Período: 7</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Teoria e introdução à realidade virtual. Hardware e Software utilizados; Hardware - dispositivos não-convencionais de E/S (entrada e saída). Realidade virtual na Internet e em programas educacionais. Conceitos e aplicações multimídia. Estudos de casos: Ambientes escolares e aplicações multimídia.

Hipertexto e hipermídias. A estruturação de hipertextos. Modelagem e Autoria. Plataformas e ferramentas de desenvolvimento. Produção, implementação e avaliação de produtos educacionais. Sistemas cooperativos. Sistemas adaptativos. Projeto e implementação de ambientes de ensino e aprendizagem na WEB. Introdução à realidade virtual.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">ÁVILA, Renato Nogueira Perez. Streaming: Crie sua própria Rádio WEB e TV Digital. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

FILHO W. de Padua Paula. Multimídia: Conceitos e Aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LAÉRCIO, Vasconcelos. Multimídia nos PCs Modernos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2003.

VALERIO, A.; MACHADO, L.; OLIVEIRA, M. Cristina de. Realidade Virtual: Fundamentos e Aplicações. Florianópolis: Visual Books, 2002.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BAIRON, S. Multimídia. 1.ed. Rio de Janeiro: Global, 1995.

PEREIRA, V. A. Multimídia Computacional: Produção, Planejamento & Distribuição. Florianópolis: Visual Books, 2001.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">POLÍTICAS EDUCACIONAIS</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 38</td><td>Período: 7</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 32</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">A Política Educacional Brasileira: concepções e implicações. A educação e a Constituição Federal Brasileira. Sistema escolar brasileiro. Plano Nacional de Educação. Legislação educacional e suas atualizações. Gestão educacional e suas implicações.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 23. ed. Campinas: Papirus, 1997. BUFFA, E. Nosella & ARROYO, M. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? Curitiba: Cortez, 1996.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico compreensiva artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FREITAS, L C. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas: Papirus, 1995.

SAVIANI, Demerval. Política e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1987.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Resolução 2/98. Diretrizes curriculares nacionais do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Resolução 3/98. Diretrizes curriculares nacionais do ensino médio. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERNANDES, A. .V. Nova LDB: trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">SEMINÁRIOS TEMÁTICOS</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 39</td><td>Período: 7</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 21</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Espaço de interlocução entre os discentes e docentes do curso, a partir da investigação, socialização e discussão de temas transversais (Relações Étnico Raciais, Direitos Educacionais de Adolescentes e Jovens em cumprimento de Medidas Sócio-educativas, Direitos Humanos e Diversidade, Gênero e Educação Ambiental) e suas relações com o ensino.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">SANTOS, Renato Emerson dos (org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009

BRASIL, MEC. Educação como Exercício de Diversidade. Brasília: MEC, 2007.

AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARCONDES, A. César et al. Ciências: ecologia e educação ambiental. São Paulo: Scipione, 1992</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">AQUINO, Julio Groppa (org.). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 9. ed. São Paulo: Summus, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Gaia, 2004.

SANTOS, José Eduardo (Org.) et al. Gestão e educação ambiental: volume 2: água, biodiversidade e cultura. São Carlos: Rima, 2010.

BRASIL, Ministério de Educação. Educação como Exercício de Diversidade. Brasília: MEC, 2007.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM COMPUTAÇÃO III</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>75</td><td>5</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>105</td><td>7</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 40</td><td>Período: 7</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 35</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Prática profissional supervisionada, desenvolvida em campo de estágio (Escolas de Ensino Fundamental, Médio ou Técnica, públicas ou privadas). Essa etapa consiste no estágio de regência em escola de ensino médio, técnico e/ou integrado para realização do exercício docente, a partir de um processo específico de ensino constando de: planejamento, execução e avaliação dos planejamentos de intervenção, levando-se em consideração a reflexão da práxis pedagógica. Produção textual (memorial formativo). Seminário.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">MEIRIEU, Philippe. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2010.
VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: papiros, 1995.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo: Pioneira, 2005.
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artemed, 1998.
CUNHA, M. Isabel. O Bom Professor e sua prática. Campinas/SP. 1995.
MENEGOLLA, Maximiliano. Por que planejar? como planejar?: currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes, 2010.
MARTINS, Pura Lúcia Oliver. A didática e as contradições da prática. Campinas: Papirus, 1998</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">DESENVOLVIMENTO WEB</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 49</td><td>Período: 7</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 6</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Protocolo HTTP, Arquitetura Web, Características das Aplicações Web, Desenvolvimento HTML, Escopo HTML, Tags de Formatação, Tags de imagem, áudio e vídeo, Formulário, Folhas de Estilos CSS, Linguagem de programação Clientside-serverside, Clientes FTP e publicação do conteúdo.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EVANDS, Tim. Minute Guide to HTML 3.2. Second Edition. Prentice Hall.
HOWARD, Jim. Navegando na Internet. São Paulo: Ciência Moderna.
K.FIELDS, Duane - Desenvolvendo na Web com Java Server Pages. São Paulo: Ciência Moderna, 2000.
VALADE Janet, BALLAD Tricia, BALLAD Bill. PHP & MySQLWeb Development All-in-One Desk Reference For Dummies. Indianapolis, Indiana: Wiley Publishing , 2008.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BULGER Brad, GREENSPAN Jay, and WALL David. MySQL/PHP Database Applications. Second Edition. Indianapolis, Indiana: Wiley Publishing , 2004.
CONVERSE Tim, PARK Joyce, MORGAN Clark. PHP5 and MySQL Bible. Indianapolis, Indiana: Wiley Publishing , 2004.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 20</td><td>Período: 4</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 6</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Introdução à Análise de Sistemas. Paradigmas de Desenvolvimento de Software: Análise Estruturada e Análise Orientada a Objetos. Análise de Sistemas Orientada a Objetos: Modelagem Conceitual, Análise e Especificação de Requisitos de Software utilizando a linguagem Unified Modeling Language (UML). Estudo de caso de análise e modelagem de projeto de software. Processos de desenvolvimento AGIL; A concepção de um sistema; A construção de um sistema; Artefatos de desenvolvimento; Fluxos de trabalho; Perfis dos desenvolvedores.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BEZERRA, Eduardo. Princípio de Análise e Projetos de Sistemas com UML. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
BLAHA, Michael; RUMBAUGH, James. Modelagem e Projetos Baseados em Objetos com UML 2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
LARMAN, C. Utilizando UML e padrões: uma introdução à análise e projeto orientados a objetos. Porto Alegre: Bookman, 2004.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BOOCH, Grady; JACOBSON, Ivan; RUMBAUGH, James. UML: Guia do Usuário. Editora campus, 2000.
RUMBAUGH, J. et al. Modelagem e projetos baseados em objetos. Rio de Janeiro: Ed. campus, 1997.</td></tr>
</table>

8º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">SISTEMAS OPERACIONAIS</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 41</td><td>Período: 8</td><td>Pré-Requisito: 12</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Conceitos de Sistemas Operacionais, Processos, Estados e transições, Escalonamento, Comunicação e Sincronização de Processos, Semáforos, Gerência de Memória, Memória Virtual, Segmentação e Paginação, Gerência de Disco, Virtualização, Estudos de Caso de Sistemas Operacionais.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">OLIVEIRA, Rômulo Silva de; CARISSIMI, Alexandre da Silva; TOSCANI, Simão Sirineo. Sistemas Operacionais. 2. ed. Porto Alegre: Instituto de Informática UFRGS: Sagra Luzzatto, 2001.

MACHADO, Francis B.; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de Sistemas Operacionais. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2007.

SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter; GAGNE, Greg. Fundamentos de sistemas operacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004.

TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos. 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1995.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">TANENBAUM, A. S. Sistemas Operacionais - projeto e implementação. 2.ed. São Paulo: Artmed, 2000.

SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B. Sistemas Operacionais: Conceitos. São Paulo: Makron Books, 2000.

SHAY, W. Arquitetura e Organização de Computadores. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2002.</td></tr>
</table>

INTERAÇÃO HUMANO-COMPUTADOR				Carga Horária (h)		Créditos
				Teórica	45	3
				Prática	-	-
				Prática de Ensino	15	1
				TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 42	Período: 8	Pré-Requisito:			Departamento:
EMENTA:						
Aspectos da área de Interface Homem – Computador. Questões ambientais da Relação Homem Máquina. Fundamentos de fatores humanos em IHC. Padrões de interface. Métodos e ferramentas de avaliação de interfaces. Usabilidade e acessibilidade de sistemas. Técnicas para implementação de interfaces. Ferramentas de suporte. Projeto de interface de software educacional.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
BORGES, Roberto C.M. Comunicação Homem-Máquina, Textos Didáticos número 16. Porto Alegre: Instituto de Informática-UFRGS, 2000 NETTO A. A. de Oliveira. IHC: Modelagem e Gerência de Interfaces com o Usuário. São Paulo: Visual Books. ROCHA, Heloisa V.; BARANAUSKAS, M. Cecília C. Design e Avaliação de Interfaces Humano-Computador. Brasília: Brasiliense, 2003.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
HICKSON R. Projetos de Sistemas Web Orientados à Interface. 1.ed. Rio de Janeiro: campus, 2003. LIMA, V. Técnicas para Web Design e HTML. São Paulo: Book Express, 2001.						

EMPREENDEDORISMO				Carga Horária (h)		Créditos
				Teórica	45	3
				Prática	15	1
				Prática de Ensino	-	-
				TOTAL	60	4
Obrigatória	Código: 43	Período: 8	Pré-Requisito:			Departamento:
EMENTA:						

Empreendedor, intraempreendedor e espírito empreendedor. Questões Ambientais do Empreendedorismo. Características do empreendedor: habilidades, atitudes e características dos empreendedores. Início e ciclo de vida de uma empresa. Oportunidades de negócios; identificação, seleção e definição do negócio. A importância da inovação tecnológica como diferencial competitivo para a pequena e média empresa. O plano de negócio: informações ambientais, estratégias de marketing, plano operacional e gerencial e plano financeiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOLABELA, F. O Segredo de Luísa. Uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 30. ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, v. 34, n. 2, p. 5- 28, 1999. Disponível em: <http://rausp.usp.br/wp-

content/uploads/files/3402005.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

NARDES, F. B. S.; DA ROCHA MIRANDA, R. C. Lean Startup e Canvas: uma proposta de metodologia para startups. Revista Brasileira de Administração Científica, v. 5, n. 3, p. 252-272, 2014. Disponível em:

<https://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/download/SPC2179-684X.2014.003.0015/457>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Como Elaborar um Plano de Negócios. Brasília, 2013. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/gestao-e-comercializacao-como-elaborar-um-plano-de-negocios.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

RIES, E. A Startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Lua de Papel, 2012.

ZEN, A. C.; FRACASSO, E. M. Quem é o empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor. Revista de Administração Mackenzie, v. 9, n. 8, p. 135-150, Edição

Especial, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/QcdCh4sfDP4FHR38qhwPdkH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FECOMERCIO-SP. Negócios. Empreendedor precisa entender o ciclo de vida da empresa para conduzir os negócios. São Paulo, 21 de agosto de 2017. Disponível em:
<https://www.fecomercio.com.br/noticia/empreendedor-precisa-entender-o-ciclo-de-vida-da-empresa-para-conduzir-os-negocios>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SOUSA, C. R. D.; CARDOSO, H. S. P. (Orgs.). Empreendedorismo & Inovação. Salvador: Editora IFBA EDIFBA, 2017. [livro digital disponível no Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB-IFBA]

VERGA, E.; SILVA, L. F. S. D. Empreendedorismo: evolução histórica, definições e abordagens. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 3, n. 3, p. 3-30, 2014. Disponível em:

<https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/186.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

<table>
<tr><td rowspan="5" colspan="2">ECONOMIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 44</td><td>Período: 8</td><td>Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">A perspectiva econômica do processo educacional. A relação entre educação e estrutura social capitalista. Introdução ao estudo das relações entre família, educação, mão-de-obra, mercado de trabalho e renda. A teoria do Capital Humano. O estudo das externalidades geradas pela educação. A relação entre educação e crescimento econômico. Educação e economia solidária.

Transformações no mundo do trabalho, formação e qualificação. O trabalho como mediação na produção da existência humana.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação o trabalho. 6. Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 101 – 118.

CABRITO, Belmiro. Economia da Educação. São Paulo: Texto Editores, 2002.

KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉSZAROS, Istvan. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial.

PIRES, Valdemir. Economia da Educação para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CATANI, Antonio David (Org.) Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico. Petrópolis/Porto Alegre : Vozes/Editora da UFRGS, 1997

MARQUES, Margarida Fernandes. A Decisão Política em Educação. O Partenariado Sócio-Educativo como Modelo Decisional. O Caso das Escolas Profissionais. Porto: Edições Afrontamento. 1994.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Crítica da Educação e do Ensino. Paris: Morais Editores, 1976.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso. J. et alii (org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. (disponível: http://www.diaadia.pr.gov.br/nre/cornelioprocopio/arquivos/File/Ensinomedioblocos/Encontro3Otrab</td></tr>
</table>

alhocomoprincipioeducativo.pdf)

PROJETO INTEGRADOR I		Carga Horária (h)			Créditos
		Teórica		30	2
		Prática		--	--
		Prática de Ensino		--	--
		TOTAL		30	2
Obrigatória	Código: 45	Período: 8	Pré-Requisito: 34,40		Departamento:
EMENTA:					
Elaboração do Trabalho de conclusão de curso utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos sob orientação docente. Desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; elaboração e apresentação das primeiras etapas da pesquisa.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
Será relacionada à área em que o aluno vai desenvolver o seu projeto de pesquisa no ensino de Computação.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
Será relacionada à área em que o aluno vai desenvolver o seu projeto de pesquisa no ensino de Computação.					

<table>
<tr><td rowspan="5">ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM COMPUTAÇÃO IV</td><td colspan="3">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>75</td><td>5</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>105</td><td>7</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 46</td><td>Período: 8</td><td>Pré-Requisito: 40</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Prática profissional supervisionada, desenvolvida em campo de estágio (Escolas de Ensino Fundamental, Médio ou Técnica, públicas ou privadas, Empresas, Órgãos Públicos). Etapa de realização do exercício docente em espaços escolares e/ou não escolares, que possibilite a vivência do exercício docente e de cidadania com projetos específicos com a instituição concedente, além da realização de experiências didático-pedagógicas em turmas de EJA. Produção textual (memorial formativo). Seminário.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">MEIRIEU, Philippe. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2010.
VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: papiros, 1995.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Orientação para estágio em licenciatura. São Paulo: Pioneira, 2005.
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artemed, 1998.
CUNHA, M. Isabel. O Bom Professor e sua prática. Campinas/SP. 1995.
MENEGOLLA, Maximiliano. Por que planejar? como planejar?: currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes, 2010.
MARTINS, Pura Lúcia Oliver. A didática e as contradições da prática. Campinas: Papirus, 1998</td></tr>
</table>

9º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">PROJETO INTEGRADOR II</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>--</td><td>--</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>--</td><td>--</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 48</td><td>Período: 9</td><td colspan="2">Pré-Requisito: 45</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Elaboração do Trabalho de conclusão de curso utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos sob orientação docente. Desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; elaboração e apresentação da pesquisa concluída.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Será relacionada à área em que o aluno vai desenvolver o seu projeto de pesquisa no ensino de Computação.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Será relacionada à área em que o aluno vai desenvolver o seu projeto de pesquisa no ensino de Computação.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="2" rowspan="5">ACEX III</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td></td><td>0</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>120</td><td>8</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 47</td><td>Período: 9</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Concepção de extensão. Ações de extensão através de programas e/ou projetos junto à comunidade externa. Articulação com ensino e a pesquisa. Interação dialógica e interdisciplinaridade. Protagonismo discente e reflexão sobre impactos em sua formação.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BAHIA, Instituto Federal da. Regulamentação que normatiza a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação no âmbito do IFBA. Salvador, BA: IFBA/CONSEPE, 2021. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/noticias/2022/curricularizacao-da-extensao-no-ifba-projeto-de-implementacao-avanca-envolve-dialogo-com-os-campi-e-oferta-formacao-online/resolucaon24consepe.pdf >> acesso em 10/11/2024

_____. Política de Extensão do Instituto Federal da Bahia. Salvador, BA: IFBA/CONSEPE, 2023. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/institucional2/consepe/resolucoes-2023/resolucao-93-com-anexo.pdf/@@download/file/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2093%20com%20anexo.pdf >> acesso em 10/11/2024

EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Brasília, DF: MEC/CNE/CES, 2028. Disponível em: <<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf >> acesso em 10/11/204</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Relacionadas à área de desenvolvimento do projeto de extensão.</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">OPTATIVA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td></td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Obrigatória</td><td>Código: 37</td><td>Período: 9</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6"></td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6"></td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6"></td></tr>
</table>

DISCIPLINAS OPTATIVAS**:**

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">COMPUTAÇÃO GRÁFICA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>30</td><td>2</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>--</td><td>--</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Optativa</td><td>Código:</td><td>Período:</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Arquitetura de interfaces de usuário. Interfaces gráficas orientadas por objetos. Arquitetura dos processadores e periféricos gráficos. Modelos vetoriais 2D e 3D: primitivas, transformações, recorte e visualização. Síntese de imagens: modelos básicos de iluminação e elaboração. Modelos gráficos avançados: modelagem paramétrica e funcional. Aplicação de mapas: texturas, sombras, reflexões. Rastreamento de raios e radiosidade. Técnicas de sombreamento e ray-tracing. Visualização de dados científicos. Ferramentas de software: linguagens, pacotes e padrões gráficos.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">SCHREINER, D.; WOO, M.; NEIDER, J.; DAVIS, T. OpenGL Programming Guide. Addison-Wesley Publ. Company, 2003.
SCHREINER, D. OpenGL Reference Manual. Addison-Wesley Professional, 2004.
WRIGHT JR, R.; SWEET, M.. OpenGL SuperBible. Waite Group Press, 2000.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">FOLEY, J.; VAN DAM, A.; FEINER, S.; HUGHES, J. Computer Graphics: Principles and Practice. 2. ed. Addison-Wesley Publ. Company, 1996.
GOMES, J.; VELHO, L. Image Processing for Computer Graphics. Springer-Verlag, 1997.
SALOMON, D. Computer Graphics and Geometric Modeling. Springer-Verlag, 1999.
MINASI, Mark; Segredos de Projetos de Interface Gráfica - Como Usar, Ed IBPL Rio de Janeiro-RJ, 1999.</td></tr>
</table>

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	60	4
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Características do ensino a distância. Suporte de redes de computadores para ambientes de EAD: motivações e dificuldades, ambiente de suporte, mecanismos de recuperação de informações on-line e construção do conhecimento. Modelos de EAD: sistemas instrucionais de primeira e Segunda geração; modelos teóricos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem em grupo e via rede; multimídia na EAD. Estudo dos processos pedagógicos e tecnológicos envolvidos na elaboração de projetos de EAD.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PETERS, O. **Didática do Ensino a Distância**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

SILVA, Marco. (org). **Educação Online**. São Paulo: Loyola, 2003.

SILVA, Marco e SANTOS, Edméa (org). **Avaliação da aprendizagem em educação Online**. São Paulo, Loyola, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELLONI, M.L. **Educação a distância**. Campinas, Editora Autores Associados, 2001.

NISKIER, Arnaldo. **Educação à distância**. 2.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1999.

GERÊNCIA DE REDES	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	30	2
	Prática	30	2
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Evolução do Gerenciamento de Redes; Arquitetura OSI de Gerenciamento; Funções de Gerenciamento; Bases de Informação de Gerenciamento; Serviços e Protocolo OSI de Gerenciamento; Introdução à Administração de Sistemas Heterogêneos; Metas e Objetivos da Administração de Sistemas; Modelo de Maturidade em Administração de Sistemas; Lidando com a Heterogeneidade; Serviços Básicos; Serviços de Comunicação e Informação; Serviços de Arquivo Uniformes; Gerenciamento de Pacotes de Software; Configuração e Instalação; Integração com Clientes e PC's.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
FARREL, Adrian. **A Internet e seus Protocolos**. São Paulo: Elsevier, 2005. LOPES, Raquel V. et al. **Melhores Práticas para Gerência de Redes de Computadores**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRISA, **Gerenciamento de Redes:** uma abordagem de sistemas abertos. São Paulo: Makron Books, 1993. Teixeira Jr, J. H. et al. **Redes de Computadores:** serviços, administração e segurança. São Paulo: Makron books, 1999.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À EDUCAÇÃO			Carga Horária (h)		Créditos
			Teórica	60	4
			Prática	--	--
			Prática de Ensino	--	--
			TOTAL	60	4
Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:		Departamento:
EMENTA:					
A inteligência, o cérebro e o computador. Representação e resolução de problemas. Representação do conhecimento. Cognição. Agentes. Frames. Redes Semânticas. Sistemas Tutores Inteligentes. Aplicações.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
BITTENCOURT, G. Inteligência Artificial: ferramentas e teorias. Florianópolis. UFSC. 1998. BRENNER,W. ZARNEKOW,R. and WITTIG, H. **Intelligent Software Agents**. Berlin: Springer-Verlag, 1998. RUSSEL, S. J., NORVIG, P. **Artificial Intelligence:** a modern approach. Prentice-Hall. Englewood Cliffs, NJ. 1995.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BARR,A and FEIGENBAUM, E. A. (editors). **The handbook of artificial intelligence**. William Kaufmann Inc., Los Altos, California, 1981. CHARNIAK,E. and McDERMOTT, D. **Introduction to artificial intelligence**. Addisonwesley publishing company, 1985. NILSSON, N.J. **Principles of Artificial Intelligence.** Springer-verlag, Berlin, Heidelberg, N.Y.,1982. RICH, E. KNIGTH,K. **Artificial Intellilgence.** 2nd ed. H.Hill College Div, 1991.

SISTEMAS DISTRIBUÍDOS	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	30	2
	Prática	30	2
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:
Definição de Sistema Distribuído; Arquiteturas Paralelas e Distribuídas; Classificação de arquiteturas e interconexões; Aspectos de Projeto: Transparência, Flexibilidade, Confiabilidade, Performance, Escalabilidade; Sistemas Operacionais em Rede; Organização de Processadores; Escalonamento de Processadores; Comunicação entre Processos; Modelo Cliente-Servidor; Remote Procedure Call (RPC); Memória Compartilhada Distribuída, Threads, Sincronização Distribuída, Deadlock Distribuído; Gerência de Arquivos Distribuídos; Transações Atômicas; Caches, Arquivos Replicados; Sistema Operacional Distribuído e Sistema de banco de dados distribuído. Estudo de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
COULOURIS, G., DOLLIMORE, J., KINBERG, T. **Sistemas Distribuídos:** Conceitos e Projetos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman. 2007. DANTAS, Mário. **Computação Distribuída de Alto Desempenho:** Redes, Clusters e Grids Computacionais. 1. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2005.

TANENBAUM, M. Van. **Sistemas Distribuídos - Princípios e Paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COULOURIS, G., DOLLIMORE, J., KINBERG, T. "Distributed Systems: Concepts and Design", AddisonWesley, 2007.

TANENBAUM, Andrew S. **Distributed systems:** principles and paradigms. .ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 2002.

TEIXEIRA, José Helvécio. et al. **Do Mainframe Para a Computação Distribuída - Simplificando a Transição**. Rio de Janeiro: Infobook, 1996. VERÍSSIMO P., L. RODRIGUES. **Distributed Systems for Systems Architects**. Kluwer Academic Publishers, 2001.

TEORIA DOS JOGOS	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	60	4
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

História dos jogos na sociedade contemporânea. Os jogos eletrônicos e sua contextualização como objeto no cenário acadêmico. Os significados dos jogos eletrônicos no cenário pedagógico. Concepção, classificação e características dos jogos eletrônicos. Jogos eletrônicos e educação. Jogos eletrônicos e conteúdos disciplinares. Avaliando e aplicando jogos eletrônicos como recurso pedagógico. Estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens. O Jogo como elemento da cultura**. São Paulo, Perspectiva, 2005.

MOITA, Filomena. **Games on: jogos eletrônicos na escola e na vida da geração @.** Campinas - SP: Editora Alínea, 2007.

SANTAELLA, Lúcia; FEITOZA, Mirna. (orgs.), **Mapa do Jogo**. São Paulo: Cengange Learning, 2008.

MATTAR, João. **Games em Educação**. São Paulo: Prentice Hall, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PRETTO, Nelson de Luca. **Uma escola sem/com futuro**: educação e multimídia. São Paulo, Papirus, 1996.

ALVES, Lynn. **Game over: jogos eletrônicos e violência**. São Paulo: Futura, 2005.

JOHNSON, Steven. **Surpreendente!: a televisão e o videogame nos tornam mais inteligentes**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

TAPSCOTT, Don. **Geração Digital: A Crescente e Irreversível Ascensão da Geração Net.** São Paulo: Makron Books, 1999.

TÓPICOS AVANÇADOS EM COMPUTAÇÃO	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	60	4
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Variável. Será composta por módulos, que cobrirão os tópicos atuais de pesquisas e desenvolvimentos na área de computação. Nas últimas ofertas foram abordados os temas: Criptografia; Sistemas Nebulosos; Desenvolvimento de Software Baseado em Componentes; Computação Ubíqua e Redes Neurais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Considerando que esta disciplina terá a estrutura de tópicos avançados a bibliografia básica será organizada a partir do planejamento da disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Considerando que esta disciplina terá a estrutura de tópicos avançados a bibliografia complementar será organizada a partir do planejamento da disciplina.

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">FILOSOFIA DA CIÊNCIA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>--</td><td>--</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Optativa</td><td>Código:</td><td colspan="2">Período:</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="7">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="7">Filosofia e Ciência: a ciência como objeto de reflexão filosófica. A Filosofia da Ciência no século XX. Ciência e Método Científico: empirismo, método indutivo e método hipotético dedutivo. Círculo de Viena e Karl Popper. As filosofias de Kuhn, Lakatos e Feyerabend.</td></tr>
<tr><td colspan="7">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="7">ALVES, Rubens. Filosofia da Ciência. São Paulo. Brasiliense. 1981
ARAÚJO, Jorge, Manuel. Ciência e Nós. Lisboa. Instituto Piaget.2001.
CARRILHO, M.M. A Filosofia das Ciências. Lisboa. Ed. Presença. 1994.
DUTRA, L.H. Introdução à Teoria da Ciência. Florianópolis. Ed.UFSC.</td></tr>
<tr><td colspan="7">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="7">FOUREZ,G.A. A Construção das Ciências.S. Paulo.Ed.UNESP.1995.
HAMBURGER, Jean (coord.). A Filosofia das CiênciasHoje. Lisboa. Fragmentos. 1988.
KOHAN, Walter Omar (Org.). Filosofia: caminhos para seu ensino. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. 191p. (Coleção Sócrates).
ALTHUSSER, Louis. Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas. Lisboa. Presença.
ALVES, Vitorino Mendes de Sousa. Ensaio sobre Filosofia das Ciências. Braga. FFB-UC</td></tr>
</table>

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. Porto. Afrontamento. 2000

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências**. Porto. Afrontamento.1988.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Porto. Ed. Afrontamento.1989.

<table>
<tr><td rowspan="5">EDUCAÇÃO E TRABALHO</td><td colspan="3">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>--</td><td>--</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Optativa</td><td>Código:</td><td>Período:</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Educação e trabalho e sua relação com as políticas públicas e as práticas pedagógicas. Correntes e tendências da educação no Brasil, com ênfase na relação entre economia, trabalho e educação. O papel da escola e do educador na sociedade tecnológica. O trabalho como determinante da condição humana. História do trabalho. A organização do trabalho na sociedade moderna. Mudanças tecnológicas e a educação. A escola e o novo paradigma tecnológico.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 101 – 118.

FERRETI, C.J., SILVA JUNIOR, J.R., SALES, M.R. (orgs.). Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.

GENTILLI, P. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional no neoliberalismo. R. Janeiro: Vozes, 1998.

KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
</table>

MACHADO, L.R.S., NEVES, M. de A., FRIGOTTO, G. e outros. **Trabalho e Educação**. 2ª edição. Campinas: Papirus, 1994.

RODRIGUES, J. A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital. In: FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. (orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROPÉ, F., TANGUY, L. **Saberes e competências**. Campinas: Papirus, 1997. SILVA, T.T. da, GENTILI, P. (Orgs.). Escola S.A. **Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. CNTE: Brasília, 1996.

SOARES, Maria Clara. Banco Mundial: políticas e reforma. In: WARDE, M.J. (Org.). **O banco Mundial e as Políticas Educacionais**. S.Paulo:Cortez. 1996.

OLIVEIRA, Carlos R. de. **História do Trabalho**. São Paulo: Editora Ática, 1987. (Série Princípios).

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	30	2
	Prática	30	2
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Educação para as relações Étnico-Racial e formação docente: conceitos básicos de raça, racismo e suas reconfigurações; etnia, discriminação, preconceito, etnocentrismo. Quilombos e Remanescentes de quilombos, Políticas de Ações Afirmativas e Educação; Desconstrução de estereótipos e criação de metodologias para trabalhar com a Lei 11645/08; Elaboração de material didático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Silvio. O que é Racismo Estrutural.2018.

<https://onedrive.live.com/view.aspx?cid=1557312298173A73&authKey=%21AEajEPCDZPeCEDA&resid=1557312298173A73%219603&ithint=%2Epdf&open=true&app=WordPdf >Guimarães, A. S. (2011). Raça, cor, cor da pele e etnia. Cadernos De Campo (São Paulo 1991), 20(20), 265-271. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p265-271

HAUFBAUER, Andréia. Ideologia do Branqueamento: racismo a brasileira?

http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7079.pdf> acesso em 19/02/2021

MUNANGA, Kabengele (ORG.). Superando o Racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

https://drive.google.com/file/d/1F4_pTLlu79wbr52D5QfpVc2e7Jwc8Ik/view?usp=sharing

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira. Paraná, 2008. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-6.pdf, acesso em 19/07/2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS , F. A Naturalização da Violência Racial. 2019.< https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/298/245 >, acesso em 15/09/2020.

MORAES, Fabiana. No país do racismo institucional : dez anos de ações do GT Racismo no MPPE /Fabiana Moraes ; Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. -- Recife: Procuradoria Geral de Justiça,

2013.< https://www.mppe.mp.br/mppe/images/Livro10web.pdf > acesso em 25/09/2020

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	45	3
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	15	1
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Visão clássica da psicologia organizacional: história e desdobramentos; Temas e questões atuais da psicologia organizacional; A organização como sistema social; Evolução da estrutura das empresas; A relação do Homem com seu trabalho; Qualidade de Vida no Trabalho; Psicopatologia do trabalho; Psicologia do consumidor; Características dos grupos - como se formam, hierarquia, normas, papéis e coesão, liderança e poder; Motivação; Percepção; Atitude e diferenças individuais; Comunicação. Administração de Conflitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENNIS, W., SPREITZER,G., CUMMINGS T., **O Futuro da Liderança**. São Paulo: Futura, 2001. BENNIS, Warren G. **Os Gênios da Organização: as forças que**

impulsionam a criatividade das equipes de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BOOG, Gustavo & Magdalena e outros. **Manual de Gestão de Pessoas e Equipes**. Vol. I. São Paulo: Editora Gente, 2002.

LIMONGI-FRANÇA, e outros. As Pessoas na Organização. São Paulo: Editora Gente, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DE MASI, Domenico. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEJOURS, C. Loucura do trabalho. São Paulo: Oboré; 1987.

GOLEMAN, Daniel. Trabalhando com a Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. _____. O Poder da Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

JORGE, Simões J. Psicologia e Dinâmica da Vida em Grupo. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1983. MOSCOVICI, Fela. Renascença organizacional. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1996

RELAÇÕES INTERPESSOAIS E EDUCAÇÃO	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	45	3
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	15	1
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Enfatiza aspectos relativos à compreensão e ao desenvolvimento das relações interpessoais na escola dentro de um enfoque humanístico, ético, crítico e democrático, estudando as relações e inter-relações de/entre pessoas, grupos e instituições. Comunicação, fator fundamental nas relações interpessoais: conteúdo lógico, psicológico, manifesto e latente; tarefa explícita e implícita; comunicação como exercício de convivência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTILHO, Áurea. **A dinâmica do trabalho de grupo**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1998.

DEL Prette, Z.A.P. & DEL Prette, A. (Orgs.), **Psicologia das relações interpessoais e habilidades sociais: Vivências para o trabalho em grupo.** Petrópolis: Vozes: 2009.

DEL Prette, A. e DEL Prette, Z. A. P. (2008). Psicologia das relações interpessoais e habilidades sociais: Vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIAS, Fernando Nogueira. **Relações Grupais e Desenvolvimento Humano.** Instituto Piaget, 2004.

FRITZE, Silvino. J. **Relações Humanas Interpessoais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARQUES, Juracy C. **Ensinando para o desenvolvimento pessoal - psicologia das relações interpessoais.** Petrópolis: Vozes, 1983. (3 ex.)
MINICUCCI, A. **Dinâmica de grupo - teorias e sistemas**. São Paulo: Atlas, 1993.
MINICUCCI, A. **Psicologia das relações interpessoais**. São Paulo: Atlas, 1989.
MORENO, Jacob. L. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1975.
MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal**. São Paulo: Liv. Téc. Científicos, 1985.
PICHÓN-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Liv. Martins Fontes, 2000.
SALOMÉ, Jacques. **Aprendendo a se comunicar - você se revela quando fala.** Petrópolis: Vozes, 1994
SANTOS, Áurea dos. **A prática da liderança.** Petrópolis: Vozes, 2005
SCHMITT, C. Afonso. **Auto-estima**. São Paulo: Paulinas, 2003.
WEIL, Pierre. **Organizações e tecnologias para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997

CURRÍCULO E NOVAS TECNOLOGIAS	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	45	3
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	15	1
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Tecnologia e implicações pedagógicas; Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e Tecnologia; Ciências humanas e Tecnologia, Articulações entre áreas de conhecimento e tecnologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

APLLE, M. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARVALHO, A. M. P. e GIL PÉRES, D. **Formação de professores de ciências: tendências e inovações.** São Paulo: Cortez, 1993.

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34,1993.

SILVA, T. T. . **Teorias do currículo**. Uma introdução crítica. , 2000. v. 1. 160 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMORIM, A.C.R. **Ciência/Tecnologia/Sociedade**. *Educação e Ensino*. nº 02, v. 01, p. 81-98. 1996 FIGUEIREDO, V. **Produção Social da Tecnologia**. São Paulo: EPU, 1989.

PRADO, M. E. B. B e VALENTE, J.A. A formação na ação do professor: Uma abordagem na e para uma nova prática pedagógica. In: **Formação de Educadores para o uso da informática na escola.** Campinas: UNICAMP/NIED, 2003.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo**. 1. ed. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 1999. v. 1.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	45	3
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	15	1
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Os aspectos sociais, políticos e epistemológicos presentes nas diferentes concepções de educação de jovens e adultos. As políticas públicas no âmbito da EJA. Os processos de ensino-aprendizagem e as alternativas metodológicas na educação de jovens e adultos. O papel social, político e cultural da educação de jovens e adultos no contexto atual. Visão histórica, política e social da educação de jovens e adultos (EJA) no contexto da educação popular. Os sujeitos das políticas públicas de EJA. O trabalho político-pedagógico no cotidiano da EJA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro,** Paz e Terra. 20ª Ed. 1992. _____**Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 3ºEd. 1994.

GADOTTI, Moacir. **Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar**. Petrópolis, Vozes, 1990. _____e Torres, Cª (org*).* **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo, Cortez/EDUSP, 1994.

MASAGÃO, Vera Maria Ribeiro. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Ação Educativa, 2001.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Marisa Vorraber (org). **Educação Popular Hoje**. São Paulo. Edições Loyola. 1999.
GARCIA, Regina, L, e VALLA, Victor. **A fala dos excluídos**. São Paulo, Papirus editora, 1996.
HURTADO, C. Nuñez. **Comunicação e educação popular: educar para transformar, transformar para educar**. Petrópolis/RJ:Vozes, 1993.
PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista***.* Rio de Janeiro. Graal.1984.
_____(Org). **Perspectivas e dilemas de educação popular**. Rio de Janeiro, Graal. 1984.
_____. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo, Loyola, 1983, 2ª Ed.
TAMARIT, José*.* **Educar o Soberano.** São Paulo, Cortez Editora, 1996.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	30	2
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	30	2

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

O campo científico: concepções de ciência. A importância da pesquisa na produção do conhecimento. Ciência e pesquisa: o conhecimento pedagógico e a produção científica. A organização do trabalho científico: a formação do professor-pesquisador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES-MAZZOTTI, A.J.et al. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDRÉ, M. (org.). **O papel da pesquisa na formação e prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1998

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. _____. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo : Atlas, 1995.

_____. **Pesquisa. Princípio científico e educativo.** São Paulo : Cortez, 1996.

FAZENDA, I. C. A.(Org.) **Novos Enfoques da Pesquisa em Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2002.

THIOLLENT, M.**Metodologia da pesquisa – ação**. São Paulo: Cortez, 2000. CONTRADIOPLOULOS, A.P.,CHAMPAGNE, F.,POTVIN, L.BOYLE,P. **Saber preparar uma pesquisa**. Rio de Janeiro: Abrasco-Hucitec, 1994

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro :Record, 1999.

FAZENDA, I. e SEVERINO, A. (Orgs.). ***Conhecimento, pesquisa e educação***. Campinas, SP: Papirus, 2001

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	60	4
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Fundamentos básicos de ecologia: conceitos e impactos ambientais. Aspectos históricos da relação homem - natureza; Educação ambiental: conceituação, caracterização e histórico; Tendências em educação ambiental; Legislação de Educação Ambiental; Educação ambiental como política pública; Educação Ambiental formal; Educação para a gestão ambiental pública; Práticas pedagógicas e projetos de Educação Ambiental e a relação com o ensino e a pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAS, G.F. Educação ambiental: princípios e práticas. Gaia. São Paulo. 2004.

LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220.

MORIN, E. 2002. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Ed. Cortez. 118p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1999.htm>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação, Resolução Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012. Institi**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 de julho de 2012. Disponível em:<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em:23 de outubro de 2014.

_____Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF,1998

REIGOTA, M. 2010. Meio Ambiente e Representação Social. Coleção Questões da Nossa Época, v.12. Ed. Cortez, 93p.

CASSINO, F. Educação ambiental: princípios, história e formação de professores. Editora SENAC São Paulo. São Paulo. 1999.

LOUREIRO, C.F.B. 2012. Sustentabilidade e Educação – um olhar da ecologia política.Coleção Questões da Nossa Época, v.39. Ed. Cortez, 128p.

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	60	4
	Prática	--	--
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:

Conceitos e definições de juventude. As relações entre juventude, cultura e subjetividade. O jovem na contemporaneidade e as transições para a vida adulta. A escola como espaço de aprendizagem e de socialização juvenil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. Questões de sociologia. Rio de janeiro: Marco zero, 1983. CAMARANO, A. A. Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: IPEA, 2006. DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996. PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude — alguns contributos. Análise social, p. 139-165, 1990
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CARRANO, Paulo César Rodrigues. Identidades juvenis e escola."Brasília, 2005. KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. NOVAES, R., VANNUCHI, P (orgs). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. Fundação Perseu Abramo, 2005. MAGNANI, J. Os circuitos dos jovens urbanos: Juventude (s) e transições. Tempo social,v. 17, n. 2, p. 173-205, 2005. PAIS, José Machado. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. Saúde Soc,v.18, n. 3, p. 371-381, 2009.

INTRODUÇÃO AO JOGO DE XADREZ	Carga Horária (h)		Créditos
	Teórica	45	3
	Prática	15	1
	Prática de Ensino	--	--
	TOTAL	60	4

Optativa	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento:

EMENTA:
Histórico do jogo de xadrez; regras básicas; notação algébrica e descrita; organização de torneios; propostas pedagógicas envolvendo o jogo de xadrez.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RESENDE, Sylvio. Xadrez na Escola: Uma Abordagem Didática para Principiantes – 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.

SILVA, Wilson da; TIRADO, Augusto C. S. B. Meu primeiro livro de xadrez: curso para escolares - Curitiba: Expoente, 1995.

EADE, James; tradução LEAL, Marcos Malvezzi. Xadrez: o guia definitivo. São Paulo: Marco Zero, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RIBEIRO, Flávia Dias. Jogos e modelagem na educação matemática. Curitiba: Ibpe 2008.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; PESSOA, Neide; ISHIHARA, Cristiane. Jogos de matemática: de 1º a 3º ano. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Recursos didático-pedagógicos na educação matemática escolar: Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

<table>
<tr><td colspan="3" rowspan="5">ÉTICA E CIDADANIA</td><td colspan="2">Carga Horária (h)</td><td>Créditos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Teórica</td><td>45</td><td>3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática</td><td>-</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="2">Prática de Ensino</td><td>15</td><td>1</td></tr>
<tr><td colspan="2">TOTAL</td><td>60</td><td>4</td></tr>
<tr><td>Optativa</td><td>Código:</td><td>Período:</td><td colspan="2">Pré-Requisito:</td><td>Departamento:</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">Conceitos, problemas e correntes fundamentais da Ética. Ética e civilização tecnológica. Cidadania: conceito e desenvolvimento histórico. Cidadania e Direitos Humanos. Ética e Cidadania no mundo do trabalho.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BLACKBURN, Simon. Ética: uma brevíssima introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. O que é cidadania. 4a. ed. São Paulo:
Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos).
DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Moderna, 2004.
HERKENHOFF, João Batista. Ética, educação e cidadania. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.
SOUZA, Herbert de, RODRIGUES, Carla. Ética e cidadania. São Paulo: Ed. Moderna, 1998.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cidadania, um projeto em construção. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2011.
DALLARI, Dalmo de Abreu. O que são direitos da pessoa. São Paulo: Brasiliense,
2017. (Coleção Primeiros Passos)
_____. O que é participação política. São Paulo: Brasiliense, 2017. (Coleção Primeiros Passos)
HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.</td></tr>
</table>

APÊNDICE II – REGIMENTO DO PROJETO INTEGRADOR DE CURSO (TCC)

Normas para elaboração do Projeto Integrador de Curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia *Campus* Valença

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E OBJETIVO

Artigo 1.º - Este instrumento legal regulamenta o Projeto Integrador de Curso (PIC/TCC) de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) *campus* Valença, requisito indispensável à integralização curricular.

Artigo 2.º - O PIC, atividade curricular integrante do currículo do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença, de caráter obrigatório, versará sobre um tema pertinente ao Curso e poderá englobar atividades práticas e/ou teóricas, permitindo ao aluno a ampliação, aplicação e demonstração dos conhecimentos adquiridos ao longo do Curso, aplicando a metodologia científica na execução deste trabalho.

Artigo 3.º - O Exame de Qualificação do Projeto Integrador é condição necessária para o cumprimento dos créditos da disciplina PIC I, com 30 (trinta) horas e 01 (um) crédito.

Artigo 4.º - A apresentação do Projeto Integrador é condição necessária para o cumprimento dos créditos da disciplina PIC II, com 45 (quarenta e cinco) horas e 03 (três) créditos.

CAPÍTULO II
DO PROJETO INTEGRADOR DE CURSO E DOS COMPONENTES CURRICULARES

Artigo 5.º - O PIC será um trabalho individual, baseado em pesquisa bibliográfica e/ou empírica e pode ser escrito nas seguintes modalidades: monografia, artigo científico, memorial ou projeto de intervenção.

Artigo 6º - Mediante matrícula na disciplina PIC, este trabalho será formalizado seguindo um programa de atividades, acompanhamento, orientação e avaliação.

Parágrafo Único. – O aluno somente poderá se matricular na disciplina se cumpridos os pré-requisitos desta e 75% (setenta e cinco por cento) da integralização curricular.

I- O PIC deverá ser escrito em língua portuguesa;

II- Deverá estar de acordo com as normas estabelecidas pela ABNT ou conforme orientações do IFBA Valença;

III- A versão final do PIC deverá ser entregue em formato PDF, impresso ou em mídia digital de forma protocolar para a Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação.

IV- O PIC deverá versar sobre um tema pertinente à Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação;

V- Haverá apresentação e defesa do PIC pelo aluno frente a banca examinadora, conforme organização e programação da Coordenação do Curso;

VI- No caso de PICs não aprovados, a banca examinadora decidirá sobre a possibilidade de reapresentação ou não do trabalho, em prazo estabelecido pela própria.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

Artigo 7.º - À Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença compete:

I- Estabelecer um calendário para composição e publicação das bancas;

II- Providenciar encaminhamento de cópia dos PICs aprovados para Biblioteca;

III- Manter banco de dados atualizado dos PICs aprovados, bem como curriculum lattes dos Professores Orientadores;

IV- Colaborar, sempre que necessário, com o Professor Orientador, acerca dos contatos com outras Instituições, a fim de garantir a coleta de dados para a pesquisa, durante a elaboração do PIC;

V- Intervir junto ao IFBA campus Valença quanto ao uso, por parte dos alunos pesquisadores, de recursos necessários ao desempenho de suas atividades;

VI- Publicar e manter atualizadas as linhas de pesquisa de PIC;

VII- Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

Artigo 8.º - Ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação compete:

I- Aprovar a indicação feita para orientação de PIC em formulário específico, com a apresentação do Professor Orientador do PIC;

II- Credenciar professores/pesquisadores de outras Instituições de Ensino Superior ou de Pesquisa, quando couber, para orientação e coorientação;

III- Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

IV- Nomear um coordenador para o Projeto Integrador de Curso.

CAPÍTULO V
DA ORIENTAÇÃO E DOS PROFESSORES ORIENTADORES DO PIC

Artigo 9.º - O Professor Orientador de PIC deverá possuir titulação mínima de Especialista e ser docente do IFBA *campus* Valença, preferencialmente lotado na Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença, ou de outras Instituições, desde que aprovado pelo Colegiado do Curso.

§ 1º Para o credenciamento será necessária a comprovação do *currículo lattes* de que o candidato a Orientador tem competência reconhecida na área de estudo do PIC, conforme as linhas de pesquisa aprovadas pelo Colegiado.

§ 2º Cada aluno deverá escolher o Orientador do seu trabalho de acordo com as linhas de pesquisa estabelecidas pelo colegiado e a disponibilidade do Orientador.

§ 3º O professor de 40 (quarenta) horas semanais poderá orientar até (03) três alunos, enquanto o professor de 20 (vinte) horas semanais poderá orientar até (02) dois alunos, contabilizando 02 (duas) horas semanais no Plano Individual de Trabalho (PIT).

§ 4º Cada professor Orientador será responsável, por semestre, por no máximo uma turma da disciplina PIC, cuja carga horária é de 30 horas semanais para PIC I e 45 horas para PIC II, e deverá ser composta pelos seus respectivos orientandos.

§ 5º A formalização de cada turma de PIC deverá ser previamente aprovada pelo Colegiado e posteriormente registrada na GRA-3 no nome do Orientador.

Artigo 10.º - Ao escolher o seu Orientador, o aluno deverá, para esse efeito, realizar convite formal, acompanhado do projeto.

Artigo 11°. - São atribuições do professor Orientador:

I- Assinar o formulário específico, aceitando a orientação (Anexo III);

II- Orientar o aluno na elaboração e desenvolvimento do PIC;

III- Frequentar as reuniões, sempre que convidado pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA campus Valença;

IV- Avaliar a viabilidade do projeto, verificando a importância e o interesse que pode ser despertado pelo tema, bem como a disponibilidade de dados e material bibliográfico sobre o assunto;

V- Aprovar o roteiro da pesquisa, o plano de trabalho e o cronograma de atividades propostos no projeto;

VI- Indicar fontes bibliográficas para consulta e fontes estatísticas para coleta de dados, inclusive acompanhando e orientando o aluno na execução do plano de trabalho;

VII- Estar disponível semanalmente, em horário previamente fixado, para prestar atendimento a seus alunos orientandos;

VIII- Entregar, a cada dois meses, as fichas de frequência e avaliação devidamente preenchidas e assinadas;

IX- Avaliar os relatórios parciais que lhe forem entregues pelo Coorientador, quando for o caso, ao término de cada etapa do PIC;

X- Avaliar cada etapa do desenvolvimento do PIC, fazendo intervenções sobre o conteúdo, normas técnicas de apresentação e redação do texto, bem como aprovar previamente o PIC, para encaminhamento à banca examinadora;

XI- Encaminhar cópias do PIC aos membros da banca examinadora com prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da defesa;

XII- Participar das defesas para as quais estiver designado;

XIII- Encaminhar as Atas de defesas à Coordenação do Curso, acompanhadas das fichas devidamente preenchidas e assinadas;

XIV- Verificar as modificações das correções requeridas pela banca examinadora;

XV- Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

Artigo 12° - O Professor Orientador poderá solicitar seu afastamento da orientação, desde que os motivos sejam devidamente fundamentados. Para tanto, deverá comunicar de forma escrita, ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença, para que o Colegiado apresente o nome de um novo Orientador.

Artigo 13° - O aluno poderá informar, por escrito ao Colegiado do Curso, justificativas para pedido de substituição de seu orientador/a, desde que indique um novo, seguindo normas previstas neste regimento. Cabe ao Colegiado aprovar e realizar procedimentos também previstos;

Artigo 14° - É permitido ao aluno ter um Coorientador, mediante aprovação do Orientador e do Colegiado, de forma expressa, na ficha de orientação, entendendo que seu nome figurará no trabalho escrito e nas publicações futuras.

CAPÍTULO VI
DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 15º - O pré-projeto de pesquisa deverá ser entregue no ato da matrícula da disciplina PIC já com a anuência do orientador.

Art. 16º - O pré-projeto de PIC, deverá conter, as seguintes partes nesta ordem:

- Capa;

- Introdução (informações sobre a natureza e a importância do assunto em relação ao tema, incluindo a justificativa);

- Objetivos;

- Revisão de Literatura (parte integrante do PIC);

- Metodologia;

- Cronograma atualizado

- Referências.

Art. 17º - Na última página do projeto deverá constar o aceite do orientador, conforme modelo no Anexo III.

CAPÍTULO VII
DOS DIREITOS E DEVERES DOS ALUNOS

Artigo 18° - O aluno em fase de realização do PIC tem, entre outros, os seguintes direitos específicos:

I - Dispor de elementos necessários à execução de suas atividades, dentro das possibilidades científicas e técnicas do IFBA;

II - Ser orientado por um professor na realização do seu trabalho monográfico;

III - Ser previamente informado sobre o prazo para entrega da monografia, já fixado neste regulamento;

IV - Solicitar ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação o pedido de substituição do Orientador, mediante justificativa, uma única vez.

Artigo 19° - O aluno em fase de realização do PIC tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I- Cumprir este regulamento;

II- Frequentar as reuniões convocadas pelo seu Orientador;

III- Elaborar o PIC tendo como base as linhas de pesquisa estabelecidas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação;

IV- Elaborar a versão definitiva do PIC e disponibilizar cópias para os membros da banca examinadora, nos prazos estabelecidos, de acordo com o presente regulamento e as instruções de seu Orientador;

V- Encaminhar a versão corrigida para o Professor Orientador e verificar se as correções foram acatadas;

VI- Entregar na Coordenação do Curso a versão definitiva do PIC com visto do Orientador, devidamente corrigida em 03 (três) cópias em mídia, seguindo as normas de publicação adotadas pelo IFBA/Valença na data;

VII- Comparecer no dia, hora e local determinados para apresentar e defender a versão final do seu PIC;

VIII- Responsabilizar-se pelo uso de direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros, quando das citações, cópias ou transcrições de textos de outrem.

CAPÍTULO VIII
DA BANCA DE QUALIFICAÇÃO

Artigo 20° - A banca examinadora terá no mínimo 03 (três) integrantes e será constituída pelo Professor Orientador e mais 02 (dois) professores, indicados pelo Professor Orientador, devendo haver previsão de mais um membro qualificado como suplente.

Artigo 21º - São atribuições da Banca de Qualificação

I – Avaliar a apresentação oral e qualificar o PIC em andamento, que deve conter:

- Introdução;
- Objetivo Geral e Específicos;
- Metodologia;
- Referencial teórico (em construção);

II – Estar presente no exame de qualificação ou enviar relatório com contribuições para o PIC em andamento até este dia;

III - Emitir parecer, antes do término do período letivo;

IV - Encaminhar, por meio do Orientador, a Ata de Avaliação à Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA campus Valença.

CAPÍTULO IX
DA BANCA EXAMINADORA

Artigo 22° - A banca examinadora terá no mínimo 03 (três) integrantes e será constituída pelo Professor Orientador e mais 02 (dois) professores, indicados pelo Professor Orientador, devendo haver previsão de mais um membro qualificado como suplente.

§ 1º - A banca examinadora será presidida pelo Orientador de PIC;

§ 2º - Preferencialmente 02 (dois) membros da banca examinadora deverão ser lotados no IFBA *campus* Valença;

§ 3º - A banca examinadora deve ser homologada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença.

Artigo 23° - São atribuições da Banca Examinadora:

I- Avaliar e qualificar o PIC;

II- Avaliar a apresentação oral do PIC;

III- Emitir parecer, antes do término do período letivo;

IV- Encaminhar, por meio do Orientador, a Ata de Avaliação à Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA campus Valença.

CAPÍTULO X
DA DEFESA

Artigo 24° - A defesa do PIC será uma apresentação aberta ao público e deverá ocorrer no âmbito das instalações do IFBA *campus* Valença.

Parágrafo Único. - A apresentação do PIC à banca examinadora, previamente homologada, deverá ocorrer em datas que antecedem o término do semestre letivo, estabelecido pelo calendário do IFBA *campus* Valença, preferencialmente na antepenúltima semana letiva do semestre.

Artigo 25° - A defesa do PIC seguirá a seguinte sequência de atividades:

I- Apresentação oral à Banca Examinadora com duração mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) minutos;

II- Arguição por parte dos membros da banca examinadora;

III- Deliberação sobre as correções e menções pela Banca Examinadora;

IV- O tempo de arguição e de deliberação será definido previamente pelo colegiado e deve ser o mesmo para todas as defesas.

Artigo 26° - Não havendo o comparecimento de, no mínimo 03 (três) membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa no prazo máximo de 01 (uma) semana.

Artigo 27° - A banca examinadora, por maioria, pode determinar ao aluno que reformule aspectos do seu PIC.

§ 1º - Quando for determinada que haja a reformulação de partes do PIC, a nota não deve ser lançada na GRA-3 até que sejam entregues os exemplares corrigidos;

§ 2º - O prazo para apresentar as alterações determinadas é de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data da defesa;

§ 3º - O aluno deverá entregar à Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença a versão final do PIC, acompanhada de declaração do Orientador, atestando que as sugestões foram acatadas e as correções realizadas pelo aluno.

Artigo 28° - A Ata da defesa do PIC deve ser assinada por todos os membros da banca examinadora.

Artigo 29° - O aluno que não entregar o PIC, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, estará automaticamente reprovado na disciplina PIC.

§ 1º - Considera-se como motivo justificado:

I- Tratamento de saúde comprovado através de atestado médico contendo CID da doença e CREMEB do médico e devidamente homologado pelo Serviço Médico-Odontológico do IFBA;

II- Falecimento de parentes de 1º grau comprovado através de atestado de óbito, desde que a defesa se realize dentro do período de ocorrência;

III- Motivo decorrente de casos fortuitos ou de força maior, que impeça a vinda do aluno ao IFBA campus Valença no dia e hora marcados para a defesa;

IV- Obrigações com o Serviço Militar;

V- Pelo exercício do voto (um dia anterior e um dia posterior à data da eleição se coincidentes com a realização da defesa).

§ 2º - Em caso de justificativa comprovada, o aluno terá até 48 (quarenta e oito) horas após a data marcada, para solicitar à Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença nova defesa, por meio da GRA/CORES, cabendo ao Professor Orientador consultar a banca examinadora sobre uma nova data para defesa.

§ 3º - A nova data para a defesa não poderá ultrapassar o prazo de 15 (quinze) dias a partir da data inicial prevista.

Artigo 30° - Em caso de reprovação o aluno deverá cursar novamente a disciplina PIC.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 31° - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença, ouvidos, quando couber, o professor Orientador e o Orientando.

Artigo 32° - Este regimento entra em vigor após sua aprovação.

Valença, novembro de 2022.

APÊNDICE III – TERMOS DE COMPROMISSO DO PROJETO INTEGRADOR

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
***CAMPUS* VALENÇA**
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR ORIENTADOR DO PROJETO INTEGRADOR DE CURSO

Eu, _____, Professor (a) do Curso de _____ desta Instituição, declaro para os devidos fins, estar de acordo em assumir a orientação do Projeto Integrador de Curso do (a) aluno (a) _____.

Título Provisório:

_____

_____

Valença, _____ de _____ de 20 __.

_____	_____
Nome legível do professor-orientador	Nome legível do aluno-orientando
_____	_____
Assinatura do professor-orientador	Assinatura do aluno-orientando

APÊNDICE IV – REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - *campus* Valença, adequando-se às disposições legais que regem a formação de professores da Educação Básica e ao Projeto Pedagógico do Curso.

O colegiado do curso de Licenciatura em Computação, no uso de suas atribuições e considerando:

A Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

As Resoluções CNE CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 e CNE/ CP 2, de 19 de fevereiro de 2002

A Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágios de estudantes;

A Resolução do CONSUP/IFBA n.º , que aprova o Projeto do Curso de Licenciatura em Ciência da Computação do *campus* Valença.

Regulamenta:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º - O Estágio Curricular Supervisionado de Ensino do Curso de Licenciatura em Computação é caracterizado como atividade curricular prática, pré-profissional, realizada em situações reais de trabalho sob a orientação desta Instituição de Ensino, envolvendo aspectos humanos e técnicos da profissão, bem como o comprometimento social e político com o contexto do campo de estágio. Consiste na participação do licenciando em atividades que integrem ensino, pesquisa e extensão, tríade que privilegia a formação integral do profissional, consolidando, em situações concretas do ambiente educacional, a articulação entre a teoria e a prática e como tal deverá ser executado *in loco*, onde este terá contato com a realidade profissional onde atuará não apenas para conhecê-la, mas também para desenvolver as competências e habilidades específicas. Visando atender as exigências legais, o aluno do Curso de Licenciatura em Computação deverá cumprir

os créditos de Estágio Supervisionado a partir do cumprimento de 50% da carga horária do curso, incluindo as Disciplinas: Didática e Metodologia do Ensino da Computação e estruturado em níveis de complexidade crescente.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O Estágio Curricular Supervisionado de Ensino do Curso de Licenciatura em Computação tem como objetivos:

I. Oferecer aos discentes do curso de Licenciatura em Computação condições para vivenciar a prática dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, sendo estes capazes de exercer a docência, nos níveis Fundamental, Médio, Ensino Técnico-Profissionalizante e em espaços não escolares de natureza pública e/ou privada;

II. Elaborar projetos que tenham como principal finalidade a inserção do computador como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem;

III. Desenvolver concepção multidisciplinar e a indissociabilidade entre teoria e prática no processo formativo do licenciado;

V. Estimular a competência para formar e aprimorar modelos, métodos, processos e a adoção de tecnologias e metodologias alternativas;

VI. Desenvolver a postura critico reflexiva concebendo-a como competência indissociável da atividade profissional docente;

VII. Propiciar a execução da atividade de pesquisa no campo de estágio.

VIII. Propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a ser planejada, executada, acompanhada e avaliada em conformidade com os programas e calendário escolar, a fim de se constituírem em instrumentos de integração em termos de treinamento prático de aperfeiçoamento, técnico cultural, científico e de relacionamento humano.

X. Proporcionar ao aluno estagiário experiência e prática profissional, atuando tanto em instituições de ensino, como em instituições não escolares, de natureza pública e privada.

XI. Favorecer o desenvolvimento das capacidades intelectuais, imprescindíveis ao desempenho da profissão.

XII. Primar no campo do estágio, pelo desenvolvimento de uma atitude profissional e ética.

XIII. Observar e adquirir conhecimento com a vivência junto a profissionais de ensino.

CAPÍTULO III
DA DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA

Art. 3º - O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Computação será computado conforme estabelece as Resoluções CNE CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 e CNE/ CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece o mínimo de 400h (quatrocentas e horas).

§ 1° - O curso de Licenciatura em Computação do IFBA possui carga horária de 405 horas. Sendo esta, distribuída da seguinte forma:

ESTÁGIO	Ch Teórica	CH PRÁTICA						
		Observação	Planejamento	Co-Participação	Regência	Produção de Relatório / Ensaio / Memorial	Organização e participação de seminário	CH Total
I	60	30	20	4	-	26	10	90
II	30	6	16	8	18	17	10	105
III	30	6	16	8	18	17	10	105
IV	30	6	24	-	18	17	10	105

§ 2° - É obrigatório ao estagiário a integralização da carga horária prevista, para efeito de conclusão de Curso.

Art. 4º - O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser efetivado em período que coincida com o período letivo.

Art. 5º - O aproveitamento de competências anteriores para o estágio supervisionado será analisado pelo colegiado de curso, conforme descrito no item 10 do projeto político pedagógico do curso de Licenciatura em Computação.

§ 1º - O aluno, que se enquadrar neste artigo deve protocolar o requerimento

de redução de carga horária junto à Coordenação de Estágio do curso em até 15 (quinze) dias após o início da disciplina de Estágio Supervisionado I.

§ 2º - A Coordenação de Estágio encaminhará o requerimento para o Colegiado de Curso, que emitirá o parecer final.

§ 3º - A redução de carga horária não isenta o estagiário do cumprimento das demais atividades inerentes à etapa de estágio que solicita;

§ 4º - É necessário a apresentação dos seguintes documentos comprobatórios para a solicitação de redução de carga horária:

Declaração de vínculo com a instituição, contendo tempo de serviço, nível de Ensino que atua e carga horária;

Primeiro e último contracheques referentes ao vínculo empregatício.

CAPÍTULO IV
DO CAMPO E DAS FORMAS DE ESTÁGIO

Art. 6º - Consideram-se como campo de estágio, as instituições públicas e/ou privadas que apresentem condições básicas para experimentação de situações reais de vida e de trabalho técnico e político-pedagógico que propiciem a otimização profissional, mediante aprofundamento teórico-prático na respectiva área de trabalho, bem como para o planejamento e desenvolvimento conjunto das atividades de estágio, visando à integração do ensino universitário com a realidade do campo de estágio.

Art. 7º - As formas de realização do Estágio Curricular Supervisionado dar-se-ão de acordo com a proposta do Parecer CNE/CP 28/2002, que diz que o exercício direto *in loco*, pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

Art. 8º - O Estágio Curricular Supervisionado pode assumir as formas de docência ou outras atividades na área de educação, tais como: elaboração e execução de cursos e oficinas e/ou desenvolvimento de software educacional.

Parágrafo único: Em caso de propostas diferenciadas, as mesmas deverão ser analisadas pelo professor-supervisor e professor-coordenador e aprovadas pelo colegiado de curso.

CAPÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS LEGAIS

Art. 9 - Os estágios deverão ser realizados em instituições públicas e/ou privadas, definidas no Art. 6, e estarem apoiados em convênios celebrados entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e a instituição concedente de estágio.

§ 1º - A realização do estágio, por parte do aluno, não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza com a instituição concedente de estágio.

§ 2º - O aluno estagiário poderá beneficiar-se da bolsa de estágio, desde que atendidos os critérios estabelecidos na regulamentação da concessão de bolsas da instituição concedente.

§ 3º - A região e instituições concedentes de estágio serão definidas pelo colegiado de curso de cada *campus* e devem ser determinadas antes do início de cada semestre letivo.

CAPÍTULO VI
DAS FORMAS E INSTRUMENTOS DE REGISTRO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 10 - As formas de registro das atividades de estágio deverão assegurar a fidedignidade e idoneidade de todo o processo.

§ 1º - Cabe ao **Professor-Orientador de Estágio** o registro de atividades de orientação, carga horária, avaliação e frequência dos estagiários no diário de classe.

§ 2º - O estagiário deverá apresentar registro claro e conciso das atividades e carga horária desenvolvidas na instituição campo, nas fases de observação, co-participação e regência, em documento próprio a ser fornecido pelo **professor-orientador de estágio**;

§ 3º - As atividades desenvolvidas na instituição-campo deverão estar assinadas pelo **professor supervisor de estágio** e/ou responsável da unidade que recepciona.

TÍTULO II
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 11. O IFBA/Valença, por meio da Coordenação de Estágio, deverá disponibilizar, no início de cada semestre, uma relação de Instituições Concedentes cadastradas ou conveniadas.

Art. 12. Durante o processo de realização do estágio curricular obrigatório do curso de Licenciatura em Computação do IFBA/Valença, o estagiário contará com a Coordenação de Estágios para gerir os procedimentos administrativos e, para o acompanhamento didático-pedagógico, contará com o Coordenador de curso, um Professor-orientador de estágio e um Supervisor de estágio na instituição concedente.

Art. 13. O estágio curricular obrigatório no curso de Licenciatura em Computação ocorrerá em espaços de educação básica, devidamente regularizados, mediante:

I - Requerimento de estágio emitido pelo estudante com aval do professor-orientador;
II - Documento elaborado pelo licenciando de acordo a etapa de estágio em curso e aprovado pelo professor-orientador;
III - Formalização dos documentos inerentes ao período de estágio conforme orientação do Coordenador de Estágio

Art. 14–Fazem parte da estrutura concernente ao Estágio Curricular Supervisionado definidos abaixo:

§ 1º - Coordenador do Curso.

§ 2º - Coordenador de Estágio

§ 3º - Professor Orientador

§ 4º - Professor (es) Supervisor (es)

§ 5º - Estagiário (s)

§ 6º - Instituição(ões) Concedente(s)

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15 - Serão atribuições do Coordenador de Curso:

I- Identificar as oportunidades de estágio;

II- Convocar o Colegiado do Curso para eleição do Coordenador de Estágio;

III- Consultar o corpo docente do Curso em reunião colegiada para definir professor que oriente, acompanhe e avalie os estagiários, denominado Professor-orientador;

IV- Proporcionar, aos professores coordenadores e aos orientadores, horários para atendimento às atividades de estágio;

V- Promover a substituição do professor orientador, quando do seu impedimento;

VI- Inteirar-se continuamente do desenvolvimento do processo de estágio;

VII- Avaliar periodicamente a experiência de estágio junto aos atores envolvidos;

VIII- Encaminhar, junto ao **coordenador de estágio**, comunicado à Gerência de Registro Acadêmico – GRA3 – a situação dos estagiários;

IX- Solucionar, em conjunto com o Colegiado de Curso, os casos omissos neste Regulamento;

X- Intermediar a celebração de convênios e acordos entre as instituições;

XI- Promover intercâmbio constante com outros órgãos educacionais;

XII- Organizar o **Seminário de Estágio Supervisionado** e/ou demais eventos que possibilitem a visibilidade das atividades realizadas pelos estagiários.

Art. 16 - Serão atribuições do Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado:

I - Identificar as oportunidades de estágio;

II - Cadastrar instituições concedentes de estágio;

III - Encaminhar os estagiários às concedentes;

IV - Formalizar convênios para a realização de estágios quando solicitados;

V - Realizar encontros para informar aos estagiários sobre os aspectos legais e administrativos das atividades de estágio;

VI - Atuar, como interveniente, no ato da celebração do Encaminhamento do (s) Estagiário (s), Termo de Compromisso, Carta Aceite e demais documentos firmados entre a concedente e o estagiário;

VII - Encaminhar ao **Professor-Orientador de Estágio** cópias do Requerimento de Estágio, Projeto de Estágio, Ofício de Encaminhamento, Carta Aceite e demais documentos inerentes a fim de compor a pasta de estágio de cada licenciando;

VIII - Colaborar com o professor-orientador na programação e realização das atividades de estágios;

IX - Encaminhar, junto ao **Professor-Orientador de Estágio,** comunicado à Gerência de Registros Acadêmicos sobre situação dos estágios concluídos.

X - Promover reuniões com os **Professores Orientadores de Estágio** para discutir questões relativas ao planejamento, execução e avaliação das atividades, bem como, análise dos métodos, critérios e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

XI - Intermediar a celebração de convênios e acordos entre as instituições;

XII - Realizar, a cada semestre letivo, um estudo avaliativo do desenvolvimento e resultado do estágio, conjuntamente com o **Professor-Orientador de Estágio**, visando subsidiar programas dos estágios subseqüentes.

XIII - Apresentar, ao final do semestre letivo, relatório das atividades

desenvolvidas, com avaliações analíticas a serem apresentadas aos demais professores do curso;

XIV – Orientar os discentes na organização do **Seminário de Estágio Supervisionado** e/ou demais eventos que possibilitem a visibilidade das atividades realizadas pelos estagiários.

XV – Realizar visitas aos campos de estágio.

Art. 17 – Denomina-se **Professor-Orientador de Estágio** o docente do curso de licenciatura do IFBA/Valença, responsável pela orientação, acompanhamento e supervisão das atividades teóricas e práticas do estágio obrigatório desenvolvidas pelo estagiário sob sua responsabilidade.

Parágrafo Único: O **Professor-Orientador de Estágio** da segunda, terceira e quarta etapas de estágio deverá ser preferencialmente, um docente da área específica do curso.

Art. 18 – São atribuições do Professor Orientador de Estágio Curricular Supervisionado:

I - Identificar oportunidades de estágio, promovendo a articulação entre o IFBA/Valença, os órgãos regionais e municipais de educação e as instituições concedentes;

II - Orientar o estagiário na escolha das instituições concedentes;

III – Fornecer aos estagiários subsídios teórico-práticos necessários ao planejamento e à execução das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com o supervisor;

IV - Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do licenciando;

V – Autorizar formalmente, junto ao Coordenador de Estágio, o licenciando a realizar o estágio;

VI - Contatar o espaço educacional a fim de acompanhar a realização do estágio em suas respectivas etapas e informar ao Coordenador sobre a situação do estagiário;

VII - Receber da coordenação de estágio e dos estagiários os documentos e os relatórios e organizar as pastas de estágio de cada licenciando;

VIII - Encaminhar à concedente, eventuais cancelamentos ou alterações na programação do estágio, conforme regulamentação legal;

IX - Organizar e manter atualizado o cadastramento de concedentes de estágio e os processos de cada estagiário em cada período/semestre, a fim de fomentar pesquisas a partir de um banco de dados;

X - Realizar reuniões com licenciandos, professores-supervisores e coordenações para discussão de questões relativas ao estágio, se necessário;

XI - Realizar avaliações parciais sobre os benefícios das etapas do estágio tanto para a Instituição Concedente quanto para as licenciaturas do IFBA/Valença com as equipes pedagógicas de ambas as instituições e os estagiários;

XII - encaminhar os relatórios dos estagiários à **Coordenação de Estágio/Curso;**

XIII - Coordenar as apresentações dos estágios dos licenciandos durante o Seminário de Estágio Supervisionado;

XIV – Receber do **professor-supervisor de Estágio,** os documentos relativos ao aproveitamento do estágio;

XV – Avaliar qualitativamente o relatório final e posterior composição da pasta de estágio de cada licenciando;

XVI- orientar o estagiário na elaboração do relatório, de acordo com as normas da ABNT;

XVII - Elaborar, a partir do conjunto de documentos descritos no inciso anterior, relatório final de aproveitamento dos estagiários, a ser encaminhado ao **Coordenador de Estágio/ curso;**

XVIII - Organizar documentos relacionados aos estágios e arquivá-los;

XIX – Realizar o mínimo de duas visitas ao campo de estágio, para cada estagiário.

Art. 19 - Denomina-se **Professor Supervisor de Estágio** o profissional, indicado pela instituição concedente, que acompanha as atividades dos licenciandos no campo de estágio;

Art. 20 - Compete ao Professor Supervisor de Estágio da Instituição Concedente:

I - fornecer ao/s estagiário/s subsídios teórico-práticos necessários ao planejamento e à execução das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com o Professor-orientador;
II - orientar e acompanhar a execução das atividades do estagiário;
III - prestar informações ao Professor-orientador sobre o desempenho do estagiário;
IV - avaliar o desempenho do estagiário quanto à execução e à qualidade das atividades desenvolvidas;

Art. 21 – Compete ao estagiário/s:
I - Identificar oportunidades de estágio;
II - Requerer formalmente, junto à coordenação de estágio, a realização do mesmo; fornecendo a documentação necessária para a formalização do Termo de Compromisso, Ofício de Encaminhamento, Carta Aceite e demais documentos necessários;
III - elaborar o planejamento das atividades sob a orientação do professor-orientador e do supervisor de estágio;
IV - Apresentar o **Projeto de Estágio/Memorial/Relatório de Estágio** ao **professor-orientador de Estágio,** à **Coordenação de** Estágio e à administração/coordenação pedagógica da instituição concedente;
V - Firmar Termo de Compromisso com a instituição concedente sob a interveniência do IFBA/Valença;
VI - Formalizar, junto ao **Professor-Orientador de Estágio**, a intenção de cancelamento do estágio, conforme normas acadêmicas;
VII - Comunicar à **Coordenação de Estágio**, com anuência do **Professor-Orientador de Estágio**, eventuais alterações no cronograma do estágio;
VIII - Apresentar-se de forma adequada ao ambiente educacional, sendo assíduo e pontual e mantendo comportamento ético na realização das atividades de estágio;
IX - Cumprir a carga horária e as atividades relativas a cada etapa do estágio obrigatório, com assiduidade e pontualidade, bem como as atividades de orientação junto ao **Professor-Orientador de Estágio**, além das demais

exigências determinadas neste Regulamento;

X - Refletir sobre a natureza do trabalho pedagógico desenvolvido na educação, observando, participando, problematizando e questionando a prática vivenciada, por meio dos fundamentos teóricos desenvolvidos nas várias disciplinas do curso, articulando, assim, teoria-prática;

XI - Compreender o estágio como possível espaço de interlocução inicial de pesquisa em educação;

XII - Assumir atitude dialógica na instituição concedente de estágio, de modo a contribuir para o desenvolvimento coletivo;

XIII - Entregar ao **Professor-Orientador de Estágio** formulários de estágio devidamente preenchidos, carimbados e assinados;

XIV - Elaborar relatório final de estágio conforme Normas de Elaboração de Relatórios de Estágio e encaminhá-los ao **Professor-Orientador de Estágio** com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias antes do Seminário de Estágio Supervisionado.

XV - Apresentar oralmente os resultados da experiência didático-pedagógica de estágio.

Art. 22 - Compete à/s Instituição/ões Concedente/s:

I - Firmar **Termo de Compromisso**, assinar **Carta Aceite** e **Ofício de Encaminhamento** com o estudante, sob a interveniência do IFBA/Valença;

II - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - Entregar declaração de realização do estágio com o resumo das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, ao término do estágio ou por ocasião da rescisão do termo de compromisso;

IV - Manter à disposição da **Coordenação de Estágio/Professor-Orientador**, documentos que comprovem a relação de estágio;

V - Comunicar à Coordenação **de Estágio/Professor-Orientador** eventuais ocorrências, oficialmente, quando julgar necessário;

VI - Celebrar convênio para concessão de estágio com o IFBA/Valença sempre que possível;

VII - Comunicar ao IFBA/Valença quaisquer necessidades de alteração no

termo de compromisso firmado com o estagiário.

CAPÍTULO II
DA PROGRAMAÇÃO E PLANEJAMENTO DO ESTÁGIO

Art. 23 - A programação de Estágio Curricular Supervisionado em Computação constará dos seguintes documentos: Plano de Curso, elaborado pelos **Professores-Orientadores de Estágio;** Memorial, Projeto de Estágio, Relatório de Estágio e outros tipos de trabalhos que venham a ser solicitados pelos **Professores Orientadores de Estágio**, para serem elaborados pelos estagiários, em cada uma das etapas de Estágio Supervisionado: I, II, III e IV.

§ 1º - Etapas do Estágio Curricular Supervisionado em Computação I:

Item	Etapa	Distribuição da CH
I Teórica	-Atividades de leitura e discussão teórica em sala, com o professor orientador sobre a problematização da sala de aula; a escola como espaço de pesquisa; da Escola e seu funcionamento; da escola na atualidade; da formação de professores; do Professor-pesquisador.	30h
II Práticas	-Observação *in-loco* da estrutura administrativa, organizacional e pedagógico da escola-campo (4h) e de aulas ministradas na educação básica (16h); -Coparticipação com auxílio e planejamento da professora regente, desenvolvimento atividades em parceria com a regente **+** participação em conselho, planejamento, avaliação, etc.(4h)	24h
III Produções	Orientação na coparticipação (6h); -Relato das observações, orientação na produção do memorial, na construção de texto teórico sobre tema de pesquisa no Estágio e na organização do Seminário de Estágio (30h)	36h
Total		90h

§ 2º - Etapas do **Estágio Supervisionado em Computação II**:

Item	Etapa	Distribuição da CH
I Teórica	Atividades de leitura e discussão teórica sobre metodologias de ensino, revisão sobre planejamento, projeto de intervenção.	30h
II Prática	-Observação *in-loco* de aulas ministradas na escola-campo (10h); -Coparticipação com auxílio e planejamento da professora regente, desenvolvimento atividades em parceria com a regente acrescido de participação em conselho, planejamento, avaliação, etc. (8h)	28h

	-Regência efetiva com acompanhamento do/a professor/a regente e do/a professor/a orientador/a (10h)	
III Produções	-Visitas em campo, orientação dos estagiários/as na elaboração de planejamento das práticas educativas para serem desenvolvidas na escola-campo (30h); - Orientação na produção do memorial, na construção de oficinas; e na organização do Seminário de Estágio (17h)	47h
Total		105h

§ 3º - Etapas do **Estágio Supervisionado em Computação III**:

Item	Etapa	Distribuição da CH
I Teórica	Leituras e discussão teórica sobre metodologias de ensino, revisão sobre planejamento, projeto de intervenção.	30h
II Prática	-Observação *in-loco* de aulas ministradas na escola-campo (4h); -Coparticipação com auxílio e planejamento da professora regente, desenvolvimento atividades em parceria com a regente**+**participação em conselho, planejamento, avaliação, etc.(14h) -Regência efetiva com acompanhamento do/a professor/a regente e do/a professor/a orientador/a (18h)	36h
III Produções	-Visitas em campo, orientação dos estagiários/as na elaboração de planejamento das práticas educativas para serem desenvolvidas na escola-campo - Orientação na elaboração de relatório, e na organização do Seminário de Estágio	39h
Total		105h

§ 4º - Etapas do **Estágio Supervisionado em Computação IV**:

Item	Etapa	Distribuição da CH
I Teórica	Atividades de leitura e discussão teórica sobre a natureza e especificidades da educação em espaços escolares e não escolares;	30h
II Prática	-Observação *in-loco* para diagnóstico na escola-campo (4h); -Regência efetiva (20h)	24h

III Produções	-Visitas em campo, orientação dos estagiários/as na elaboração de planejamento das práticas educativas para serem desenvolvidas na escola-campo; - Orientação na elaboração de relatório, e na organização do Seminário de Estágio	51h
Total		105h

§5º É vedada ao aluno a realização da etapa subsequente sem a conclusão da etapa em execução e mediante a entrega do relatório para correção.

§6º No caso específico do curso de licenciatura em Computação, cujas disciplinas não contemplam o ensino fundamental, os estagiários deverão realizar todas as etapas em turmas de ensino médio.

§7º Os estagiários poderão desenvolver atividades em turmas de EJA ou em turmas que incluam alunos com necessidades específicas em qualquer etapa de desenvolvimento do estágio.

CAPÍTULO III
DA AVALIAÇÃO

Art. 24 - A avaliação, enquanto processo contínuo e sistemático de reflexão global da prática educativa, abrangerá aspectos relacionados à prática pedagógica do Professor-Orientador de Estágio, ao desempenho do estagiário e aos objetivos traçados nos projetos ou propostas pedagógicas desenvolvidas. A avaliação tem por objetivo aferir o aprendizado na prática inicial docente do estagiário e oportunizar uma reflexão conjunta sobre o significado da própria prática docente com a equipe pedagógica.

Art. 25 – Da avaliação do estágio.

§ 1º - A avaliação do desempenho do estagiário envolverá a análise de aspectos de posturas técnico-político-profissionais, observando-se:

I- As atividades efetuadas pelo estagiário, conforme programação das disciplinas com instrumentos e critérios de avaliação pré-fixados. Da observação da frequência, do interesse e desempenho do estagiário no planejamento e execução das atividades previstas no plano de estágio, bem como o cumprimento das normas e prazos estabelecidos;

II- Avaliação dos relatórios parciais e do relatório final realizada pelo Professor-orientador ao término de cada etapa e ao término do estágio;

III- Aproveitamento e desenvolvimento do aluno quanto ao emprego adequado de conceitos, hábitos de reflexão e análise, capacidade de aplicação de conhecimentos de forma globalizada, fomento da produção de novos saberes e comprometimento com o trabalho realizado.

IV- Organização, Participação integral e apresentação da ação docente no Seminário de Estágio.

Art. 26 - O processo avaliativo será realizado em acordo com os seguintes parâmetros:

I- Conformidade entre o planejamento e a prática;

II- Domínio dos conteúdos da área de formação, considerando o uso de linguagens adequadas;

III- Adequação dos conteúdos ao contexto da instituição concedente, de modo a estimular aprendizagens significativas;

IV- Estabelecimento de permanente relação entre teoria e prática.

V- Atenção aos princípios norteadores dos PCNs;

VI- Familiaridade com as TICs e o uso de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;

VII- Incentivo à curiosidade investigativa e aos hábitos de trabalho colaborativo e em equipe.

Art. 27. O discente deverá entregar à Coordenação de Licenciatura em Computação, mediante protocolo, o relatório, ensaio ou memorial e o registro de frequência do estágio supervisionado para ser arquivado. Este processo é obrigatório para sua participação no seminário de estágio e etapa necessária para aprovação nas disciplinas de Estágio Supervisionado.

Art. 28 O licenciando será considerado aprovado no estágio quando obtiver, no mínimo, Nota “07” (sete) na avaliação final da aprendizagem, que será obtida mediante a média das avaliações parciais.

Art. 29 - O desligamento do estágio ocorrerá:

I- *Exofficio*, no interesse da Coordenação, quando comprovada falta de aproveitamento e rendimento depois de decorrida a 2ª fase referente ao

estágio;

II- Ante o descumprimento, pelo (a) estagiário (a), da cláusula do respectivo Termo de Compromisso;

III- A pedido do estagiário, ou na impossibilidade de permanecer estagiando;

IV- Pelo não comparecimento ao estágio, sem motivo justificado, por um período superior a 25% da carga horária do estágio.

Parágrafo Único - O desligamento do estagiário deve ser comunicado imediatamente à Coordenação do Curso, pelo Orientador de Estágio e Supervisor da Instituição Concedente onde se realize o estágio.

Art 29 - Não será expedido o diploma de conclusão de curso ao estudante que apresentar aproveitamento e rendimento inferior à média mínima exigida para aprovação nas demais disciplinas do curso.

Parágrafo Único - Sendo o estágio curricular obrigatório, o aluno não poderá colar grau antes de concluí-lo.

TÍTULO III
DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

Art. 30 - Considerando que o estágio curricular não-obrigatório constitui-se em atividade complementar à formação acadêmico-profissional do aluno, fica assegurado ao aluno que tenha participado desta modalidade de estágio, por pelo menos um ano em atividades relacionadas à sua formação, o direito de solicitar à coordenação do curso o aproveitamento conforme descrito no Art. 5.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 - Fica assegurado ao estagiário durante a realização do Estágio Supervisionado em Computação, pela IFBA, o seguro contra eventuais acidentes, conforme legislação pertinente em vigor.

Art. 27 - Os casos omissos na presente Resolução serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação.

APÊNDICE V – REGIMENTO DE AACC

NORMAS PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS DO CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA *CAMPUS* VALENÇA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Artigo 1.º– Este instrumento legal regulamenta as Atividades Acadêmico -Científico-Culturais(AACC) que integram o currículo do Curso de Licenciatura em Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia(IFBA) *Campus* Valença, com os requisitos curriculares suplementares de livre escolha, que estão aqui normatizadas.

Parágrafo Único.- As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, serão denominadas a partir de agora Atividades Complementares.

Artigo 2.º – As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura, em seu parecer CNE/CES1.303/2001; estabelece o cumprimento de 200 (duzentas) horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais pelos licenciandos como parte da exigência para integralização curricular.

Artigo 3.º – De acordo com as Diretrizes curriculares, as Atividades Complementares têm por finalidade oferecer aos acadêmicos das Licenciaturas oportunidades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Trata-se, pois, de um componente curricular capaz de articular as diversas abordagens presentes no processo formativo, ampliando-o e tornando-o mais flexível. As 200 (duzentas) horas de AACC, obrigatórias para a integralização do currículo do Curso de Licenciatura em Computação constituem-se de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos licenciandos e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa.

Artigo 4.º – São consideradas como Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos licenciandos, durante o Curso de Licenciatura em Computação, em espaços educacionais diversos, formais e não formais.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Artigo 5.º – As Atividades Complementares serão organizadas e validadas no Curso de Licenciatura em Computação, observando os seguintes princípios:

I. Somente poderão ser consideradas como Atividades Complementares as atividades realizadas pelo licenciando a partir da data de ingresso no Curso de Licenciatura em Computação;

II. As Atividades Complementares têm por finalidade aprofundar, ampliar e consolidar a formação acadêmico-cultural do licenciando, e serão validadas na quantidade limite de horas para aproveitamento, conforme se estabelece nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciaturas;

III. O Colegiado poderá acrescentar outras Atividades Complementares que não estão previstas neste catálogo, específicas da área, desde que aprovadas em reunião plenária do Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação;

IV. As Atividades Complementares, para serem reconhecidas e incorporadas à carga horária necessária à integralização do Curso de Licenciatura em Computação, deverão ser validadas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação;

Parágrafo Único. – O Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação pode, a seu critério, instituir uma Comissão conforme disposto no **Parágrafo único** do **Artigo 10º** deste Regimento.

V - O aproveitamento das Atividades Complementares realizadas fica sujeito à apresentação pelo discente de documento que comprove a sua participação nessas atividades, de acordo com o prazo estabelecido no calendário acadêmico.

§ 1º - Quando solicitado, o licenciando deverá produzir relatórios referentes a cada atividade desenvolvida;

§ 2º - O Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação ou a Comissão poderá formular exigências para a atribuição de carga horária sempre que tiver dúvidas acerca da pertinência de uma atividade ou de sua comprovação, solicitando a apresentação de novos documentos ou de esclarecimentos do licenciando, por escrito.

Artigo 6º – Os licenciados ingressantes no Curso de Licenciatura em Computação através de transferência ou reingresso ficam sujeitos ao cumprimento da carga horária estabelecida para as Atividades Complementares, podendo solicitar o cômputo da carga horária atribuída pela instituição de origem a essas atividades, observada as seguintes condições:

I - A compatibilidade das Atividades Complementares estabelecidas pela Instituição de origem com as estabelecidas neste Regimento;

II - A carga horária atribuída pela instituição de origem e a conferida por este Regulamento a atividades idênticas ou congêneres.

Artigo 7º – As horas excedentes serão desconsideradas no cômputo total da carga horária das Atividades Complementares;

Artigo 8º – As Atividades Complementares podem ser realizadas no IFBA ou fora dele e não estão vinculadas a nenhum período do fluxograma do Curso de Licenciatura em Computação.

CAPÍTULO III
DA DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Artigo 9º – Para efeito de acompanhamento e registro da carga horária a ser cumprida, as Atividades Complementares estão divididas nas seguintes categorias:

I - Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares, que versem sobre temas correlatos ao Curso de Licenciatura em Computação;

Parágrafo Único– Por palestras, seminários, congressos, conferências ou similares entende-se a série de eventos, sessões técnicas, exposições, jornadas acadêmicas e científicas, organizados ou não pelo IFBA, nos quais o licenciando poderá participar como ouvinte/participante ou na condição de palestrante, instrutor, apresentador, expositor, mediador ou organizador.

II - Programas ou projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão cadastrados nos respectivos órgãos do *campus* que consistam na prestação de serviços à comunidade em questões ligadas à cidadania, de modo a pôr em prática a função social do conhecimento.

Parágrafo Único – Projetos propostos pelos próprios estudantes poderão ser aceitos, desde que submetidos previamente à Coordenação de Extensão do *campus*, a fim de que os projetos sejam cadastrados e acompanhados.

III - Cursos livres e/ou de extensão certificados pela Instituição promotora, com carga horária e conteúdos definidos;

§ 1 º - Definem-se como cursos livres aqueles que, mesmo não estando diretamente relacionados à Licenciatura em Computação, servem à complementação da formação do licenciando;

§ 2 º - Considera-se como curso de extensão o conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas, ofertados por Instituições de Ensino Superior credenciada ou por outras organizações científicas e culturais formalmente instituídas.

IV - Estágios extracurriculares em Instituições conveniadas com o IFBA;

§ 1. º - O estágio extracurricular visa propiciar a complementação da aprendizagem do licenciando através da vivência de experiências profissionais que não sejam obtidas no ensino escolar;

§ 2. º - Como estágios extracurriculares admitem-se as experiências realizadas na educação não formal, visando à popularização da ciência, os estágios realizados em indústrias ou centros de pesquisa e outros relacionados à área de formação.

IV – Monitoria;

§ 1º - Compreende-se como monitoria a atividade que, independentemente do estágio curricular supervisionado obrigatório, propicia ao licenciando a oportunidade de desenvolver, sob supervisão, suas habilidades para a carreira docente;

§ 2º - O monitor é um auxiliar do corpo docente nas tarefas didático científicas, responsabilizando-se por atendimento a alunos que apresentem dificuldade de aprendizagem, trabalhos práticos e experimentais em laboratório, trabalhos acadêmicos e de campo, além de outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

V – Atividades em instituições filantrópicas ou do terceiro setor;

Parágrafo Único. – A atividade em instituições filantrópicas ou do terceiro setor pressupõe a ação voluntária em projetos sociais, caracterizada pelo trabalho solidário sem fins lucrativos.

VI – Publicação, como autor, do todo ou de parte de texto acadêmico;

Parágrafo Único – As publicações aceitas como textos acadêmicos são aquelas que, tendo passado por avaliador ad-hoc, sejam veiculadas em periódicos ou em livros relacionados à área de abrangência do Curso de Licenciatura em Computação.

VII – Atividades culturais, esportivas e de entretenimento;

§ 1º - As atividades culturais, esportivas e de entretenimento visam formar um profissional com uma visão múltipla acerca das manifestações artísticas, culturais, esportivas e científicas, aprimorando a formação cultural do licenciando.

§ 2º - Para serem consideradas válidas essas atividades deverão ser recomendadas por um professor do Curso de Licenciatura em Computação.

VIII – Participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico;

Parágrafo Único – A participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico somente será considerada como Atividade Complementar se o evento for promovido por Instituição Acadêmica, órgão de pesquisa ou sociedade científica.

IX – Participação em órgãos colegiados, conselhos setoriais e superiores do IFBA ou das esferas municipais, estaduais ou federais;

Parágrafo Único – A participação em órgãos colegiados, conselhos setoriais e superiores somente serão considerados quando o licenciando for membro efetivo desses fóruns.

X – Participação em órgãos de representação estudantil;

Parágrafo Único – A participação em órgãos de representação estudantil somente será considerada quando o licenciando for membro efetivo desses fóruns.

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO, AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Artigo 10º – A supervisão, avaliação e validação das Atividades Complementares é uma atribuição de caráter pedagógico, a ser exercida pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação.

Parágrafo Único – O Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação pode, a seu critério, instituir uma Comissão das Atividades Complementares da Licenciatura em Computação composta por três professores para realizar a validação, avaliação e supervisão das Atividades Complementares.

Artigo 11º – Compete ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação, ou a Comissão das Atividades Complementares da Licenciatura em Computação:

I – Fornecer as orientações necessárias para a realização das Atividades Complementares;

II – Acompanhar o cumprimento das normas aqui descritas para a realização das Atividades Complementares e a efetiva integralização da carga horária;

III – Verificar a idoneidade da documentação fornecida pelo licenciando;

IV – Validar os documentos comprobatórios apresentados pelo licenciando, informando a este o total da carga horária integralizada;

V – Providenciar o registro da carga horária das Atividades Complementares validadas, a fim de que a mesma conste no Histórico Escolar do licenciando.

Artigo 12° - O licenciando deverá requerer junto à Gerência de Registros Acadêmicos (3º grau – GRA-3), no período determinado em calendário acadêmico,

por meio de formulário específico a validação das Atividades Complementares realizadas.

§ 1 º - O formulário deverá ser acompanhado de documentação comprobatória original e respectiva cópia legível ou, se preferir, apresentar apenas a cópia, mas desde que devidamente autenticada pela GRA, especificada no Barema constante do Anexo deste regulamento;

§ 2 º – Cabe à Gerência de Registros Acadêmicos (3º grau – GRA-3) arquivar junto aos registros do aluno, todos os documentos de AACC e AC encaminhados e, posteriormente analisados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação.

§ 3 º - Deverão constar na documentação comprobatória a discriminação das atividades, períodos, carga horária e formas de organização ou realização, bem como a Instituição emissora;

§ 4º - Os responsáveis pela validação poderão requerer documentos comprobatórios complementares para a validação.

Artigo13º - Para solicitar a validação, o aluno deverá está cursando ou ter cursado Estágio Supervisionado em Computação II.

Parágrafo Único – O licenciando poderá solicitar a validação das Atividades Complementares, no período específico, mesmo não estando cursando ou ter cursado Estágio Supervisionado em Computação II para fins de aproveitamento em outra Instituição.

Artigo 14° - Nenhuma Atividade Complementar será validada mais de uma vez.

Artigo 15° - As Atividades Complementares não poderão ser aproveitadas para fins de dispensa de disciplinas que integram o currículo do Curso de Licenciatura Computação.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16° – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Comissão das Atividades Complementares da Licenciatura em Computação ou pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA *campus* Valença.

Artigo 17º – Este regimento entra em vigor após sua aprovação.

Valença, janeiro de 2017.

Barema para aproveitamento de atividades extracurriculares.

Atividade complementar	Categoria de enquadramento	Carga horária (horas) Por atividade	Máximo aproveitado	Documentos comprobatórios
Participação em eventos científicos: Congressos/ Simpósios/ Workshops/ Seminários/ Encontros	Como ouvinte no público em geral	2	10	Certificado de participação
	Apresentação de trabalho	10	50	Certificado de participação
	Como ouvinte em minicursos	2	10	Certificado de participação
	Como monitor(a) de minicurso	4	20	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pelo IFBA.
	Como integrante de comissão organizadora	10	40	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
	Participação em comissão institucional como integrante da comissão	10	40	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva participação.
Participação em programas ou projetos como bolsista/voluntário	Pesquisa (por hora: a cada 1h de atividade – 1h de AACC)	--	100	Declaração ou certificado emitido pela respectiva Coordenação.
	Extensão (por hora: a cada 1h de atividade – 1h de AACC)	--		
	Ensino (por hora: a cada 1h de atividade – 1h de AACC)	--		
Participação em programa ou projeto de monitoria disciplinar como bolsista ou voluntário	Atividade eletiva (por hora: a cada 1h de atividade – 1h de AACC)	--	40	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pelo colegiado do curso.

Participação em cursos de atualização	Ouvinte (por hora: a cada 1h de atividade – 1h de AACC)	---	80	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.

Atividade complementar	Categoria de enquadramento	Carga horária (horas) Por atividade	Máximo aproveitado	Documentos comprobatórios
Estágio extracurricular	Atividade eletiva (por hora: a cada 1h de atividade – 1h de AACC)	---	50	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador.
Atividades filantrópicas	Atividade eletiva	5	10	Declaração da instituição, em papel timbrado, com a carga horária cumprida.
Publicações	Publicação em periódico vinculado a uma instituição científica ou acadêmica	20	60	Apresentação da publicação ou sua folha de rosto.
	Publicação de resumo ou trabalho completo em anais de eventos científicos	10	50	
	Capítulo de livro	20	60	
	Livro completo	40	120	
Ministrar curso ou palestra na área de formação do discente com orientação de um professor do IFBA	Por atividade	5	20	Certificado emitido pela instituição em que ocorreu a atividade.

Atividades culturais, esportivas e de entretenimento.	Por evento	2	8	Comprovação de participação no evento, endossado pelos professores.

Atividade complementar	Categoria de enquadramento	Carga horária (horas) Por atividade	Máximo aproveitado	Documentos comprobatórios
Participação em órgãos colegiados, conselhos setoriais e superiores do IFBA ou órgãos de gestão educacional nas esferas municipais, estaduais ou federais	Por declaração	2	20	Declaração emitido pela Coordenação ou Ata da reunião.
Participação em órgãos de representação estudantil	Por declaração	2	20	Ata de Reunião, declaração do órgão de representação com a respectiva carga horária.
Aproveitamento disciplinas optativas além do número mínimo exigido pelo curso	Por hora: a cada 2 horas cursadas, 1 hora de AACC		60	Histórico escolar com a comprovação da disciplina cursada e aprovação.
Disciplinas de cursos superiores reconhecidos e/ou autorizados não aproveitadas na análise de equivalência do curso	Por hora: a cada 2 horas cursadas, 1 hora de AACC		60	Histórico escolar

INSTITUTO FEDERAL
Bahia
Campus Valença

Formulário de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais(AACC)e Atividades Complementares(AC)

Aluno			
Matrícula		**Semestre**	20 ____ . ___

Atividade	Data da Atividade	Número de Horas

Assinatura do aluno	

Relatório Atividades Acadêmico-Científico-Culturais(AACC) e Atividades Complementares(AC)

Aluno(a):			
Curso			
Matrícula		Semestre	20 ____ . ___.
Atividade			
Data		Carga Horária	
Tipo			
Local			
Objetivo da atividade realizada			
Em que este evento contribuiu para sua formação acadêmica			

Obs.: Este relatório deverá ir acompanhado de comprovante da atividade acadêmica realizada.

Valença , ___ de_____de____.

_____
Assinatura do Aluno

APÊNDICE VI – REGULAMENTO DAS ACEX

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
CAMPUS VALENÇA

a

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO PARA O CURSOS DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

Dispõe sobre o fluxo operacional das Atividades Curriculares de Extensão no âmbito do Curso de Licenciatura em Computação, do IFBA *campus* Valença

.

O NDE do curso de Licenciatura em Computação, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria DG.VAL/IFBA/2023 nº 97 de 07 de agosto de 2023

RESOLVE:

Art. 1º Determinar diretrizes normativas para estabelecer o planejamento estratégico e o fluxo processual e procedimental das Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) no âmbito do Curso de Licenciatura em Computação do IFBA, *campus* Valença, com base nos princípios estabelecidos pela legislação brasileira vigente:

. Lei Federal nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que trata do Plano Nacional de Educação (em especial Meta 12 e respectiva estratégia 12.7);

II. Resolução nº 7/2018/CES/CNE, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;

III. Resolução nº 24/2021/CONSEPE/IFBA, de 15 de outubro de 2021, que trata de regulamentação que normatiza a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação no âmbito do IFBA;

IV. Resolução nº 17/2019/CONSUP/IFBA, de 20 de dezembro de 2019, que trata do regulamento das Atividades Docentes, ou mais atual;

V. Resolução nº 23/2019/CONSEPE/IFBA, de 23 de maio de 2019, que trata das Normas Acadêmicas do Ensino Superior.

VI. Resolução n.º 93/2023/CONSEPE/IFBA, de 14 de julho de 2023, que trata da Politica de Extensão do IFBA

CAPÍTULO I
DA CONCEPÇÃO, DAS DIRETRIZES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 2º As **Atividades de Extensão** são as atividades específicas executadas pelos discentes, com a finalidade de serem aproveitadas para cômputo de carga horária para as Atividades Curriculares de Extensão, categorizadas conforme o artigo 8º desta norma.

Art. 3º As **Atividades Curriculares de Extensão (ACEX)** são componentes curriculares previstas no PPC, o qual define a carga horária específica de cada um de forma a contabilizar a integralidade da carga horária prevista.

§1º Para fins de integralização de carga horária para as ACEX, cada Atividade de Extensão pode ser contabilizada uma única vez.

§2º As ACEX deverão envolver a comunidade externa.

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão serão categorizadas em cinco modalidades:

. programas;

II. projetos;

III. cursos e oficinas;

IV. eventos;

IV. prestação de serviços.

Parágrafo único. As modalidades, previstas no artigo acima, incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam a políticas municipais, estaduais, distrital e nacional.

Art. 5º As Atividades Curriculares de Extensão são obrigatórias no currículo do curso de Licenciatura em Computação do IFBA, *campus* Valença.

Art. 6º As Atividades Curriculares de Extensão devem ser desenvolvidas, obrigatoriamente, de forma presencial.

Art. 7º As ACEX podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

CAPÍTULO II
DOS REGISTROS INSTITUCIONAIS

Art. 8º As ACEX devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão devidamente registradas e documentadas, de forma a organizar os Planos de Ação, as modalidades, os instrumentos de avaliação utilizados e os produtos/conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As ACEX devem ser registradas no SUAP, para acompanhamento, registro e geração de relatórios institucionais.

Art. 9º As Atividades Curriculares de Extensão devem ser adequadamente registradas no histórico acadêmico dos discentes como parte de seu currículo formativo.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA, PLANEJAMENTO E COMPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 10º A Coordenação da Licenciatura em Computação do IFBA, *campus* Valença indicará docente responsável que coordenará as atividades, acompanhando e auxiliando a efetivação da curricularização da extensão. Para efetivação da ACEX, o (a) coordenador (a) manterá diálogo com

a Direção Acadêmica, a Coordenação de Extensão, demais coordenações de cursos superiores e representantes discentes do campus.

Art. 11º Cada ACEX deverá ser de responsabilidade de um (a) docente, que terá as seguintes atribuições:

. Elaboração de plano de ensino e sua submissão posterior;

. Orientação dos discentes matriculados;

. Registro de notas e de frequência dos discentes matriculados.

§1º Os demais servidores docentes e/ou técnico-administrativos cadastrados nos projetos ou atividades vinculadas à ACEX poderão atuar como coorientadores ou colaboradores.

§2º Discentes não matriculados na ACEX poderão atuar como monitores do componente curricular.

Art. 12º A definição do quantitativo de discentes por turma será definida pelo (a) professor (a) responsável, juntamente com a Coordenação do Curso e das ACEX.

Art. 13ª A avaliação da participação do(a) discente nas ACEX deve priorizar os aspectos processuais e culminar, preferencialmente, em apresentação de relatório, seminário, portfólio ou publicações, em conformidade com as Normas Acadêmicas do Ensino Superior em vigor.

Art. 14º As ACEX serão computadas para os docentes responsáveis nos respectivos Plano Individual de Trabalho (PIT) e Relatório Individual de Trabalho (RIT) como horas de atividades de ensino, estando sujeito aos Regulamentos das Atividades Docentes no âmbito do IFBA.

§1º A carga horária docente atribuída às ACEX, nos termos desta norma, não deverá ser contabilizada como atividades de extensão no PIT e no RIT.

§2º Para os demais docentes colaboradores e/ou coorientadores não deverá ser computada carga horária de ensino, no entanto, será permitido registro de tais atividades no PIT e RIT em extensão.

§3º Para definição dos docentes a serem alocados para as ACEX em cada semestre acadêmico, caberá articulação junto à coordenação aludida no artigo 10 desta Norma.

Art. 15º Estágios Curriculares, Projeto Integrador de Curso (PIC) e atividades práticas complementares de outros componentes curriculares não deverão ser contabilizados como carga horária para as Atividades de Extensão.

Art. 16º Os projetos e programas de extensão a serem aproveitados como carga horária para cumprimento das ACEX poderão ser propostos por docentes ou por técnicos administrativos, desde que haja um docente na equipe de execução, e deverão estar adimplentes junto ao IFBA e/ou agências de fomento.

Art. 17º As ACEX deverão ocorrer dentro do período letivo disposto no calendário acadêmico do Campus.

Art. 18º O docente responsável por cada ACEX deverá elaborar e encaminhar, para a coordenação do curso, Plano de Ensino. de acordo com modelo que consta no APÊNDICE I deste Regulamento.

§1º Os Planos de Ensino deverão ser deferidos pela Coordenação de Curso com base em parecer emitido pela Coordenação da ACEX aludida no artigo 10.

Art. 19º Ao final de cada ACEX, o docente responsável deverá registrar atividades, notas e frequência dos discentes matriculados no respectivo componente curricular junto ao diário no SUAP.

§1º No tocante à prestação de contas, quando houver, não cabe sua validação ou aprovação pela Coordenação de Curso e/ou pela Coordenação da ACEX aludida no artigo 10.

§2º Para as instituições parceiras envolvidas, as respectivas cartas de anuência deverão ser apresentadas em anexo ao Plano de Ensino.

Art. 20º Caberá ao IFBA estabelecer e aplicar instrumentos e indicadores para autoavaliação das ACEX ofertadas.

CAPÍTULO V
DO APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 21º É possível o aproveitamento de outras atividades de extensão vinculadas a editais da PROEX, para fins de cômputo de carga horária das ACEX.

§1º. O discente poderá solicitar o aproveitamento de outras atividades de extensão a qualquer tempo.

§2º Em casos do aluno atuar em projetos de extensão de outras instituições, deverá submeter documento que ateste a sua participação na organização, execução ou aplicação das Ações de Extensão.

Art. 22º Para solicitação de aproveitamento de atividades de extensão para 1 (uma) ou mais ACEX, caberá ao discente protocolar requerimento direcionado à Coordenação de Curso e acompanhado dos seguintes documentos:

. Declarações ou certificados emitidos pelos órgãos competentes contendo identificação do discente, carga horária total dedicada e período das atividades de extensão;

. Relatórios finais de projetos aos quais estão vinculadas atividades de extensão a serem aproveitadas, estando assinadas pelos coordenadores responsáveis.

§1º Não poderão ser aproveitadas atividades de extensão parcialmente ou totalmente desenvolvidas em período anterior ao de ingresso do discente no curso.

§2º Para fins de aproveitamento, as atividades de extensão deverão totalizar carga horária igual ou superior àquelas previstas nas ACEX pretendidas.

§3º Para fins de aproveitamento das ACEX, cada atividade de extensão só poderá ser utilizada uma única vez.

§4º Caberá ao Colegiado de Curso deferir ou indeferir as solicitações de aproveitamento de extensão com base no disposto neste Regulamento.

Art. 23º Deferido o aproveitamento das atividades de extensão, a Coordenação de curso encaminhará o processo ao Setor de Registros para atualização do registro acadêmico do discente.

Art. 24º É possível o aproveitamento de ACEX cursadas com aprovação em cursos superiores distintos do curso de Licenciatura em Computação do IFBA, *campus* Valença.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, deverão ser consideradas as disposições previstas nas Normas Acadêmicas de Ensino Superior em vigor no tocante ao aproveitamento de estudos, entendendo-se como programa de cada ACEX cursada seu respectivo Plano de Ensino.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º As ACEX poderão envolver outros níveis e modalidades de educação além do ensino superior.

Art. 26º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do curso de Licenciatura em Computação e em última instância pela Direção Acadêmica.

CAMPUS VALENÇA
DEPARTAMENTO ACADÊMICO
PLANO DE ENSINO DAS ACEX
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

PERÍODO LETIVO:	
DISCIPLINA: **( )ACEX I ( )ACEX II ( ) ACEX III**	**CÓDIGO DA DISCIPLINA:**
CARGA HORÁRIA TOTAL: ____ HORAS	**Nº DE CRÉDITOS:** ____
MODALIDADE: ( )Programa ( )Projeto ( )Eventos ( )Curso ( )Oficina ( )Prestação de Serviço	
PROFESSOR(ES):	
VAGAS PARA O CORPO DISCENTE:	

EMENTA

2. PROJETO
2.1 JUSTIFICATIVA
2.2 METAS
2.3 OBJETIVO
2.4 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
2.5 CRONOGRAMA

ATIVIDADE	PERÍODO
2.6 COMUNIDADE EXTERNA CONTEMPLADA	
2.7 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE	

Barema para aproveitamento das atividades de extensão

Modalidade da Extensionista	Tipo de Atividade	Pontos por CH	Máximo aproveitado
Programas	Projetos	1 ponto / h	40
	Cursos	1 ponto / h	20
	Oficinas	1 ponto / h	20
Eventos	Congressos	1 ponto / h	20
	Seminários	1 ponto / h	20
	Feira	1 ponto / h	20
	Workshops	1 ponto / h	20
Prestação de serviços	Consultorias	1 ponto / h	10
	Laudo técnico	1 ponto / h	10
	Assessorias	1 ponto / h	20
	Atividade filantrópica	1 ponto / h	20

APÊNDICE VII – ACERVO

Autor	Título
BENNATON, Jocelyn.	O que é cibernética.
MONTEIRO, Luiz Henrique Alves.	Sistemas dinâmicos.
ALCALDE LANCHARRO, Eduardo.	Informática básica.
CORNACHIONE JR, Edgard B.	Informática:
MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO, Pio Armando.	Informática:
MARÇULA, Marcelo; BENINI FILHO, Pio Armando.	Informática:
MEIRELLES, Fernando de Souza.	Informática:
NORTON, Peter.	Introdução à informática.
OLIVEIRA, Rogério Amigo de.	Informática:
RUAS, Jorge.	Informática para concursos:
SHNEIDERMAN, Ben.	O laptop de Leonardo:
SILVA, Flávio Soares Corrêa da; FINGER, Marcelo; MELO, Ana Cristina Vieira de.	Lógica para computação.
STRATHERN, Paul.	Turing e o computador em 90 minutos.
TELES, Reynaldo.	Descomplicando a informática para concursos/
VALSI, Tatiana.	O fantástico mundo da informática.
VELLOSO, Fernando de Castro.	Informática:
LEVINE, David M; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David; KREHBIEL, Timothy C.	Estatística:
SLEIGHT, Steve.	Como usar a tecnologia da informação.
PAIXÃO, Renato Rodrigues.	Manutenção de computadores:
FOWLER, Martin.	Padrões de arquitetura de aplicações corporativas.
MURDOCCA, Miles J.; HEURING, Vicente.	Introdução à arquitetura de computadores.
PATTERSON, David Ahennessy, John L.	Arquitetura de computadores:
WEBER, Raul Fernando.	Arquitetura de Computadores Pessoais.
WEBER, Raul Fernando.	Arquitetura de computadores pessoais.
WEBER, Raul Fernando.	Fundamentos de Arquitetura de Computadores.
MONTEIRO, Mário A. (Mário Antonio).	Introdução à organização de computadores.
GASPARINI, Anteu Fabiano L; BARRELLA, Francisco Eugênio.	TCP/IP:
MONTEIRO, Mario Antonio.	Introdução á organização de computadores.
PATTERSON, David A.	Organização e projeto de computadores:
DELGADO, José; RIBEIRO, Carlos.	Arquitetura de computadores.

STALLINGS, William.	Arquitetura e organização de computadores.
STALLINGS, William.	Arquitetura e organização de computadores.
CARISSIMI, Alexandre da Silva; ROCHOL, Juergen; GRANVILLE, Lisandro Zambenedetti.	Redes de computadores.
FOROUZAN, Behrouz A..	Comunicação de dados e redes de computadores.
FOROUZAN, Behrouz A.; MOSHARRAF, Firouz.	Redes de computadores:
KUROSE, James F.; ROSS, Keith W..	Redes de computadores e a internet:
KUROSE, James F..	Redes de computadores e a internet.
MORIMOTO, Carlos E.	Redes:
MORIMOTO, Carlos E.	Redes/
NASCIMENTO, Marcelo Brenzink do; TAVARES, Alexei Corrêa.	Roteadores e switches:
OLIFER, Natalia; OLIFER, Victor.	Redes de computadores:
OLIFER, Natalia; OLIFER, Victor.	Redes de computadores:
PETERSON, Larry L.	Redes de computadores:
SOARES NETO, Vicente; SILVA, Adelson de Paula; JUNIOR, Mário Boscato C.	Telecomunicações:
TANENBAUM, Andrew S..	Redes de computadores.
TORRES, Gabriel.	Redes de computadores:
TORRES, Gabriel.	Redes de computadores:
WHITE, Curt M..	Redes de computadores e comunicação de dados.
WIRTH, Almir.	Internet redes de computadores.
FARREL, Adrian.	A internet e seus protocolos:
FORTA, Ben et al.	Desenvolvendo WAP com WML e WMLScript:
FROST, Martin.	AprendendoWML e WMLScript.
SOUSA, Lindeberg Barros de.	Redes de computadores:
MORIMOTO, Carlos E.	Hardware:
MORIMOTO, Carlos E..	Hardware:
MORIMOTO, Carlos E.	Hardware:
PAIXÃO, Renato Rodrigues.	Configuração e montagem de PCs com inteligência.
TORRES, Gabriel.	Hardware:
MCCARTHY, N. K..	Resposta a incidentes de segurança em computadores:
LUGLI, Alexandre Baratella.	Redes sem fio para automação industrial.
COMER, Douglas E..	Redes de computadores e internet:
DOTTA, Sílvia.	Construção de sites.
KUROSE, James F.; ROSS, Keith W..	Redes de computadores e a internet:
KUROSE, James; ROSS, Keith W.	Redes de computadores e a internet:
PINHEIRO, José Maurício..	Guia completo de cabeamento de redes.

SILVA, Camila Ceccatto da.	Manutenção completa em computadores.
ARRUDA, Eucidio Pimenta.	Fundamentos para o desenvolvimento de jogos digitais.
SCHUYTEMA, Paul.	Design de games:
RABIN, Steve (Ed.).	Introdução ao desenvolvimento de games:
RABIN, Steve (Ed.).	Introdução ao desenvolvimento de games:
RHODES, Glen.	Desenvolvimento de games com Macromedia Flash Professional 8.
BURNETTE, Ed.	Eclipse IDE:
ALENCAR, Marcelo Sampaio de.	Engenharia de redes de computadores.
ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de.	Fundamentos da programação de computadores:
ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de.	Fundamentos da programação de computadores:
ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de.	Fundamentos da programação de computadores:
BOOCH, Grady; RUMBAUGH, James; JACOBSON, Ivan.	UML:
CAMARGOS, Luiz Fernando Macedo; MENEZES, Marco Antonio Figueiredo.	Introdução à HTML e PHP.
CAMPOS, Filho, Frederico Ferreira.	Algoritmos numéricos.
CORMEN, Thomas H.; LEISERSON, Charles E.; RIVEST, Ronald; STEIN, Clifford.	Algoritmos:
FORBELLONE, André Luiz Villar.	Lógica de programação:
GAMMA, Erich.	Padrões de projeto:
GUIMARÃES, Ângelo de Moura; LAGES, Newton Alberto de Castilho.	Algoritmos e estruturas de dados.
LOPES, Anita; GARCIA, Guto.	Introdução à programação:
MANZANO, José Augusto N. G; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de.	Algoritmos:
MANZANO, José Augusto N. G; OLIVEIRA, Jayr Figueredo de.	Estudos dirigidos:
MANZANO, José Augusto N. G.	Estudo dirigido de algoritmos.
MANZANO, José Augusto N. G; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de.	Algoritmos:
PEREIRA, Silvio do Lago.	Algoritmos e lógica de programação em C:
PFLEEGER, Shari Lawrence.	Engenharia de software:
FARRER, Harry et al.	Programação estruturada de computadores:
PUGA, Sandra; RISSETTI, Gerson.	Lógica de programação e estruturas de dados/
RICHTER, Jeffrey.	Programação aplicada com Microsoft .NET Framework.
SALIBA, Walter Luiz Caram.	Técnicas de programação:
SHEPHERD, George.	Microsoft Asp.Net 3.5/
SOUZA, Marco Antonio Furlan de; SOUZA, Marco Antonio Furlan de et al.	Algoritmos e lógica de programação:

TANENBAUM, Andrew.	Organização estruturada de computadores.
TANENBAUM, Andrew.	Organização estruturada de computadores.
TANENBAUM, Andrew.	Organização estruturada de computadores.
TONSIG, Sérgio Luiz.	Engenharia de software:
UCCI, Waldir; SOUSA, Reginaldo Luiz; KOTANI, Alice Mayumi.	Lógica de programação:
XAVIER, Gley Fabiano Cardoso.	Lógica de Programação.
XAVIER, Gley Fabiano Cardoso.	Lógica de Programação.
ZIVIANI, Nivio; BOTELHO, Fabiano Cupertino.	Projeto de algoritmos:
ZIVIANI, Nivio.	Projeto de algoritmos:
BACON, Jono; KRSTIC, Ivan.	O livro oficial do ubuntu.
FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando Eduardo.	Orientação a objeto com prototipação.
CARDOSO, Caíque.	Orientação a objetos na prática:
ALVES, William Pereira.	Lógica de programação de computadores:
CARDOSO, Hugo Saba Pereira; REIS, Uedson Santos; ARAÚJO, Márcio Luís Valença; JORGE, Eduardo Manuel de Freitas (org.).	Comunicando-se com o computador:
HARBOUR, Jonathan S.	Programação de games com Java.
ROMAN, Ed; AMBLER, Scott W.; JEWELL, Tyler.	Dominando enterprise javabeans.
BARNES, David J.	Programação orientada a objetos com java:
BOENTE, Alfredo.	Aprendendo a programar em Java 2:
ISAIAS, Camilo.	Programação orientada a objetos em Java.
CLARK, Dan.	Introdução à programação orientada a objetos com visual basic. Net.
DEITEL, Harvey M.; DEITEL, Paul J.	Java:
DEITEL, Paul J.; DEITEL, Harvey M.	Java:
FARREL, Joyce.	Lógica e design de programação:
HERRINGTON, Jack D.	PHP Hacks:
HORSTMANN, Cay S.; CORNEL, Gary.	Core Java, volume 1/
HORSTMANN, Cay S.; CORNELL, Gary.	Core Java:
MANZANO, José Augusto N. G; YAMATUMI, W.y..	Estudo dirigido de Turbo Pascal.
PINHEIRO, Francisco A. C.	Fundamentos de computação e orientação a objetos usando Java.
SANTOS, Rafael.	Introdução à programação orientada a objetos usando Java.
SCHILDT, Herbert.	Java para iniciantes:
SCHILDT, Herbert; SKRIEN, Dale.	Programação com java:
SEBESTA, Robert W.	Conceitos de linguagens de programação.
SIERRA, Kathy; BATES, Bert.	Use a cabeça! Java/
HORSTMANN, Cay.	Conceitos de computação com o essencial de Java.

TERUEL, Evandro Carlos.	HTML5:
ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes.	Lógica de programação com pascal.
BAPTISTA, Luciana Ferreira.	Linguagem SQL:
BEZERRA, Eduardo.	Princípios de análise e projeto de sistemas com UML.
RUMBAUGH, James.	Modelagem e projetos baseados em objetos com UML 2.
CARLSON, David.	Modelagem de aplicações XML com UML:
CÔRTES, Pedro Luiz; SCHERR, Roberto Alessandre.	Conhecendo e trabalhando com visual basic 6.0.
COUGO, Paulo.	Modelagem conceitual e projeto de bancos de dados.
DAMASCENO JR., Américo Fraga.	Aprendendo ASP.NET com C#.
THOMAS, Dave; HANSSON, David Heinemeier; BREEDT, Leon; CLARK, Mike.	Desenvolvimento Web ágil com Rails.
PAGE-JONES, Meilir.	Fundamentos do desenho orientado a objeto com UML.
LARMAN, Craig.	Utilizando UML e padrões:
MANZANO, José Augusto N. G.	Estudo dirigido de Visual Basic 6.0.
MANZANO, José Augusto N. G.	Estudo dirigido de linguagem c.
MANZANO, José Augusto N. G.	MySQL 5.5 interativo:
MIZRAHI, Victorine Viviane.	Treinamento em linguagem C:
MIZRAHI, Victorine Viviane.	Treinamento em linguagem C:
MICROSOFT CORPORATION.	Microsoft C/ C++.
POMPILHO, S.	Análise essencial:
PROFFIT, Brian; ZUPAN, Ann.	XHTML:
SCHILDT, Herbert.	C, completo e total.
SILVA, Osmar J.	HTML 4.0 e XHTML 1.0/
MOLINARI, Leonardo.	Inovação e automação de testes de software.
ULLMAN, Larry.	E-commerce com PHP e MySQL.
INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMÁTICA.	Clipper 5.2:
RAMALHO, José Antonio Alves.	111 funções do Clipper 5.
TAYLOR, Dom; MISCHEL, Jim; GENTRY, Tim.	Kylix:
SILVA, Mário Gomes da.	Informática:
CANTÙ, Marco.	Dominando o Delphi 4:
MANZANO, André Luiz N. G; MANZANO, Maria Izabel N. G..	Estudo dirigido de microsoft word 2013.
MANZANO, André Luiz N. G; MANZANO, Maria Izabel N. G..	Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2007.
SILVA, Mário Gomes da.	Informática:
SILVA, Mário Gomes da.	Informática:

SILVA, Mário Gomes da.	Informática:
SILVA, Mário Gomes da.	Informática:
SILVA, Mário Gomes da.	Informática:
SILVA, Mário Gomes da.	Informática:
SILVA, Mário Gomes da; OLIVIERO, Carlos A. J (Colab.).	Informática
SILVA, Mário Gomes da.	Informática:
ALVES, William Pereira.	Estudo Dirigido de Microsoft Office Access 2003.
BECK, Kent.	TDD desenvolvimento guiado por testes.
STANEK, William R.	Windows Server 2008:
DAVIS, Williamj S.	Sistemas Operacionais:
DEITEL, Harvey M.; DEITEL, Paul J.; CHOFFNES, D. R.	Sistemas operacionais.
DEITEL, Harvey M.; DEITEL, Paul J.; CHOFFNES, D. R..	Sistemas operacionais.
FERREIRA, Rubem E.	Linux:
HALVORSON, Michael.	Microsoft Visual Basic 2010:
KOCHAN, Stephen.	Programação com objective-C.
MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo.	Arquitetura de sistemas operacionais.
MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo.	Arquitetura de sistemas operacionais.
MACKIN, J. C; BLUM, Sérgio Adriano; SCIENTIFIC LINGUAGEM LTDA.	Kit de treinamento MCTS (Exame 70-643):
MANZANO, José Augusto N. G.	Estudo Dirigido de Windows XP.
MANZANO, André Luiz N. G.	Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2007.
RUSEN, Ciprian Adrian; BALLEW, Joli.	Windows 8 Passo a passo.
SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg.	Fundamentos de sistemas operacionais.
SONNINO, Bruno.	Delphi e Kylix:
TANENBAUM, Andrew S.; WOODHULL, Albert S..	Sistemas operacionais modernos.
TANENBAUM, Andrew S.; WOODHULL, Albert S.	Sistemas operacionais:
THOMPSON, Marco Aurélio.	Microsoft Windows Server 2012:
MORIMOTO, Carlos E.	Smartphones:
DEITEL, Paul J.; DEITAL, Harvey; DEITAL, Abbey.	Android para programadores:
TANENBAUM, Andrew; STEEN, Maarten Van.	Sistema distribuídos:
TANENBAUM, Andrew S.; STEEN, Maarten Van.	Sistemas distribuídos:
PEREIRA, Silvio do Lago.	Estruturas de dados fundamentais:
PEREIRA, Silvio do Lago.	Estruturas de dados fundamentais/
SZWARCFITER, Jaime Luiz; MARKENZON, Lilian.	Estruturas de dados e seus algoritmos.
VELOSO, Paulo.	Estrutura de dados.
MACHADO, Felipe Nery Rodrigues; ABREU, Maurício Pereira de.	Projeto de banco de dados:
DATE, C. J.	Introdução a sistema de bancos de dados.
DATE, C. J.	Introdução a sistemas de bancos de dados.

HOTEK, Mike.	Microsoft SQL server 2008:
MACHADO, Felipe Nery Rodrigues; ABREU, Maurício Pereira de.	Projeto de banco de dados:
ROB, Peter; CORONEL, Carlos.	Sistemas de banco de dados:
SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F. E Sudarshan, S..	Sistema de banco de dados.
SILBERSCHATZ, Abraham et al.	Sistema de banco de dados.
ALVES, William Pereira.	Banco de dados:
SILVA, Gilson Marques da.	Segurança da informação para leigos:
BITTENCOURT, Guilherme; FERRAMENTAS.	Inteligência artificial:
ALVES, William Pereira.	Adobe Illustrator CS6:
FIDALGO, João Carlos de Carvalho; GONÇALVES, Marcio da Silva.	Adobe Photoshop CC em português:
FIDALGO, João Carlos de Carvalho.	Adobe Photoshop CS6:
PAULA FILHO, Wilson de Pádua.	Multimídia:
DAVIS, William S.	Análises e projeto de sistemas:
DAVIS, William S.	Análise e projeto de sistemas:
SILVA, Nelson Pires da.	Projeto e desenvolvimento de sistemas.
BENYON, David.	Interação humano-computador.
LIMA, Cláudia Campos Netto Alves de.	Estudo dirigido de AutoCad 2014 para windows.